

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LEYLIANE BEZERRA DOS SANTOS

**Atuação política, produção escrita e construção identitária na
trajetória de Paulo Paim**

São Luís/MA

2018

LEYLIANE BEZERRA DOS SANTOS

**Atuação política, produção escrita e construção identitária na
trajetória de Paulo Paim**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pesquisa e Pós-Graduação em
Ciências Sociais, para obtenção do
título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Igor Gastal Grill

São Luís/MA

2018

LEYLIANE BEZERRA DOS SANTOS

Atuação política, produção escrita e construção identitária na trajetória de Paulo Paim

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Igor Gastal Grill
Doutor em Ciência Política
(PPGCSoc/UFMA)

Profa. Dra. Cíndia Brustolin
Doutora em Sociologia
(DESOC/UFMA)

Profa. Dra. Eliana Tavares dos Reis
Doutor em Ciência Política
(PPGCSoc/UFMA)

AGRADECIMENTOS

Soaria a princípio insano não pensar nas grandes dificuldades e desafios enfrentados para chegar até aqui, ao término do meu tão sonhado e batalhado título de mestre. No entanto, sonho que se tornaria impossível não fosse conselhos, conversas amigas de pessoas queridas, família, e grandes mestres que tive a oportunidade de conviver e dos quais pude escutar sábios conselhos.

Assim, começo agradecendo ao apoio incondicional do meu pai e minha mãe nessa jornada, das minhas primas e irmãs, e, em especial, a Tássia Fernanda, irmã por consideração, prima e amiga que sempre esteve à disposição para escutar meus maiores devaneios em meio a algumas turbulências, incertezas e angústias...te amo prima!

Como deixar escapar ao agradecimento incomensurável ao idealizador principal da minha vontade de dar continuidade após a graduação, grande mestre, profissional e amigo, pelo qual tenho imensa admiração e gratidão, meu professor e orientador Dr. Igor Gastal Grill. Ser humano admirável, gentil, profissional, compreensivo, dedicado e paciente.

Agradeço ainda a professora Dr. Eliana Tavares dos Reis, por sua imensa capacidade analítica de nos fazer compreender conceitos complexos e sua sempre sinceridade e franca colocação nos debates acadêmicos em sala de aula que nos faz ponderar o sempre aprimoramento dos nossos estudos.

Agradeço também as grandes contribuições na qualificação desta dissertação feitas pela professora Eliana Tavares dos Reis e a professora Cíndia Brustolin.

Agradeço a amizade de pessoas que se tornaram importantes para mim ao longo desse trajeto acadêmico e que estimo e pretendo levar a vida toda em meu coração e minha vida, Alany Barbosa, Andressa Carvalho, Lorena, Caio e Keliane.

Agradeço ao meu companheiro Franklin Camões da Costa Neto pela compreensão da minha ausência e ao meu filho, amigo e que sempre teve a capacidade de me amar e me dá muito carinho e paz, o meu cachorro, James!

Gostaria de agradecer ainda ao grupo LEEPOC (Laboratório de estudos sobre elites políticas e culturais), coordenado pelo professor Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis, que foi o principal responsável pelo meu amadurecimento intelectual na academia.

Agradeço também à CAPES pela concessão da minha bolsa de mestrado e que me possibilitou a dedicação exclusiva na elaboração dessa dissertação.

Resumo

No presente trabalho são analisadas as propriedades sociais do atual senador Paulo Paim e sua produção escrita, explorando as imbricações entre a sua biografia política (militância e ocupação de cargos políticos) e um conjunto de livros que publicou em sua trajetória. A investigação faz parte de uma agenda de pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA), coordenado pelos professores Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis, voltada a examinar como profissionais da política constroem, via o uso da palavra escrita, representações sobre a política, a economia, a cultura, a nação, as regiões, as etnias, etc. O caso de Paulo Paim se distingue, em um total de 299 políticos tratados no estudo mais amplo, por sua origem social (mais baixa), seu perfil político (ligado ao sindicalismo), sua identificação racial (é um dos raros parlamentares negros entre “políticos-escritores”) e pela dedicação em escrever sobre questões que envolvem etnias, aposentados, trabalhadores, etc. (as chamadas “minorias”). Buscamos apreender, neste corpus discursivo, formas de interpretação da “realidade” acionadas pelo agente, suas vinculações com temáticas disputadas nos domínios culturais e políticos do país, bem como os usos que delas faz para construir e administrar suas identidades estratégicas e sua condição de porta-voz de determinados segmentos sociais, “bandeiras” e “causas”.

Palavras-chave: Paulo Paim, trajetória, política, intelectual

Abstract

This academic work analyzes social properties of the senator Paulo Paim as well as his writing production, exploring the imbrications between his political biography (militancy and political positions) and books written and published during this path. This research is part of an investigation agenda that has been developed in the Laboratory of Studies on Political and Cultural Elites (LEEPOC/UFMA), coordinated by the professors Igor Gastal Grill and Eliana Tavares dos Reis, that examine how policy professionals are able to build, by the use of the written word, representations about politics, economics, culture, the 'nation', regions, ethnic groups, etc. Paulo Paim distances himself from other 299 legislators (mapped in the broader project), for his humble social origins, his political profile (with connections with syndicalism), his race identification (he's one of the few black legislators that also have a writing career), and also for his writing work, dedicated to themes like the working class, ethnic groups, retirement issues (the so called 'minorities'), etc. Here we intend to understand forms of interpretation of 'reality' used by this agent, his connections with themes that are disputed in cultural and political domains in the country, as well as the uses of this causes to build and manage his strategic identities and his condition of spokesman of certain classes, causes, etc.

Keywords: Paulo Paim, Trajectory, policy, intellectual.

Resumé

L'analyse de l'engagement sociales de l'actuel sénateur Paulo PAIM et de ses différents ouvrages, montre qu'il y a une imbrication entre sa biographie politique (militantisme et carrière politique) et un ensemble de livres qu'il a publié dans son parcours . Cette investigation fait partie d'un programme de recherche du laboratoire d'études sur les élites politiques et culturelles (LEEPOC /UFMA), coordonné par les professeurs Igor Gastal Grill et Eliana Travares dos Reis. Celle-ci, examine comment les professionnels de la politique utilisent les ouvrages sur l'économie, la culture, la nation, les religions, les ethnies, etc.

Le cas Paulo Paim se distingue des 299 politiciens qui ont été traités dans un panel plus large, par leur origine sociale (le plus bas), leur profil politique (lié au syndicalisme), leur identification raciale (il est l'un des rares parlementaires noirs parmi les « écrivains-politiques ») et l'engagement écrit sur les questions impliquant les ethnies, les retraités, les travailleurs, etc . (les soi-disant « minorités »)

Nous cherchons à comprendre dans ce discours des formes d'interprétation de la « réalité » , ses liens avec des thèmes contestés dans les domaines culturels et politiques du pays, ainsi que les usages qui font construire et gérer leurs identités stratégiques et le statut de porte-parole de certains segments sociaux, « drapeau » et « causes » .

Mots-clés : Paulo Paim, trajectoire, politique, intellectuel.

LISTA DE QUADROS

- 01- Perfil social de Paulo Paim, p.30
- 02- Perfil político de Paulo Paim, p.31
- 03- Participação de Paulo Paim em Comissões, p.31
- 04- Participação em Conselhos, Frentes e Grupos Parlamentares, p.32
- 05- Projetos, Propostas de leis e Ementa a Constituição de autoria de Paulo Paim, p.33
- 06- Publicações de Paulo Paim, p.42
- 07- Trabalhos de memórias, p.44
- 08- Quadro comparativo do perfil de agentes “negros” no cenário político brasileiro, p.46
- 09- Autobiografias de Paulo Paim, p.57
- 10- O “rufar dos tambores”, p.59
- 11- Publicações de Paulo Paim distribuídas por temáticas, p.85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. PAULO PAIM E A “ELITE” POLÍTICA BRASILEIRA	30
1.1. Breve perfil de Paulo Paim	30
1.2. Paulo Paim e a elite constituinte	35
1.3. Paulo Paim no contexto sul-rio-grandense	37
1.4. Paulo Paim entre os políticos que escrevem	41
1.5. Paulo Paim e outros parlamentares “negros”	46
2. CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE UMA <i>MEMÓRIA</i> : ORIGEM SOCIAL, ENGAJAMENTOS E “CAUSAS”	55
2.1. O Rufar dos tambores	58
2.2. “Um pouco da minha caminhada”: O político que ascende “do povo” e trabalha “para o povo”?	73
3. PAULO PAIM: UMA ANÁLISE DAS SUAS PUBLICAÇÕES.....	85
3.1. “CIDADANIA”, “DEMOCRACIA” E “IGUALDADE”: repertórios legítimos nas obras de Paulo Paim	87
3.2. “Soberania popular”: Uma participação possível e necessária segundo Paulo Paim.....	102
3.3. Raça, gênero e políticas de inclusão social: questões constantes nos repertórios de Paulo Paim	120

INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado segue os parâmetros das investigações sobre trajetórias de parlamentares brasileiros com significativa produção escrita, que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do LEEPOC (Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais), coordenadas pelos professores Eliana Tavares dos Reis e Igor Gastal Grill, com o objetivo de aprender qual o peso dos investimentos culturais nas trajetórias e no acionamento de estratégias de distinção entre os agentes no espaço do poder nacional.

Portanto, a pesquisa realizada para a produção desta dissertação faz parte dessa agenda de investigações sobre elites políticas (governamentais, partidárias, associativistas...) e culturais (universitárias, religiosas, midiáticas, jurídicas...), bem como sobre as competências adquiridas (títulos escolares, saberes, etc.) por determinados agentes que ocupam posições de porta-vozes/interpretes e investem em múltiplas formas de intervenção política.

A escolha de Paulo Paim, como caso a ser estudado, se deu como resultado do mapeamento inicial de 299 deputados e/ou senadores analisados a partir de correlações realizadas entre gêneros de escrita e as décadas de entrada na política, os títulos escolares e profissionais acumulados e a posição política conquistada pelos parlamentares brasileiros, entre 1945 e 2010 (GRILL & REIS, 2012, 2016). O que possibilitou o desenho de uma minoria política detentora de recursos culturais acionados nas disputas com seus concorrentes (políticos ou agentes localizados em outros domínios sociais).

No entanto, a opção por examinar o perfil de Paulo Paim justifica-se pelo interesse em analisar a trajetória notabilizada de um agente que distingue-se por ser *negro*, que alcança o topo da hierarquia política e que, ainda assim, não foi alvo de um estudo acadêmico que aborde o seu caso. Além disso, o despertar para a análise desse agente se deu por representar um caso relevante para pensar a construção e administração de identificações (COLLOVALD, 1988; BRUBAKER, 2001; PIZZORNO, 1988; POLLAK, 1989, 2002) de um agente que integra uma minoria no domínio político (ocupando cargos eletivos no cume da hierarquia política), diferenciando-se por ser negro e advindo das camadas “populares” e pelo engajamento militante (SAWIKI E SIMÉANT, 2011;

REIS, 2015) em questões “étnico-raciais” e em “causas” voltadas às categoria dos “trabalhadores”.

Por conseguinte, este trabalho consiste em fazer uma análise das características biográficas de Paulo Paim situando-o em universos mais amplos, quer dizer, comparando as características sociais e políticas de Paulo Paim relativamente aos políticos atuantes no Brasil, aos políticos gaúchos, aos políticos “negros”, aos políticos que escrevem e, por último, aos políticos que escrevem especificamente sobre memórias.

Destaca-se, então, que o caso escolhido retrata um agente raro. Isto por que se distingue da maioria dos agentes políticos atuantes no cenário brasileiro. Primeiro por ser negro, no universo da elite política composto por uma maioria branca. Como destaca Johnson III (2000, p. 15) “entre 1983 e 1987, dos 479 membros da câmara dos Deputados, quatro (0,84%) eram negros; entre 1987 e 1991, dos 487 membros, dez (2,05%); entre 1991 e 1995, de 503 membros, 16 (3,18%); e entre 1995 e 1999, dos 513 membros, os negros eram em número de 15 (2,92%). Segundo, por se diferenciar e alcançar o cume da pirâmide política, sendo produtor de bens culturais que o destacam em relação aos outros políticos. Terceiro, por escrever memórias diante de uma maioria que não se dedica a esse gênero de escrita, e, por fim, por escrever um tipo de memória diferente da escrita pelos agentes que escrevem memórias¹.

Assim, tratamos de um agente que ocupa o topo da hierarquia política e combina carreira eletiva longeva (atuou 20 anos na Câmara dos deputados e 16 anos no Senado Federal) com produção escrita, assinando a autoria de várias publicações, principalmente via senado², câmara ou editoras privadas.

A raridade da presença desse perfil tanto no domínio político como no domínio intelectual suscita indagar sobre quais foram os investimentos sociais, políticos e culturais deste empreendedor político e intelectual? Quais trunfos e estratégias de ativação foram mobilizadas? Como esse agente acionou recursos

¹ Essa ênfase nos fatores de raridade é inspirada no trabalho de Reis (2014) sobre as 8 mulheres que constam no universo mais amplo de 299 parlamentares com significativa produção escrita.

² Cada senador recebe por ano uma cota de R\$ 8.500 para usar os serviços da gráfica. Mas, na prática, os congressistas conseguem serviços que custariam muito mais no setor privado, em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0404200902.htm>- folha de São Paulo.

e como conseguiu transitar no espaço político, intelectual e militante? Quais seus discursos de interpelação e construção de identificações?

A perspectiva tomada neste trabalho não adota uma postura consagradora das características biográficas de Paulo Paim e por isso não toma como ponto de partida, única e exclusivamente, a visão do próprio agente, mas tenta objetivar e ponderar suas posições e tomadas de posições, considerando as configurações históricas e as bases de legitimidade que vão sendo articuladas no decorrer da sua trajetória. Dito isto, partimos do expediente que visa apreender:

correlações entre os perfis sociais, carreiras militantes e concepções políticas e culturais e assim tentar identificar os condicionantes que interferem na produção dos diferentes arranjos provenientes da articulação entre esses níveis de análises (REIS, 2008, p.58).

Posto isto, a ideia é analisar os recursos e trunfos do agente (BOURDIEU, 1998) a partir da identificação de um conjunto de disposições e atributos que vão sendo incorporados e objetivados no decorrer do itinerário do mesmo e de contextos históricos específicos, o que vai habilitar esse agente a tomar determinadas posições no espaço social.

Tomamos algumas categorias importantes para análise, que nos orientaram no tratamento da trajetória em questão e nos posicionamentos assumidos pelo agente; afinal Paulo Paim é considerado como protagonista de um domínio de atuação de elites (GRILL, REIS, 2016) que é composto por agentes com inscrições complementares em domínios políticos (ocupação de cargos eletivos) e culturais (produção de bens simbólicos).

Sendo assim, a opção não foi abordá-lo como agente de um campo específico. Ou seja, como integrante de:

Um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior de um grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social (BOURDIEU, 2011, p.195).

Por conseguinte, optamos por não circunscrevê-lo no campo político, que se refere a uma esfera relativamente autônoma, justamente por ser dotado de seu próprio *nomos*, isto é, princípios, regras, leis que fazem sentido dentro

desse campo e que são monopolizados pelos jogadores melhor situados. Por isso ele se constitui a partir de uma relativa autonomização no sentido de ir criando suas próprias condições de existência. Tendo em vista que:

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar as relações de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento...é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores” devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados no lugar de produção (BOURDIEU, 1989, p.163-164).

Além de não circunscrever Paulo Paim ao campo político, a ideia é também não abordá-lo no âmbito de um campo intelectual, como descrito por Sapiro (2012) quando aborda o contexto francês e traz à tona modelos de intervenção política dos intelectuais daquele país, onde se tem um campo intelectual relativamente estruturado, apesar de ser um campo dominado no campo do poder mais amplo.

A autora demonstra como, no decorrer do processo histórico e social desde o século XVIII, o campo intelectual emergiu na Europa como um campo relativamente autônomo, devido a vários fatores como: expansão da escolarização, desenvolvimento das universidades, a ascensão do paradigma científico e a industrialização da produção de impressos. O que vai de fato confluindo para a afirmação do poder simbólico dos “intelectuais” e de sua aparição como categoria social no final do século XIX.

Assim o campo intelectual versa sobre um:

Universo onde enfrentam-se indivíduos e grupos de diferentes campos, político, sindical, midiático, acadêmico, literário e etc. numa luta pela imposição da visão legítima do mundo social (SAPIRO, 2012, p.21).

Enquanto neste contexto francês observa-se uma delimitação desses campos relativamente bem resguardados, em outros, como na América Latina, percebe-se a precariedade das fronteiras desses campos, em que prepondera espaços sociais caracterizados por uma dinâmica mais fluida e interseccionada. No caso do Brasil, existe um conjunto de trabalhos que já vem demonstrando uma maior indiferenciação entre as esferas sociais (PÉCAUT, 1990; CORADINI, 2014; GRILL E REIS, 2016). Do mesmo modo, outras pesquisas voltada a contextos periféricos, como a Argentina (SIGAL, 2012) ou Cabo Verde (DOS

ANJOS, 2003), apontam para heteronomia que marca o universo da cultura, devido a sua dependência das lógicas políticas e dos modelos construídos em centros ocidentais, fazendo dos intelectuais mediadores sociais, políticos e culturais.

A figura do intelectual no Brasil problematizada por Pécaut (1990) é analisada por ele em diferentes gerações para demonstrar um processo de redefinição do seu papel na sociedade. Entre a década de 1920-1940 o papel do intelectual está voltado para a construção da identidade nacional (de assegurar essa unicidade). Entre as décadas de 1954-1964, no qual já se tinha essa unidade garantida, os *intelectuais* se arrogam como intérpretes das massas populares. Já a partir de 1975, com o processo de redemocratização, o papel do *intelectual* passa a ser permeado pelo discurso da “democracia”. Neste sentido:

Uma palavra que demonstra não só a hostilidade ao regime mas também a descoberta de uma ‘ideia nova’: a de que a democracia é, ao mesmo tempo, um modo de instituição do campo político e um modo de reconhecimento do social com suas divisões. Aliás, o uso da palavra democracia difunde-se junto com a expressão ‘sociedade civil’ (PÉCAUT, 1990, p.193).

A partir de 1974 percebe-se a legitimação do papel dos intelectuais como porta-vozes da sociedade, tendo grande influência em diversos canais de comunicação, mediante as relações com a igreja católica e de certa forma com o próprio regime. Isso demonstra ainda um conjunto de ambivalências nesse jogo de relações dos intelectuais com o Estado. Assim:

Passado o período do ato institucional nº. 5, os intelectuais desempenham mais uma vez o papel de protagonistas na luta pela liberalização. Proclamam sua competência, sua ‘profissionalização’, seus interesses. Mantêm um distanciamento esclarecido em relação ao vasto universo de novas camadas médias surgidas da ampliação do ensino superior. Assumem a representação do conjunto da ‘sociedade civil’. E, embora desistam de inventar grandes mitos unificadores para garantir a consolidação da nação, elaboram uma nova simbologia política à medida que vão reabilitando a democracia. Sua coesão e evidência, adquiridas muitas vezes com o apoio no Estado, passam a ser mantidas contra o Estado, mas ainda com frequência em contato com ele (PÉCAUT, 1990, p.196).

De maneira geral, o papel legítimo do intelectual no Brasil favorece que ele possa:

Ser elite, quando necessário, ou povo quando precisarem. Mobilizando, segundo a transição possível graças ao hiato entre o social e o político, se erigir como mediadores indispensáveis,

substituindo as classes - visto que, melhor que elas mesmas, conhecem seus interesses profundos - e colocando-se na posição de poder, pois, tanto quanto este, se projetam acima do social (PÉCAUT,1990, p.9).

Nesta trilha, um conjunto de trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do LEEPOC tem demonstrado que a ascensão política é demarcada pelo investimento de agentes (dotados de várias fontes de prestígio, status e qualificação) na produção escrita, publicando livros e escrevendo em revistas, jornais, periódicos, etc. O que permite um recorrente aumento desses trunfos e ativação de estratégias³ que os legitimam a ter um livre trânsito entre diferentes domínios sociais e a se afirmar como porta-vozes legítimos de determinadas “causas”. Ou seja:

A produção escrita desponta, então, não somente como recurso de distinção e critério de hierarquização endógeno [ao domínio político], mas também coadunado a dinâmicas de concorrência e complementaridades mais amplas com outros domínios e agentes em interdependências. Isto é, os textos produzidos não necessariamente se inscrevem apenas nas disputas internas, mas podem igualmente participar do projeto concorrencial de redefinição das posturas intelectuais, assim como de lugares no espaço de poder mais amplo. (GRILL e REIS, 2012, p.105)

Igualmente, no contexto da Argentina podemos destacar Sigal (2012), ao analisar o papel dos intelectuais naquele país e ao problematizar sobre o “lugar que os intelectuais ocupam no mundo político e o lugar ocupado pelo político no mundo intelectual”. Assim:

Convém, pois, delimitar nossa zona de observação explicitando nosso objeto: mais que a evolução ou natureza das ideias, interessam-nos, por um lado, discursos e práticas que se apoiam na posse de um saber para legitimar pretensões de intervenção na esfera política. Assim, não consideramos os intelectuais enquanto criadores, educadores ou profissionais, mas como produtores e agentes de circulação de noções comuns, concernentes à ordem social (SIGAL, 2012, p.56).

Destaca ainda a lógica de funcionamento do campo cultural periférico, para caracterizar o contexto de atuação dos intelectuais na Argentina, como importador de modelos. Já que:

É possível afirmar que a atividade cultural nas sociedades periféricas remete a instâncias de consagração externas e, ao mesmo tempo, interioriza critérios externos de valorização. Estas duas dimensões se determinam reciprocamente: a importância acordada aos centros

³ As estratégias aqui analisadas seguem a noção de Bourdieu (1994) que “tem por princípio não uma intenção consciente e racional, mas as disposições do *habitus* que tende espontaneamente a reproduzir as condições de sua própria produção”.

culturais metropolitanos acentua o caráter escorregadio das hierarquias internas, estimulando a busca de instâncias exteriores incontestáveis (SIGAL, 2012, p.63)

Elementos também ressaltados por Dos Anjos para o caso de Cabo

Verde:

O centro desse jogo complexo que se estabelece entre as instâncias locais e as nacionais é ocupado fundamentalmente por esses agentes especializados na mediação. Efetivamente, a rede de comunicações entre a periferia e o centro requer agentes especializados pelo domínio de códigos provinciais e os códigos metropolitanos das fórmulas políticas importadas. Instaure-se, por essa mescla de lógicas e códigos díspares, as condições de uma relação centro-periferia cuja originalidade é dada sempre por essa tensão entre o conservadorismo cultural e o radicalismo político (2003, p. 268).

A partir destes condicionantes, alguns autores enfatizam o enfoque a ser adotado no exame de contextos periféricos, a exemplo de Coradini e Reis (2012, p.13), que apontam para a necessidade de uma abordagem que não assume a simples “aplicação de conceitos (como o de campo ou outro qualquer)” nem “assume as condições periféricas como mera manifestação de ausências”, mas dirige-se à compreensão das lógicas de redefinições, rearranjos, confluências e dinâmicas específicas. Isto é, como Grill e Reis (2016, p. 31) salientam: “a relação entre centro e periferia não é simplesmente de imposição dos dominantes aos dominados. As dinâmicas de exportação e importação são bem mais sutis, implicam em interesses de todos os tipos e lados, e produzem redefinições nas duas pontas”. Com efeito, a ideia deste trabalho é buscar compreender essas redefinições que ocorrem ao longo da trajetória do agente analisado, as lógicas que norteiam as estratégias, repertórios, arranjos e osmoses que marcam sua atuação política e sua intervenção como produtor cultural.

Nesses contextos de grande fluidez do papel exercido por intelectuais-políticos e políticos-intelectuais nos diversos domínios sociais, é possível refletir sobre as disposições múltiplas adquiridas por esses agentes, como destaca Lahire (2006). O autor ressalta que, em contextos distintos daqueles que configuram os campos, o indivíduo é construído pela inscrição em uma pluralidade de esferas sociais. Quer dizer:

A pluralidade de disposições e competências, por um lado, a variedade de contextos de sua efetivação, por outro, é que podem explicar sociologicamente a variação de comportamentos de um mesmo

indivíduo, ou de um mesmo grupo de indivíduos, em função de um campo de práticas, de propriedades do contexto de ação ou de circunstâncias mais singulares da prática (LAHIRE, 2006, p.18).

A formulação teórica de Lahire (2002) pressupõe uma significativa gama de experiências acumuladas pelos indivíduos em vários domínios sociais, em contextos sociais diversos, já que eles são fabricados em universos sociais variados aos quais pertenceram alternadamente no transcorrer de suas biografias e simultaneamente em um mesmo período de tempo.

Nesta linha, o acúmulo de *multinotabilidades*, como apresentam Grill e Reis (2016), advém de lógicas marcadas pela significativa flexibilidade da ação de agentes em diversos domínios sociais, assumindo diversas posições, mediante as quais transitam no espaço social mais amplo, inscrevendo-se no âmbito da política, da cultura, da intelectualidade e da militância. Os autores retrabalham, assim, a concepção weberiana de notável, como aquele que consegue converter suas disposições sociais em estima social, se alocando em posições de poder. Neste sentido:

A consideração das *multinotabilidades* pode ser situada em dois níveis, para os quais funciona como uma espécie de ponte de mediação ou de síntese. O primeiro, de inspiração mais empírica, abarca a *multidimensionalidade* das lógicas de ação e das práticas sociais, que são agilizadas não a partir de um universo específico de referência, mas da pluralidade de registros e de trânsitos possíveis aos agentes em um espaço social relativamente flexível. O segundo, de inspiração mais analítica, contempla a *multiposicionalidade* passível de ser acumuladas em instâncias, lugares, enfim, no domínio de atuação das elites, verificando a vinculação das posições sucessivas e simultaneamente ocupadas pelos agentes (no tempo e no espaço) com a superfície social de que eles dispõem (GRILL, REIS, 2016, p.24).

Além disso, a inscrição no domínio da política institucional, da produção escrita e da defesa de “causas” possibilita entender como os agentes mobilizam *identidades estratégicas*. Segundo Collovald (1988) estudar um homem político é sempre estudar um empresário da representação, isto é, todo processo de (re)apresentação que gera identificações do eu, visto que:

Uma pessoa é uma sucessão de eus que fazem escolhas, eus esses que podem ter algo em comum, tão somente, se se localizarem num círculo comum de reconhecimento. A identidade pessoal consiste de alguma conexão intertemporal e vertical entre sucessivos eus de um ser humano, conexão tornada possível, apenas por alguma conexão interpessoal e horizontal entre diferentes eus individuais (PIZZORNO, 1988, p.380).

Esta caracterização da construção de identidades que Collovald (1988) propõe é relevante para atentarmos de que bases as carreiras políticas são construídas, atentando para a competição legítima de identidades públicas que se apresentam provisoriamente, quer dizer, como um conjunto de identidades que se inventam continuamente, inclusive nas instâncias biográficas. Logo, podemos supor que os instrumentos biográficos nos possibilitam averiguar que não existem identidades homogêneas, mas sim uma multiplicidade de identidades construídas, redefinidas e acionadas entre os agentes e seus concorrentes.

Assim, as identidades estratégicas acionadas pelos políticos, como destaca Martin (1994), retratam uma composição plástica do conjunto de identificações construídas no decorrer das suas trajetórias. É por isso que é importante frisar que “as ações que são empreendidas sob sua bandeira são, para eles bem reais” (p.16) e significativas. Essa identidade política é passível de análise a partir da sistematização dos significados de determinadas ações, na descrição e análises concretas em que e como esses acionamentos aparecem nos discursos identitários, evidenciando um emaranhado de sentidos. Nesse transcurso o “dizer”, o “escolher”, o “distinguir”, o “reunir”, o “obter”, as “mudanças”, as “trocas”, etc. podem fundir elementos díspares de identificações.

Inspirada na discussão de Ernesto Laclau, Reis (2015) mobiliza a ideia de construção de equivalências para pensar os elementos articulados na mobilização das categorias “povo” e “juventude” entre militantes na luta contra a ditadura do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, as identidades estratégicas de Paulo Paim construídas ao longo da sua trajetória de ativação das categorias ambivalentes, tais como “indígena”, “quilombola”, “trabalhadores”, “aposentados”, “sindicalistas”, “deficientes” o habilitam a mobilizar e a criar equivalências entre essas “causas”. O que pode ser resultado do seu trânsito em espaços diversificados que o legitimam, situando-se na intersecção de domínios sociais consegue acumular uma gama de identificações, e assim jogar e ativar pertencimentos.

Essa ideia permite pensar o deslocamento de um discurso “classista” e “sindical”, em um primeira sua biografia, para a ampliação da pauta de questões que Paulo Paim abordará no parlamento brasileiro e seu trabalho de manutenção da identificação política a essas “bandeiras” de lutas.

Desta forma, intentamos compreender as identidades a partir da lógica da construção da autoimagem ou apresentação dos agentes como um processo em constante mutabilidade, que está, inclusive, em negociação. Isto é:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem, perfeitamente, serem negociados, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 204).

Para tanto, os usos que os agentes fazem da sua memória adquirem lugar central. Assim, a construção da *memória*, enfatizada por Pollak (1992), elucida todo um trabalho de organização e redefinição constantes. Isto é, para que a memória não desapareça é necessário todo um trabalho de construção diário desta lembrança. E que por isso é “seletiva, herdada e construída”, o que possibilita ao agente adotar mecanismos de construção e os mobilizar. Neste sentido, a *memória* é:

Um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.200).

Tomando-se também o cuidado de não reificarmos os lugares de memória, que não são mortos, mas “vivos”, mudam de sentido, de significado. Ou seja, os lugares de memória estão sujeitos à apropriação, interpretação; ou, inclusive, ao desaparecimento. Como enfatiza Nora (1993), a memória tende sempre à sacralização, à heroização muitas vezes dos “vultos” culturais, políticos e intelectuais, e a história tem o intuito de problematizar e de libertar essa memória tornada como dada:

A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e as relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p.09).

O perfil diferenciado de Paulo Paim em termos de origem social e a centralidade que a biografia militante assume na sua imagem permitem, ainda,

pensar nas lógicas das militâncias e sua importância para a afirmação política e intelectual. A esse respeito, como bem destaca Reis (2015, p.279) para um conjunto de militantes que adentraram nos domínios da política nos anos 1980, o estudo dos engajamentos e da militância política possibilita analisar “um conjunto de práticas e sentidos compartilhados e disputados por agentes com determinados perfis sociais, situados em diferentes domínios de inscrição, desigualmente posicionados no espaço social e interessados em fazer valer seus trunfos distintivos”. É claro que pensar no estudo do engajamento militante traz à tona uma investigação de condicionantes que “operam na conformação de adesões, de modalidades e de domínios de intervenção, agilizados pelos agentes em diferentes conjunturas históricas” (REIS, 2015, p.66).

Outra importante dimensão de análise sobre o militantismo é discutido a partir das contribuições do Juhem (2001) que, para além de uma adesão ideológica, vem cogitar sobre as lógicas práticas dos processos de engajamento, confrontando as disposições adquiridas no curso de uma trajetória singular socialmente estruturada às situações mais amplas e locais, em que estas disposições entram em cena e são mobilizadas. Sob esta ótica: “a carreira militante aparece como uma sucessão de reconversões indissociavelmente ideológicas e profissionais que se impõe aos militantes em função dos espaços sociais que eles investem e das oportunidades que procuram a cada nova etapa desse processo de acumulação de recursos políticos” (JUHEM, 2001, p.132).

Nesta ótica, é importante atentar para “o militantismo como estilo de vida”, no qual está em voga, para além da atividade política que se realiza, todo um processo de socialização, uma gama de atividades que se organizam ao longo do tempo, de investimentos sociais, escolares, formas de lazer, etc. Aspectos esses que podem configurar um espaço militante dotado de “causas” e “crenças” comuns e cheio de sentido para esses agentes, e no qual a sua desistência (saída) implica em uma ruptura com suas inscrições sociais que permitiram a constituição de competências valorizadas e reconhecidas nesse espaço.

As práticas neste universo militante, tal como pensadas por Gaxie (2005), nos possibilitam apreender elementos da ação militante como geradora de retribuições. O autor nos propõe pensar em retribuições (materiais e simbólicas) para não cairmos nem no racionalismo cínico, nem na intenção ingênua, mas para tentar compreender as lógicas dessas retribuições numa

perspectiva diacrônica, através do estudo das trajetórias e carreiras dos agentes, e a partir de seus investimentos pontuais em cada fase do curso da militância. Atentando, inclusive, para que esse processo de retribuições também se encontra em constante dinamicidade, em transformação. Sendo essas retribuições um aspecto importante de compreensão tanto dos investimentos, quanto dos desinvestimentos militantes, em contrapartida a um universo que se apresenta, muitas vezes, como oficialmente *desinteressado*. Isto é, um espaço que se define em função da defesa de uma(s) “causa(s)” legítima(s) e compartilha(s), de um interesse coletivo “em prol de um ideal” ou de um “altruísmo”. Logo:

O investimento na causa é notadamente uma condição de retribuições do militantismo. Mas as gratificações associadas a este investimento estão a competir com aqueles que podem ser retirados de outras atividades. A atratividade da causa é uma condição para que as satisfações do engajamento mantenha suficientemente o esforço para estimular o militantismo (GAXIE, 2005, p.157)

Deste ponto de vista, a ideia é compreender e explicar os investimentos dos agentes no militantismo. Não procurando nem menosprezar, nem denegar esses engajamentos, mas procurando, de fato, compreender as condições que os promovem:

Do ponto de vista sociológico, a hipótese das retribuições fornece os instrumentos de ruptura comparando as representações espontâneas, frequentemente interessadas e ingênuas, das atividades militantes. Ela nos dá o meio de compreender e de explicar as razões pelas quais ocorre o militantismo numa organização coletiva qualquer, ou, dito de outra forma, de analisar os investimentos no militantismo (GAXIE, 2005, p. 160-161).

Uma das retribuições do militantismo pode ser a profissionalização política, como ocorreu com Paulo Paim. Offerlé (2011) e Phellipeau (2001) pesquisaram a sociogênese dos papéis dos políticos profissionais. Sublinham, então, como ao longo do processo histórico uma gama de reconfigurações desse “papel político” ocorre, transferindo esse papel dos notáveis, inicialmente, para os técnicos dos negócios e das indústrias “que por sua especialidade pretendem ter voz na condução dos assuntos políticos” (OFFERLÉ, 2011), posteriormente para outras extrações sociais. Segundo Phellipeau (2001) dois tipos de políticos estão na origem do político do século XX, sendo eles os “notáveis” e os “profissionais”. Neste contexto, temos em cena a entrada de políticos com perfis cada vez mais variados a partir do século XX, decorrentes tanto das

transformações macrossociais (econômica, cultural, educacional, etc.) quanto da reconfiguração do imbricamento entre os “notáveis” e os “profissionais”. Dito isto podemos:

Falar de *profissional da política* para designar o surgimento de novas elites políticas, cujas origens sociais mais modestas as obrigavam a empregar métodos eleitorais opostos aos dos grandes notáveis. Essa visão conduz, pois, a confundir o reino dos profissionais da política com o fim dos *notáveis*. Converte a renovação social das elites parlamentares na condição necessária satisfatória própria ao aparecimento de um grupo de empresários políticos...Em suma, para além das lutas que ligam os grupos de indivíduos que aspiram a sentar-se no parlamento, é também uma gama muito mais seleta de equilíbrios e tensões microscópicas, de retiradas e reconversões, que o modelo definido por Norbert Elias permite explorar para pensar a osmose ou a interpenetração dos egressos dessas elites em sua busca de postos eletivos (PHELLIPEAU, 2001, p.188).

No caso do Brasil, o *métier político* é marcado preponderantemente pela forma de atuação dos agentes avaliada pela “capacidade” de se inscrever em diferentes domínios sociais, hipervalorizando e caracterizando esse “trânsito” como “dom”, “vocação”, etc. E é a partir deste sentido que podemos averiguar como detecta Grill (2013), a luz de Badie e Hermet (1993), uma *hiperpolitização* da vida social. Essa hiperpolitização indica que há uma maior fluidez entre domínios sociais pouco demarcados, entre os quais os agentes transitam. O que implica na maior possibilidade do uso da biografia política em outros âmbitos de atuação e na imposição da problemática política em universos não-políticos (culturais, econômicos, religiosos, universitários, etc.). Isso significa dizer que as fronteiras dos domínios sociais, tais como os citados acima, não são tão bem resguardadas, ou seja, são mais flexíveis, fluídas e muitas vezes produzem amálgamas, resultado de interpenetrações e reconfigurações de lógicas e princípios de legitimação.

Essa profissionalização política no Brasil é caracterizada por um forte peso do papel de mediação atribuído aos agentes, e por isso:

Ao conceber a mediação como um papel prescrito aos “homens políticos” (especialistas), pode-se adicionar a essas funções de comunicação do local ou periferia com esferas mais centrais, aquela de criação, constituição e legitimação de grupos. Os mediadores (porta-vozes ou intermediários) são, nesta óptica, denominados de ‘tribunos da identidade’, pois se dedicam à construção identitária dos grupos: engendrando interpretações sobre a ‘história local’, redefinindo suas ‘raízes’ e suas ‘tradições’; executando um trabalho sobre a dimensão territorial das relações de produção, de sociabilidade e de exercício do poder; e negociando sínteses e bricolagens a respeito de valores e crenças formadores das ‘comunidades’ (GRILL, 2013, p.251).

É neste sentido que podemos compreender que as lutas em torno da identificação dos agentes com “bandeiras”, com a “região” ou com a “etnia” têm em vista a imposição de uma definição legítima do mundo social, tal como destaca Bourdieu:

As lutas em torno da identidade étnica ou regional, quer dizer, em torno de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* ou lugar de origem, bem como as demais marcas que lhe são correlatas [...] são lutas entre classificações, lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, de fazer e desfazer os grupos. O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo, que está na raiz da realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2008, p.108).

O trabalho de representação/ mediação efetuado por Paulo Paim é, então, abordado simultaneamente pelo viés das tomadas de decisão consideradas eficientes, no sentido de melhorar ou preservar a vida das coletividades em nome das quais fala, como de produzir símbolos constitutivos das identidades dessas mesmas coletividades (PIZZORNO, 1986; GRILL e REIS, 2016). Afinal:

Não se trata então de uma diferença entre o real e o simbólico, ou entre a satisfação real ou ilusória. Trata-se de uma diferença de consequências para a posição social do indivíduo, e logo para o pertencimento a tal ou tal sistema ou círculo de reconhecimento (PIZZORONO, 1986, p. 352).

Paulo Paim consegue se inscrever em vários domínios sociais e a partir disso gozar de certa *multinotabilidade* e *multiposicionalidade* (GRILL & REIS, 2016) advindo do seu trânsito em uma multiplicidade de lugares e consequentemente acionando uma diversidade de “causas” que ele consegue articular e de repertórios que ele consegue mobilizar.

Neste sentido, Offerlé (1998) nos traz grande contribuição ao debater a noção de repertórios, a luz do trabalho de Charles Tilly, como “os meios estabelecidos que certos grupos utilizam a fim de avançar ou defender seus interesses” (1998, p.102) e que passam por constantes modificações ao longo do tempo. Offerlé enfatiza outras formas de repertórios, além dos repertórios de contestação (greves, passeatas, etc.), destacando distintas modalidades de expressão como passíveis de análises. A esse respeito Grill complementa:

A noção de repertório da ação coletiva, resgata da contribuição de Charles Tilly para a Sociologia histórica das formas de protesto, se distancia também do que denomina de forma canônica da expressão, que se vincula exclusivamente aos repertórios contestatórios. É preciso que outras linguagens e modalidades como a expertise e a negociação, assim como os colóquios (exemplificados pelas audiências, seminários, debates, eventos, etc.) sejam incorporados à reflexão (GRILL, 2010, p.127).

A citação acima traz claramente à tona as modalidades de intervenção que podemos perceber a partir da atuação política de Paulo Paim, que se estende para além do espaço militante ou do aspecto contestário. É necessário analisar também o seu vínculo com lugares e espaços de poder em que ele se inscreve ao longo da carreira, inclusive liderando eventos de visibilidade nacional, como seminários, em nome das “causas” do “negro”, da ideia de “gênero” e políticas de “inclusão social”, juntando especialistas, economistas, professores universitários e militantes, numa mescla de universos.

Se faz pertinente ressaltar as lógicas de inscrição no âmbito intelectual demarcadas pela significativa produção escrita de Paulo Paim. Neste caso o escrever na política para Paulo Paim pode significar, por um lado, a constatação de sua afirmação no domínio político, escrevendo preponderantemente sobre temas generalistas (tratando de projetos de sociedade e de visões de mundo), por outro, da sua especialização em determinadas “causas”, sobre as quais acumula conhecimentos e saberes.

É neste contexto que Le Bart (1998) contribui para refletir sobre gêneros de escrita e os usos políticos feito pelos agentes. No caso de Paulo Paim podemos analisar o quanto a sua forma de fazer e pensar a “política” corresponde a sua relação com o mundo (de pensar e representar o mundo social) e que incide conseqüentemente com a sua forma de escrita e sua atuação política. Há vários gêneros de escrita privilegiados por políticos: generalista, setorializado (que aciona conhecimentos “técnicos”), biografias históricas, literatura e memórias ou autobiografia (tratado no decorrer do segundo capítulo). Os dois primeiros são os mais compatíveis com o trabalho profissionalizado de representação política (LE BART, 1998), uma vez que permitem que a produção escrita se integre às maneiras de fazer política dos autores dos livros e corresponda aos seus perfis, seja como militantes (causas que defendeu em sua biografia) seja como “técnicos” (condição atestada por títulos, mas principalmente por cargos administrativos ocupados). Não causa estranheza que

a escrita generalista seja aquela priorizada por Paulo Paim. Os livros que analisamos na dissertação constitui uma ilustração dessa influência recíproca entre intelectualização da política e politização na produção intelectual que permeia distintos domínios da vida social no Brasil (PÉCAUT, 1990; GRILL e REIS, 2016).

Grill e Reis (2016) já sinalizam para os empreendimentos da escrita destes profissionais da política, para os quais:

Escrever não é somente uma escolha, um ensejo para demonstrar a capacidade de reflexão ou uma ocasião de estabelecer versões autorizadas. Tal prática pode significar uma injunção, um “dever”, ou espelhar uma forma de constrangimento (do meio de inscrição, das origens, dos oponentes, dos profanos, etc), enfim, apresentar-se como imperativo (afirmado, por exemplo, nas ocasiões em que não são os próprios políticos que escrevem, mas que assinam a autoria de certas publicações) (GRILL, REIS, 2016, p.13).

Dessa forma, o levantamento e a organização do material empírico para a produção da dissertação foram realizados com base nessas dimensões justapostas (atuação política, disputas intelectuais, construção da memória e da identidade, retribuições do engajamento militante e profissionalização política).

Utilizamos o método prosopográfico, tendo em vista a sua importância por nos possibilitar retratar o exercício do pensamento relacional e viabilizar a comparação do volume dos recursos sociais acumulados pelos agentes, nos permitindo ponderar sobre regularidades e discrepâncias entre os mesmos. Além de nos permitir avaliar quais são os principais trunfos que estão sendo mobilizados nesses domínios sociais. Neste sentido, o método prosopográfico, como enfatiza Charle (2006, p.41):

Consiste em definir uma população a partir de um ou vários critérios, e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de uma dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise.

Para contemplar as variáveis considerada na construção dos quadros prosopográficos foram pesquisadas diversas fontes, como o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), o site da Câmara dos deputados (www.camara.leg.br), o site do Senado Federal (www.senado.gov.br) e o site pessoal de Paulo Paim (www.senadorpaim.com.br), bem como um conjunto de

obras variadas, de memórias do agente a trabalhos e pesquisas que auxiliaram no levantamento dessas informações.

Em outro momento, usamos a análise de publicações de memórias e livros de autoria de Paulo Paim, bem como entrevistas e homenagens recebidas ao longo do seu itinerário, que ilustram suas tomadas de posição, suas estratégias de auto apresentação e os temas enfatizados, para compreender o seu perfil social, cultural (intelectual) e “político” (suas principais concepções de política, os recursos sociais e trunfos mobilizados).

Nosso esforço recaiu em fazer uma análise da construção de identidades coletivas ou individuais, na qual são construídas e redefinidas as apresentações de si e como são apresentadas por esse agente de significativa notoriedade. Valendo-nos, a partir de um ponto crítico e consciente, de elementos biográficos para perquirir, como destaca Collovald (1988), as *identidades estratégicas* que são acionadas e construídas no decorrer da sua carreira (militante, política e intelectual). Isto é, tendo em mente que essas identidades:

São construídas e redefinidas dentro de diferentes instâncias que a publicam...assim estudar um homem político, que é, por definição um empresário da representação, supondo tomar em consideração o conjunto desses diferentes modos de existência pública. Consequentemente, o objeto dessa análise consiste no conjunto dessas identidades que se inventam, a relação entre as instâncias biográficas e o jogo propriamente político constituído pela apresentação de si para seus agentes e no qual a biografia é uma das armas desta luta em que estão envolvidos (COLLOVALD, 1988, p.29).

Buscamos, então, traçar as bases sociais e o perfil do agente em questão, a partir de modelos conceituais que abordem uma visão global de compreensão dos indivíduos em uma cadeia de interdependências, em uma situação que ninguém planejou. Nesse sentido, é importante levar em consideração;

Que a existência simultânea de muitas pessoas, sua vida em comum, seus atos recíprocos, a totalidade das suas relações mútuas deem origem a algo que nenhum dos indivíduos, considerado isoladamente, tencionou ou promoveu, algo de que ele faz parte, querendo ou não, uma estrutura de indivíduos interdependentes (ELIAS, 1994, p.19).

Trata-se de considerar, como destacado por Bourdieu (2011), o rompimento com a biografia pensada como constância diacrônica, tendo-se o cuidado de não cairmos na “ilusão biográfica”. Isso significa não tomar a vida

como unidade coesa. Os agentes sociais existem em vários domínios sociais (político, profissional, cultural etc.) que podem ser interdependentes ou paralelos. Ou seja, apoiamo-nos, assim, em características biográficas, de forma reflexiva, não compreendendo a vida de forma retrospectiva e prospectiva, no qual o nome próprio acaba sendo sinônimo de uma constância diacrônica (evolução no tempo).

A proposta, então, foi construir um exame das características biográficas de Paulo Paim, tendo em mente oscilações temporais, haja vista estarem relacionadas “com uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio um devir e submetido a transformações incessantes” (Bourdieu, 1996, p.66). Portanto, foi possível levar em consideração as posições que o agente ocupou nos domínios sociais e o funcionamento de disposições socialmente adquiridas. Por isso:

Não podemos compreender uma trajetória (ou seja, o envelhecimento social que, ainda inevitavelmente o acompanhe, é independente do envelhecimento biológico), a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado- pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo- ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis (BOURDIEU, 1996, p.82).

Assim, nosso intuito foi descrever os princípios de “aferição de excelência humana”, de “excelência social”, e como se apresentam esses princípios de classificação em disputas e processos de “heroicização” e “consagração” (CORADINI, 1998) de um agente como Paulo Paim; quais os recursos sociais que estão em voga no jogo político (que passam a contar como atributos reconhecido entre os agentes políticos), a partir dos quais Paulo Paim consegue se legitimar. Além de testar pistas das correlações entre as origens sociais (perfil social) e o perfil político, intelectual e militante, para levantar os condicionantes sociais subjacentes a esses recursos amalgamados.

Nesta análise, não englobamos uma discussão substancializada sobre a concepção do que seria “elite”, “intelectuais”, “negros”, tendo em vista que, como mencionado tanto no modelo elisiano quanto Bourdieusiano, devemos evitar pensar em termos de oposições estáticas, reificadas, mas considerar o aspecto relacional. Nos termos de Bourdieu (1996), o que está em

jogo nestes espaços sociais são as disputas em torno dos princípios de definição do mundo social em conformidade com os interesses e as posições dos agentes, o que viabiliza a apropriação das vantagens simbólicas de vinculação com as categorias construídas. Ora, o que é pertinente frisar é que:

Não se trata de estudar elites ou grupos dirigentes, mas estruturas de capital, de poder, de dominação em diferentes esferas sociais. Evidentemente, essas estruturas somente existem por meio das práticas que as põe em ação e, portanto, do agente que as incorporam, ou seja, dos grupos dirigentes. Novamente, aqui se encontra o problema principal, visto que, como já destacado, não é o grupo nem são os indivíduos que constituem o objeto, mas os recursos e princípios de legitimação que estruturam suas práticas e, inclusive, suas relações com as demais categorias sociais, não necessariamente dominantes (CORADINI, 2008, p. 13).

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo descreve-se, de forma mais geral, o universo analisado (Paulo Paim e a elite parlamentar brasileira), identificando as regularidades e discrepâncias de Paulo Paim em relação ao universo mais amplo da “elite política”.

Já no segundo capítulo, descrevemos de forma mais sistemática, como se dá a construção de memórias e *identificações* construídas por Paulo Paim, como são apresentadas e representadas, focando de forma mais detalhada suas produções autobiográficas “O rufar dos tambores” e “Um pouco da minha caminhada”.

E, por fim, no terceiro capítulo procedemos uma análise mais minuciosa de três publicações representativas: “O martelo, a pedra e o fogo”, “O poder que emana do povo” e “Reformas, raça, gênero e políticas de inclusão social” que funcionam como um demonstrativo das principais temáticas acionadas e mobilizadas por Paulo Paim, identificando discursos recorrentes e a ativação de seus trunfos e “bandeiras de lutas”, utilizados como recursos legítimos que circulam nos domínios políticos (cargos eletivos) e culturais (intelectual).

1. PAULO PAIM E A “ELITE” POLÍTICA BRASILEIRA

Este capítulo visa analisar o perfil social e político de Paulo Paim, além de coteja-lo com as características vigentes entre a elite política brasileira. Neste sentido, é feita a comparação de Paulo Paim diante de uma elite constituente, frente a outros parlamentares negros, localizando-o ainda no contexto do Rio Grande do Sul e entre agentes que escrevem e que escrevem especificamente sobre memórias.

De maneira geral, a ideia é refletir sobre a composição da elite política brasileira, percebendo quais os principais condicionantes, inscrições associativas e profissionais que estão em jogo nesse domínio da vida social e as especificidades dos recursos acumulados na biografia de Paulo Paim quando considerados relacionalmente.

1.1. Breve perfil de Paulo Paim

Quadro 01 - Perfil social de Paulo Paim

PROFISSAO DO PAI/PROFISSÃO DA MÃE	CIDADE DE ORIGEM	OCUPAÇÃO	FORMAÇÃO/PROFISSÃO
Pai-metalúrgico Mãe- dona de casa	Caxias do Sul- Rio Grande do Sul	Metalúrgico	Curso Ginásial, Ginásio Sta. Catarina, Caxias do Sul, RS, 1964. Cursou o curso de torneiro mecânico do Serviço Nacional da Indústria (SENAI).

Fonte: DHBB; www.senadorpaim.com.br, trabalhos de memórias (o autor).

O seu perfil social aponta para um agente que advém de uma família “humilde”, sendo seu pai metalúrgico e sua mãe dona de casa, destacando-se, então, como pertencente às chamadas “classes populares”. Tal origem familiar vai ser usada como estratégia contundente de legitimação para falar em nome dessas “classes”, desses segmentos de “trabalhadores”. Soma-se a isso a contribuição de um determinado contexto histórico que vai culminar na sua notoriedade, marcado pela efervescência do movimento sindical (deflagrada pelos metalúrgicos - profissão herdada do seu pai) que começa em São Paulo e vai se espalhando em âmbito nacional e origina o Partido do Trabalhadores (PT), ao qual Paim foi filiado desde o início da sua carreira.

Quadro 02 - Perfil político de Paulo Paim

PRIMEIRO CARGO ELETIVO	IDADE QUE OCUPOU O PRIMEIRO CARGO	NÚMERO DE MANDATOS E CARGOS QUE ACUMULOU NA CARREIRA ELETIVA	INSCRIÇÃO MILITANTE
Deputado Federal	37 anos	4 mandatos de deputado federal e senador há 16 anos (2 mandatos de 8 anos)	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores metalúrgicos de Canoas, RS (1981-1984 e 1984-1985); Presidente da Central Estadual dos Trabalhadores, RS(1982-1983); Secretário geral da CUT Nacional, São Paulo, SP (1983-1984), e vice-presidente da CUT(1984-1986);

Fonte: obras do autor, site da câmara dos deputados: <http://www2.camara.leg.br>

No quadro 02, é possível notar que Paulo Paim entra no espaço político como deputado federal constituinte. Participando de um evento de afirmação na arena eletiva de vários agentes egressos do movimento sindical.

Paulo Paim adentra no domínio político, ao contrário do padrão de ingresso precoce (em geral antes dos 35 anos) identificado por Grill (2008), em idade relativamente avançada, aos 37 anos, o que nos aponta para exigência de maiores investimentos prévios na carreira militante. O que pode ser observado via cargos ocupados como militante sindicalista, que garantiram visibilidade pública e legitimidade para falar em nome das “causas dos trabalhadores”. Paim assumiu cargos de Secretário-geral da CUT nacional em São Paulo, presidente do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Canoas, presidente da central estadual de trabalhadores do Rio Grande do Sul, entre outros.

Quadro 03 - Participação de Paulo Paim em Comissões

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE	CONGRESSO NACIONAL	SENADO
Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social: Titular; Subcomissão dos Estados, da Comissão	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: Suplente; Comissão Mista Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 63/91: Relator;	Educação - Titular; CPI Bingos - Titular ; Direitos Humanos e Legislação Participativa - Titular ; Assuntos Sociais - Titular; Constituição, Justiça e Cidadania - Titular; Assuntos Sociais - Titular; Conselho da Ordem do Congresso Nacional - Titular; Direitos Humanos e Legislação Participativa – ;Aposentadoria Compulsória: Titular; PEC nº 249/00, Combate à Pobreza:

da Organização do Estado: Suplente.	Comissão Representativa do Congresso Nacional; Suplente.	Titular; PL nº 464/95, Critérios de Proteção e de Integração Social aos Portadores de Deficiência: Titular; PL nº 3.198/00, Estatuto da Igualdade Racial: Suplente-; PL nº 3.561/97, Estatuto do Idoso: Titular-, e Suplente- 1º Vice-Presidente -Mesa do Senado Federal; CPMI Ambulâncias - Titular; Assuntos Econômicos - Suplente; Agricultura e Reforma Agrária - Suplente ;
-------------------------------------	--	--

Fonte: Site da câmara dos deputados: <http://www2.camara.leg.br>

No quadro 03, examina-se sua participação atuante como político (cargos eletivos) e que se dá desde sua atuação na assembleia constituinte até o senado federal. Nesses marcos, podemos perceber que como deputado na constituinte se pautou por uma atuação mais constante nas subcomissões dos “direitos dos trabalhadores” e dos funcionários públicos. Já a sua atuação como deputado federal no Congresso nacional está mais voltada para comissões de fiscalizações. E, por fim, como senador, observa-se um maior direcionamento para os “direitos humanos” e participação legiferante em assuntos “sociais”, “justiça” e “cidadania”, “aposentadoria”, combate à “pobreza”, “portadores de deficiência”, estatuto da igualdade racial, estatuto do idoso e que são “causas” as quais ele se vincula na sua atuação.

Quadro 04 - Participação em conselhos, frentes e grupos parlamentares

1995-2002	Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social: Coordenador
1996-2002	Grupo Parlamentar Brasil-África do Sul: Presidente. Frente Parlamentar em Defesa do Salário Mínimo: Coordenador e Autor
2001-2002	Frente Parlamentar e de Entidades em Defesa da CLT e da Constituição Federal: Coordenador e Autor
1993-2002	Frente Parlamentar Brasil-África: Coordenador

Fonte:<http://www2.camara.leg.br>.

No quadro 04 é visível, a partir das suas participações em instâncias parlamentares, o quão é forte seu vínculo com “questões sociais”, como a “frente parlamentar em defesa da previdência social”, “grupo parlamentar Brasil-África do Sul”, “frente parlamentar em defesa do salário mínimo”, “frente parlamentar e de entidades em defesa da CLT e da constituição federal” e “frente parlamentar

Brasil-África” que traduzem sua mobilização no Congresso Nacional em favor dessas “bandeiras” e a acumulação de reconhecimento com essas “causas”.

Quadro 05 - Projetos, propostas de leis e Ementa a Constituição de autoria de Paulo Paim

Nº	LEIS
SF PLC 56/1988	Estabelece a inclusão da matéria história geral da África e do negro no Brasil como disciplina integrante do currículo escolar obrigatório
PLC 76/1991	Dispõe sobre regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos e dá outras providências.
SF PLC 140 de 1992	Dispõe sobre a política nacional de salários e dá outras providências
SF PLC 40 de 1993	Dispõe sobre a jornada de trabalho para os trabalhadores que percebem adicionais de insalubridade, periculosidade ou exerçam atividades consideradas penosas.
Lei 9.459/1997	Prevê que crimes de racismo sejam inafiançáveis.
PLS 337, de 2003	Crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, na rede internet, ou em outras redes destinadas ao acesso público.
PLS 298, de 2003	Cria assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais
SF PLC* 57/2003	Lei do Estatuto do Idoso (Lei nº10.741/03)
PLS 213, de 2003	Lei do Estatuto da Igualdade Racial
PLS 379, de 2003	Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 11.133, de 2005)
PLS 181, de 2003	Prioridade no atendimento hospitalar a toda pessoa idosa
PLS 297, de 2003	Dispõe sobre a proibição do trabalho aos menores de dezesseis anos, exceto se menor aprendiz aos quatorze
PLS 274, de 2003	Fundep (Fundo de desenvolvimento de Ensino Profissional e qualificação do trabalhador).
PLS 39, de 2003	Cria o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do RS
PLS 296, de 2003	Fim do fator previdenciário
PLS 453, de 2003	Assegura 50% das vagas nas universidades federais para alunos oriundos de escolas públicas.
PLS 309, de 2004	Crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.
PLS 299, de 2004	Cria o Programa Nacional de Inclusão dos Moradores em Situação de Rua

PLS 302, de 2004	Feriado nacional na data da morte de Zumbi dos Palmares.
PLS 126, de 2005	Cria o programa para estimular a contratação de trabalhadores acima de 45 anos.
PLS 421, de 2005	Inscribe no Livro Heróis da Pátria o nome de Sepé Tiarajú
PLS 285, de 2006	Desenvolvimento do Projeto Cantando as diferenças, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados
PLS 286, de 2006	Institui o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças.
PLS 225 de 2007	Institui o ano de 2008 como o “Ano nacional dos 120 anos de abolição não conclusa”, com o objetivo de conclamar a sociedade para refletir sobre o tema
PLS 261, de 2007	Visa a recriação da superintendência de desenvolvimento da região Sul (SUDESUL)
PLS 514, de 2007	Dispõe sobre a concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo aos dependentes de seus empregados para sua formação técnico-profissional metódica.
SF PLS 153/2012	Inclui a disciplina Direito e Relações Étnicas nos cursos de graduação em Direito, de formação de oficiais e soldados da Polícia Militar, delegados de polícia e agentes, de delegados de polícia e agentes da Polícia Civil e de oficiais e soldados das Forças Armadas Brasileiras.
SF PLS* 30/2017	Dispõe sobre a proibição da extração, da importação, do transporte, do armazenamento e da industrialização do amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados, bem como a proibição da importação e da comercialização dos produtos que os utilizem como matéria-prima.

Fonte: site da câmara dos deputados: <http://www2.camara.leg.br>; site do senado federal: <http://www12.senado.leg.br>; site pessoal de Paulo Paim: www.senadorpaim.com.br. Obra do autor: “Um pouco da minha caminhada”.

*SF PLS (Senado Federal- Projeto de lei do Senado)

*SF PLC (Senado Federal- Projeto de lei da Câmara)

E, por último, no quadro 05, no que tange às propostas, projetos e emendas à constituição ressalta-se a incidência de questões sociais e étnico-raciais, envolvendo discussões sobre “discriminação” e “preconceito”, “causas” dos “trabalhadores”, “lei do estatuto do idoso”, “lei do estatuto da igualdade racial”, “lei do estatuto da pessoa com deficiência”, etc.

Assim, apresentamos os elementos mais acionados no decorrer do tempo que vão sendo abordados e que estão ligados ao seu trabalho de identificação às “causas” acima destacadas. A partir do quadro acima é possível concluir que, a partir de 2003, nota-se uma maior atuação de Paulo Paim no congresso nacional, já enquanto senador. Nesse período está mais centrado em questões voltadas aos embates sobre discriminação e preconceito de raça, etnia

e religião, como também liga-se a programas assistenciais aos filhos e dependentes de trabalhadores urbanos e rurais, aos estatutos (da igualdade racial, do idoso e da pessoa com deficiência) e a programas mais direcionados ao seu estado de origem, tais como o FUNDEP (Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária no Rio Grande do Sul). O que nos permite concluir sobre a incidência do acúmulo de recursos sociais ao longo da sua carreira militante e de engajamentos políticos que o legitima nessas mobilizações, além de compreender como o agente vai monopolizando essas aquisições em determinados contextos mais propícios a serem acionadas e utilizadas.

Diante das informações acima apresentadas percebe-se que as temáticas abordadas são mais constantemente mobilizadas, apesar de diversificadas, constituindo-se em trunfos legítimos que passaram a pautar sua mobilização no Congresso Nacional. Investimentos reforçados continuamente (em discursos, propostas de leis, escrita, emendas, comissões) como forma de manutenção de uma memória em defesa dessas “causas” (trabalhadores e minorias sociais estigmatizadas).

1.2. Paulo Paim e a elite constituinte

Discorrendo mais especificamente sobre a caracterização geral do perfil da elite parlamentar brasileira, levantamos alguns dados, dentre eles, os estados da federação de origem dos congressistas, grau de instrução dos parlamentares, ocupações exercidas, engajamentos associativos, ocupação de cargos públicos prévios, que podem apontar para uma composição mais ampla da elite parlamentar atuante no Brasil.

Dessa forma, ressaltamos a elite parlamentar constituinte. Lembrando que Paulo Paim ocupa o primeiro cargo eletivo como deputado federal da constituinte, eleito em 1986.

Débora Messenberg (2002) fez uma análise da elite parlamentar na pós-constituinte. Dando destaque para o que Messenberg (2002) denominou de elite parlamentar, caracterizada “não como um fenômeno natural, mas como resultado de um processo em que se estabelecem critérios seletivos também produtos sociais, com o qual se opera o recrutamento dos parlamentares nesses espaços”, recorreremos à sua definição:

Pode-se definir a elite parlamentar brasileira como um grupo seletivo de congressistas cujos membros destacam-se dos demais participantes do CN em função das posições que ocupam, dos interesses que representam e/ou da reputação alcançada. São, enfim, os parlamentares que, dispondo de determinados recursos de poder, exercem influência determinante nas principais decisões do Congresso Nacional e do Estado, interferindo de maneira decisiva nos rumos da sociedade (MESSEMBERG, 2002, p.16).

O primeiro aspecto a ser destacado diz respeito ao estado de origem e atuação desses parlamentares:

...contando com 23,3% dos representantes da elite, surgia em primeiro lugar o estado de São Paulo, seguido pelos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, cada um com 14,9%. Quanto aos parlamentares do Rio Grande do Sul - detentores da primazia da representação da região na elite -, apenas 14,3% não nasceram no Estado, mantendo-se expressa a alta paridade entre os percentuais de naturalidade e representação evidenciada na região (MESSEMBERG, 2002).

Outro aspecto relevante reside no grau de instrução dos parlamentares, ou título escolar mais alto conquistado. É possível perceber que “a maioria dos membros do Parlamento, em média 85%, dispunha de diploma de nível superior” (MESSEMBERG, 2002, p.73).

Atenta-se também para outro recurso, a formação profissional prévia. Nesse quesito é possível destacar uma maior preponderância dos advogados.

Vê-se reafirmada novamente a tradição bacharelesca na política brasileira, à qual se vincula a mentalidade que percebe a lei como elemento fundante e organizador da ordem e privilegia a retórica como instrumento decisivo para a ação política. Nessa perspectiva, a formação em Direito apresenta-se como uma opção quase “natural” para aqueles que desejam ingressar na vida pública (MESSEMBERG, 2002, p.74).

Como atesta Coradini (2010, p.45):

O direito constitui uma ‘competência genérica’ afim a esse tipo de atividade. Além disso, no período mais recente, diante da inflação de títulos escolares, o diploma em direito conta com a vantagem de não conduzir exclusivamente a um determinado mercado (como a medicina), permitindo assim reconversões e escolhas profissionais alternativas conforme cada conjuntura. Mas, além dessa polivalência socioprofissional da formação jurídica, sua expansão estaria vinculada também à “herança profissional” através da transmissão familiar de parte das competências e do capital de relações sociais.

Além destes padrões acima citados, ainda é possível identificar uma maior preponderância da ocupação de cargos públicos prévios entre os membros da “elite constituinte”:

A ocupação de cargos públicos entre os membros da elite (76,6%) foi bem superior à observada, em média, entre os parlamentares do CN (51,7%)...mais que isso, na elite, tal ocupação concentrou-se fundamentalmente nos cargos localizados no topo da administração pública (ministros, secretários de governo, presidente, superintendente, diretor de empresa pública). Isso revela conexão direta, embora não obrigatória, entre a ocupação de cargos públicos, especialmente os de grande expressão, e a participação na elite parlamentar (MESSEMBERG, 2002, p.76-77).

Paulo Paim, embora originário de um dos estados da federação mais influente no período de promulgação da constituição de 1988, apresenta propriedades sociais díspares em relação à “elite parlamentar constituinte”.

No caso de Paulo Paim, observa-se um perfil político marcado por engajamentos associativistas. Tem-se notado um aumento significativo deste tipo de recurso nas últimas décadas, confirmando um aspecto que passa a ser considerado como atributo importante nestes domínios sociais, como Coradini (2007, p.181) desvela:

Ora, nesta conjuntura, no que tange especificamente aos deputados federais, de uma proporção de 85,6% sem qualquer vínculo desse tipo na legislatura com início em 1979, essa parcela reduziu-se (81,3%, em 1983; 70,2%, em 1987; 58,2%, em 1991; 50,2 %, em 1995; 45,7%, em 1999, e, finalmente, 44,9% na legislatura com início em 2003). Portanto mais da metade dos deputados federais passou a ter algum vínculo com associações ou sindicatos.

Assim, é importante frisar Paulo Paim como caso minoritário diante dessa elite parlamentar constituinte, marcado preponderantemente por uma origem social baixa, sem título escolar superior e nem maiores investimentos em estudos (capital escolar institucionalizado), sem passagem prévia por cargos públicos, negro, militante sindical e pertencente à chamada “classe popular”.

1.3. Paulo Paim no contexto sul-rio-grandense

O caso de Paulo Paim retrata um agente oriundo do Rio Grande do Sul, com forte discurso de pertencimento a essa região do país. É preciso considerar, então, a configuração sul-rio-grandense, sobretudo as principais vias de entrada na política gaúcha, juntamente com as influências significativas do “trabalhismo”, que prepondera na atuação política de Paulo Paim.

Segundo Grill (2008) existem três padrões que foram identificados como vias de entrada na arena política no Rio Grande do Sul: o “tradicional, o “empreendedor” e o “militante”.

O “tradicional” é caracterizado basicamente por:

Integrarem ‘famílias’ de descendentes de grandes ‘estancieiros’, de comerciantes urbanos (estabelecidos há várias gerações) e de militares, na grande maioria situados na região sul, campanha e fronteira oeste (‘metade sul’ do Rio Grande do sul). Essas famílias de políticos ingressaram há mais tempo na política partidária e eletiva e se destacaram no plano estadual e até mesmo nacional. Majoritariamente ingressaram na arena eletiva no período anterior a 1945 e muitos ainda no século XIX (GRILL, 2008, p.41).

Já o “empreendedor” se destaca prioritariamente pela presença de agentes:

Descendentes de comerciantes e/ou agricultores (sobretudo vinculados à imigração alemã, italiana, síria e libanesa) que se afirmaram como ‘empreendedores locais’ e como importantes mediadores de localidades situadas, na maior parte dos casos, na ‘metade norte’ do estado e em alguns casos também na ‘metade sul’ do estado, rivalizando com as famílias tradicionais. São descendentes de lideranças locais que adquiriram destaque econômico e social em determinadas áreas a partir do patrimônio econômico e do capital de relações sociais que foram conquistados e traduzidos em postos políticos (GRILL, 2008, p.43).

E, por fim, temos o “militante” englobando:

‘Famílias de políticos’ com posição social de origem mais baixa, a afirmação política decorrente do envolvimento com o catolicismo de diferentes matizes, engajamentos em sindicatos, cooperativas, movimento estudantil e posterior reconversão dessas inserções sociais em bases eleitorais. Situam-se também majoritariamente na ‘metade norte’ do estado ou ascenderam em cenários mais tradicionais nas últimas décadas utilizando suas ‘origens populares’ (GRILL, 2008, p.45).

Portanto, é nesta última via de entrada na política eletiva do Rio Grande do Sul que podemos localizar Paulo Paim, pois o mesmo ganha visibilidade via militância e possui posição social de origem bastante baixa, além de ter ingressado na política nas últimas décadas e já ter formado um “herdeiro”, o filho Jean Paim que foi vereador em Canoas, região metropolitana de Porto Alegre (GRILL, 2008). Nas estratégias de auto-apresentação de Paulo Paim é possível perceber a mobilização da origem humilde, da superação das adversidades originais explicada pela biografia militante e de categorias como *missão*, *obstinação* e *predestinação* muito comuns em políticos com esse perfil, segundo Grill (2008).

Outro aspecto que inscreve Paulo Paim no padrão regional é a ativação da “tradição trabalhista”, advinda do “getulismo”, “pasqualismo” e do

“brizolismo” (GRILL, 2005, 2008, 2012). A chamada “tradição trabalhista” seria a:

Combinação de três fatores: aproximação promovida entre ‘vertentes’ distintas da política gaúcha no Partido Trabalhista Brasileiro (os chamados pragmáticos getulistas, doutrinários-pasqualinistas e sindicalistas); sua associação com os documentos ‘fundadores’ do ‘trabalhismo’, a saber a ‘carta tratamento’ de Vargas e a ‘obra’ de Alberto Pasqualini; e o estatuto de ícones compartilhados e disputados por diferentes agentes e por porta-vozes situados em distintas posições políticas (GRILL, 2012, p.206).

Neste sentido, podemos perceber na mobilização e articulação política de Paulo Paim a forte identificação com essa vertente trabalhista. Podemos notar esse acionamento em algumas passagens dos trabalhos de memórias de Paulo Paim:

Meu pai era um getulista, como nós gaúchos falamos, dos ‘quatro costados’ ... com certeza Vargas foi o maior presidente deste país...nos legou um país moderno (PAIM, 2006, p.11).

Essa associação simbólica ao “trabalhismo” traz à tona um conjunto de lógicas de afirmação política e associação a vultos consagrados no contexto do Rio Grande do Sul por agentes políticos em ascensão. Dessa forma:

A celebração dos personagens da história gaúcha por parte dos candidatos à sucessão torna manifesta não só a valorização dos ‘ícones’, mas também os atributos ou critérios de excelência social em pauta e as estratégias de aproximações (sociais, pessoais e políticas) ativas pelos intérpretes e porta-vozes do trabalhismo no Rio Grande do Sul. Nesse processo, a política, enquanto exercício de liderança carismática e como cadeias de reciprocidade, permite a transmissão das fontes do carisma dos líderes e dos mecanismos de cultivo de lealdades. Isto, por sua vez, depende do esforço de ‘resgate do legado’ e de vinculação pessoal e partidária empregados pelos agentes (GRILL, 2008, p.180).

Nesta configuração, ainda é possível notar uma gama de recursos sociais que são mais regulares e apontam perfis sociais, políticos e profissionais de agentes no contexto do Rio Grande do Sul.

Em se tratando do perfil social e profissional podemos destacar uma maior preponderância “para o uso da titulação escolar e da formação profissional (associados a outros recursos) para a construção de bases eleitorais” (GRILL, 2018).

Nota-se, assim, uma maior incidência para formação superior e aquisição de pós-graduação, “a porcentagem de deputados com nível superior

somados àqueles que possuem pós-graduação supera 85% dos casos (87% no Rio Grande do Sul)” (GRILL, 2018).

Destaca-se também a formação superior majoritariamente em Direito, em que “observa-se no Rio Grande do Sul uma maior incidência de parlamentares formados em Direito (63, 2%) (GRILL, 2018).

Já no que se refere ao perfil político profissional observa-se, como aponta Grill (2008) para a inserção dos agentes na arena política de forma precoce, sendo que em sua maioria ingressaram no pleito político com menos de 30 anos. Isto é:

O Rio Grande do Sul apresenta maiores índices de ingresso precoce na carreira eletiva, ou seja, nesse estado mais de 40% dos agentes começaram sua atuação antes dos 30 anos (GRILL, 2008, p.71)

Outra constante importante nesta configuração é quanto ao início da carreira política (cargos eletivos) caracterizada por um processo gradual de suas entradas na competição política por cargos mais periféricos (vereança) para ascensão aos postos mais altos (deputação e senado). Assim:

no Rio Grande do Sul, 47% dos deputados federais começaram a carreira eletiva por posições locais, como vereadores (39%), vice-prefeitos e prefeitos (8% somados)” (GRILL, 2008, p.71).

Enfim, o que podemos concluir é que o perfil social, político e profissional de Paulo Paim consta como um caso minoritário de carreira política diante do contexto gaúcho, por se tratar de um agente sem título superior, ou maiores investimentos escolares, por sua inserção na arena política de forma mais tardia e pela entrada no pleito político diretamente como deputado federal, ao passo que naquele cenário “predominam itinerários ascendentes a partir de cargos eletivos (com destaque para a vereança), profissionais ligados ao ‘saber humanístico’, formação escolar de nível superior capilarizada pelo território por meio de instituições públicas e privadas e peso das posições conquistadas via processos eleitorais nos trajetos políticos” (GRILL, 2018).

Ressalta-se, ainda, que Paulo Paim faz parte de uma geração de políticos que ascendem na política gaúcha nos anos de 1980. Geração essa, caracterizada por um viés militante, em que esse tipo de capital militante passa

a contar como recurso legítimo de inserção no domínio político (cargos eletivos). Esse contexto é marcado por um “processo de redemocratização do país, de emergência da sociedade civil, enfim, de uma era de consolidação de valores democráticos e universais” (REIS, 2015). Diante de tal ideia:

A capitalização desses trunfos está associada à reinvenção da excepcionalidade das suas condições de estreia e ao conteúdo de heroísmo associado às formas de aquisição (REIS, 2015, p.262).

1.4. Paulo Paim entre os políticos que escrevem

Além de ser um perfil social e político que se diferencia da maioria dos agentes do universo mais amplo da elite parlamentar, como foi possível demonstrar anteriormente, é possível ainda destacar uma diferenciação acentuada diante dos 299 casos detectados de políticos que escrevem entre 1945 e 2010 (GRILL & REIS, 2012, 2016), que contam em sua maioria com formação acadêmica, subdividida em dois padrões:

De um lado, um padrão dito mais ‘tradicional’: como formação ‘humanista’, ligação com ‘grandes famílias de políticos’ estabelecidas social e politicamente desde o século XIX e início do século XX; passagem por cursos de direito, engenharia e medicina nas principais instituições de ensino superior do país. E do outro lado: um padrão tido mais ‘moderno’: com formação ‘técnica’ constituído de egressos de segmentos que ascenderam social e politicamente mais recentemente; afiançados pela conjugação da posse de diplomas (GRILL; REIS, 2012, p.118).

O perfil social de Paulo Paim se diferencia diante do universo desses 299 políticos parlamentares que escrevem, pela ausência do curso superior, em um âmbito em que o diploma universitário acaba sendo um trunfo importante na legitimação de parlamentares brasileiros.

Ainda com ênfase na estratégia da aquisição de títulos escolares, no que tange aos cursos superiores conquistados, existe, entre os 299 casos estudados na pesquisa mais ampla, uma maior preponderância de agentes com “formação superior em direito (170), medicina (30), economia (28), ciências humanas (24), engenharias (21) e outras (14) e uma “prevalência dos títulos obtidos em universidades federais e estaduais do país” (GRILL e REIS, 2016, p.39-40).

Outra característica destoante de Paulo Paim é a ocupação prévia: metalúrgico. Na população mais ampla, destaca-se uma maior concentração em

determinadas atividades: “advogados/promotores (116), funcionários públicos (60), professores/professores universitários (42), médicos (25), empresários (21), jornalistas (20), militares (06), religiosos (05) e outras (04)” (GRILL e REIS, 2016, p.39).

Por sua vez, Paim é parlamentar ligado a um dos estados que mais contribuem para a formação dessa “elite letrada e votada”. Entre os 299, existe uma maior concentração de casos “em São Paulo (39), seguido por Minas Gerais (37), Rio de Janeiro (35), Rio Grande do Sul (27), Pernambuco (24), Ceará (18) e Paraná (14). Sendo que, somados, os parlamentares desses sete estados chegam a 222 casos e representam aproximadamente 75% (3/4) do total analisado”. (GRILL e REIS, 2016, p.39).

Quanto aos gêneros de escrita, Paulo Paim utiliza basicamente textos de teor mais generalista, tratando de grandes questões sociais nas quais se especializou como militante (engajamentos associativos prévios) e parlamentar (mandatos ocupados), até mesmo porque não conta com formação escolar especializada. Mas cabe grifar sua dedicação a dois gêneros raros: poesia e memórias. No âmbito do universo de 299 casos detectados de parlamentares brasileiros com produção escrita, enfatiza-se os principais gêneros de escrita priorizados pelos agentes, haja vista, que apesar da preponderância em termos mais setorialista, há trânsitos entre os vários gêneros de escrita, como já pontuado por Grill e Reis:

124 (41, 5%) dedicam-se prioritariamente à escrita sobre assuntos ligados a determinado setor que exige algum conhecimento especializado (setoriais); 98 (32,5%) oferecem escritos sobre grandes temáticas ou generalistas; 52 (17,5%) redigem sobre personalidades, movimentos, grupos, etc. (biografias históricas); apenas 23 (7,5%) investem especialmente na literatura ou produção de romances, contos, poesias, novelas, etc.; e somente 2 (0,7%) são marcados por terem produzido fundamentalmente “confissões políticas”, como memórias, autobiografias, etc. (GRILL e REIS, 2016, p.41).

Sublinha-se, no **quadro 06**, as publicações de Paulo Paim, os gêneros de escrita priorizados e os anos de publicações.

Quadro 06- Publicações de Paulo Paim

TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	EDITORA	GÊNERO
Os trabalhadores e a Constituinte	1986	Proletra: Porto Alegre	Generalista

Vida, sonhos e poesia	2001	Porto Alegre: Ed. do Autor	Literatura
Cumplicidade política e poesia	2004	Porto Alegre: Ed. do Autor	Literatura
40 horas semanais mais emprego, melhor qualidade de vida.	1997	Câmara dos Deputados	Generalista
Caminhado para a igualdade racial: estatuto	2000	Câmara dos Deputados	Generalista
Consciência e luta pronunciamentos e projetos de lei sobre relações raciais	1998	Câmara dos Deputados	Generalista
Um pouco da minha caminhada	2008	Senado federal	Memórias
Dia internacional para a eliminação da discriminação racial.	1988	Câmara dos Deputados	Generalista
Em defesa da cidadania dos afro-brasileiros	1997	Câmara dos Deputados	Generalista
Em defesa dos aposentados, trabalhadores e funcionários públicos	1996	Câmara dos Deputados	Generalista
Em defesa dos aposentados, trabalhadores e funcionários públicos	1996	Câmara dos Deputados	Generalista
Estatuto do idoso.	1997	Câmara dos Deputados	Generalista
O fundo de garantia é nosso: como chegar até ele	2001	Câmara dos Deputados	Generalista
Homenagem à deputada Benedita da Silva.	1988	Câmara dos Deputados	Generalista
Homenagem ao trabalhador comemoração do 1 de maio.	1989	Câmara dos Deputados	Generalista
A lei não faz a luta, mas a luta faz a lei.	1999	Câmara dos Deputados	Generalista
Política econômica e reforma tributária	1998	Câmara dos Deputados	Generalista
Previdência social: direito social e garantia da cidadania	2001	Câmara dos Deputados	Generalista
Salário mínimo digno a luta continua	1997	Câmara dos Deputados	Generalista
Salário mínimo e direitos humanos.	1998	Câmara dos Deputados	Generalista
Salário mínimo e redistribuição de renda	1997	Câmara dos Deputados	Generalista
Os trabalhadores e a Constituinte	1986	PROLETRA	Generalista
Uma cartilha sobre a previdência social: como buscar os direitos dos aposentados e pensionistas	2000	Câmara dos Deputados	Generalista
Salário Mínimo uma história de luta	2005	Senado federal	Generalista
O rufar dos tambores	2006	Senado federal	Memória ou autobiográfico
O poder que emana do povo	2009	Senado federal	Generalista
Nau solitária	2014	Senado federal	Generalista
O martelo, a pedra e o fogo	2016	Senado federal	Generalista

Paulo Paim figura como agente raro dedicado à produção de memórias. O que nos leva a compará-lo a outros agentes que escreveram livros autobiográficos estudados por Grill (2012) e Grill e Reis (2016) anteriormente. São agentes que investem neste tipo de empreendimento político e cultural, como estratégias para pautar e definir uma imagem de si.

Para isso, utilizamo-nos do **quadro 07** para fazer essa análise relacional de Paulo Paim em paralelo aos políticos que escrevem especificamente memórias já analisados.

Quadro 07 - Trabalhos de memórias

Agentes	Títulos	Contexto descrito	Traços biográficos valorizados
Vitorine Freire	A laje da raposa (1978)	Experiências individuais	Demonstrações de coragem, “enfrentamentos”, relações de amizade, lealdade
Daniel Krieger	Desde as missões... saudades, lutas, esperanças	Descrição da atuação pessoal em eventos históricos consagrados	Recurso da oratória, domínio de temas de natureza jurídica, ênfase nos traços de caráter, fidelidade e lealdade
Elieser Moreira	Coleção “cartas as minhas filhas: memórias do meu tempo” (v.01)	Exaltação da infância;	Valorização de competências técnicas, concepção de luta política centrada na racionalização de empresas e estratégias de conquistas de votos sem censura
	Coleção “cartas as minhas filhas histórias que os jornais não contam” (v.02)	Exaltação da adolescência até assumir cargos políticos eletivos	
Afonso Arinos	Alma do tempo: formação e mocidade (1961)	Infância à chegada a Câmara dos Deputados	Reconstituição da linhagem, situando o biografado e aquele que produz a

Paulo Paim	A escalada (1965)	Atuação Parlamentar	biografia via o descendente em comum
	Planalto (1967)	Saída da cena política durante o regime militar	Pertencimento geracional
	Alto mar, Maralto (1975)	Balanço de vida	Desprendimento material e gosto legítimo; dedicação à cultura, à tolerância e à liberdade
	O rufar dos tambores (2006)	Biografia pessoal, marcada entre 1954 a 2002	Valorização da atuação militante (combates e “causas” que defendeu), consagração dos “valores” de “perseverança”, “conquistas” e política como “missão”
	Um pouco da minha caminhada (2008)	Itinerário político	Ênfase na sua atuação política engajada em defesa das “minorias” Ênfase nas campanhas como demonstrativo do seu pertencimento regional e reconhecimento no Rio Grande do Sul

Fonte: Grill, Reis. A dupla arte de representar: Intersecções entre política e cultura no Brasil. IN: “Memórias de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e teorizações nativas sobre o jogo político”. FGV editora, 2016.

Sobre esse tipo de produção, pode-se sublinhar algumas tendências:

- ser escrita depois da aposentadoria (Vitorino Freire, Daniel Krieger e Eliéser Moreira);
- dominante entre descendentes de “famílias com tradição política” (Freire, Krieger, Moreira e Arinos);
- importância da formação escolar como critério de autoridade (Krieger, Moreira e Arinos);

- peso das biografias de destaque na política nacional, de políticos com acesso aos centros do poder governamental, parlamentar e partidário (Freire, Arinos e Krieger).

Mais uma vez, Paulo Paim aparece como um *outsider* entre os *estabelecidos* (ELIAS, 2000), o que talvez explique o tipo de relato autobiográfico que será produzido.

1.5. Paulo Paim e outros parlamentares “negros”

Quadro 08- Quadro comparativo do perfil de agentes “negros” no cenário político brasileiro

AGENTES	Paulo Paim	Abdias do Nascimento	Benedita da Silva
PROFISSÃO DOS PAIS	Pai: metalúrgico Mãe: dona de casa	Pai: sapateiro Mãe: doceira	Pai: pedreiro Mãe: lavadeira
PROFISSÕES PRÉVIAS	Metalúrgico	Professor-conferencista da scholl of drama na universidade de Yale; -Professor visitante da Wesleyan center of the humanities; Professor universitário da universidade do estado de Nova Iorque, em Buffalo; -Diretor do centro de pesquisas e estudos porto-riquenhos; -Professor-visitante da universidade de IFÉ, na Nigéria; Professor emérito da universidade de Nova Iorque.	Vendedora ambulante; Empregada doméstica; Operária fabril; Servente de escola; Auxiliar de enfermagem; Professora comunitária; Funcionária do departamento estadual de trânsito (DETRAN).
INSCRIÇÃO MILITANTE	Secretário-geral da CUT nacional (São Paulo) e vice-presidente da CUT; Vice-líder do PT; Presidente do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Canoas, RS (1981-1984 e 1984-85); Presidente da central estadual de trabalhadores do RS(1982-1983);	Fundador do instituto de pesquisas e estudos afro-brasileiros na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Co-fundador do movimento negro unificado; Membro co-fundador do conselho deliberativo do memorial Zumbi; - Fundador da secretaria do movimento negro do PDT,	Presidente da associação de moradores do morro do Chapéu Mangueira; Fundadora do departamento feminino da federação das associações de favelas do estado do Rio de Janeiro (FAFERJ); Fundadora do centro de mulheres de favelas e periferia (CEMUF);

		-Fundador do teatro experimental do negro	
CARGOS ELETIVOS	Deputado federal Senador	Deputado federal; Senador	Vereadora; Governadora; Deputada federal; Senadora.
PARTIDO POLÍTICO	PT (Partido dos Trabalhado -res)	PDT (partido democrático trabalhista) PT (partido dos trabalhadores)	PT
CARGOS ADMINISTRATIVOS	_____	Secretaria extraordinária para defesa e promoção das populações afro-brasileiras (SEAFRO); Secretaria de direitos humanos e da cidadania do Rio de Janeiro;	Ministra da Assistência e Promoção Social
ESCOLARIDADE	Ensino secundário	Formação Superior em Contabilidade, Ciências Econômicas e Sociologia	Curso Superior em Assistência Social

Fonte: Pereira. O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento, 2011; FGV DHBB; <http://www2.camara.leg.br/>; <http://www12.senado.leg.br/>; www.senadorpaim.com.br

Como nosso caso trata-se especificamente da mobilização de um agente negro de notabilidade significativa nos domínios sociais, se faz necessário traçar uma comparação com outros parlamentares com esse perfil (“negros” que alcançam altos postos na hierarquia política e se mobilizam, com maior ou menor ênfase, em nome dessa “causa” étnico-racial) como Abdias do Nascimento e Benedita da Silva.

Considerando o quadro acima, podemos notar que são agentes que ingressam no cenário político basicamente entre as décadas de 1980 e 1990. Contexto marcado pelo processo de reabertura política, pós-ditadura militar, com restabelecimento do pluripartidarismo, fortalecimento dos sindicatos, influência do movimento “diretas já”, surgimento de vários partidos e movimentos sociais e sindicais de esquerda, que possibilitou a inscrição de agentes políticos com perfis mais diversificados nessa nova configuração.

Abdias do Nascimento tem uma inserção na arena política de forma bem mais tardia, aos 69 anos, quando comparado a Benedita da Silva, que entra aos 41 anos, e Paulo Paim, que é o mais novo a entrar, com seus 37 anos. O

que pode estar vinculado ao fato que Abdias é o que mais investe em títulos escolares, possuindo 3 graduações, assumindo importantes cargos públicos administrativos, militância, exílio e carreira acadêmica antes de investir na carreira eletiva. Já Benedita da Silva investe previamente em uma graduação e militância. E, por último, Paulo Paim não há investimento em curso superior, mas em contrapartida, forte militância via engajamento sindicalista.

Abdias entra na arena política pela legenda do PDT (Partido Democrático Trabalhista) e, posteriormente, foi filiado ao PT (Partido dos Trabalhadores). Já Benedita da Silva, assim como Paulo Paim, entra pela legenda do PT. Nesse sentido, percebe-se, então, uma maior aderência ao PT, o que pode significar uma maior preponderância de agentes advindos das “classes” mais “populares” e militantes das “causas sociais” e “trabalhistas” nessa sigla, indicando também uma maior probabilidade de atração pelo Partido dos Trabalhadores (PT) entre políticos com esse perfil étnico-racial associado à militância.

Foi possível identificar, ainda, os primeiros cargos eletivos que esses agentes assumiram no início da trajetória política. Abdias do Nascimento inicia como deputado federal e posteriormente foi senador, assim como Paulo Paim. Já Benedita da Silva começa como vereadora, e só posteriormente foi governadora, senadora e deputada federal. Assim, podemos perceber que, enquanto Abdias e Paulo Paim mesmo sem ascendentes políticos conseguem entrar na política por cargos mais centrais (deputação federal), Benedita segue uma padrão de carreira que inicia por posição mais periférica (vereança).

Sublinha-se, então, que os perfis sociais desses agentes são marcados por uma origem social mais baixa, pois em todos percebemos que são oriundos das camadas sociais “menos privilegiadas”, em relação ao âmbito mais geral dos agentes políticos que vêm normalmente de famílias mais abastadas. Paulo Paim é oriundo de família “humilde” de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, sua mãe era dona de casa e seu pai metalúrgico. Teve nove irmãos. Em sua cidade natal, estudou no Ginásio Noturno dos Trabalhadores e no Ginásio Santa Catarina, de onde saiu em 1964. Iniciou sua militância política ainda quando estudante, tendo presidido os grêmios estudantis de seus colégios. Também foi aluno do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), atuando como operário metalúrgico.

Abdias de Nascimento é um agente oriundo de Franca, São Paulo, e de uma família também humilde e numerosa, com sete irmãos. Seu pai, José Ferreira de Nascimento, tinha como profissão sapateiro e sua mãe, Georgina Ferreira Nascimento, era doceira. A marca de seus discursos e trabalhos de memória é sempre acionando a sua “infância difícil”. Padrão também encontrado em Benedita da Silva, oriunda das “favelas” do Rio de Janeiro, como discorre Scotto (1994). Seu pai, era pedreiro, e sua mãe, lavadeira. Ela mobiliza sua identificação com o fato de ser “negra, “favelada” e “mulher”, *slogan* a partir do qual consegue se legitimar, reconvertendo em trunfos no âmbito político; positivando esses estigmas (como “favelada” e “negra”) e fazendo carreira no âmbito da política brasileira (SCOTTO, 1994).

Apesar de todos esses agentes apresentarem uma origem social mais baixa, como já mencionado, alguns contam com investimentos em escolarização, como Abdias de Nascimento, que chegou a se formar em Contabilidade, Economia e Sociologia em universidades prestigiadas, como a Universidade do Rio de Janeiro e Instituto Superior do Rio de Janeiro. Já Benedita da Silva formou-se em Assistência Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E Paulo Paim não conquistou um título superior. Cabe destacar, porém, o título técnico do Senai significa real possibilidade profissionalização e distinção no meio popular.

Para dois agentes (Abdias e Benedita), os investimentos em títulos os ajudam a se se legitimar mediante recursos considerados legítimos nos domínios políticos. Uma vez que: “a escolaridade, juntamente com as adesões políticas e religiosas, certamente se coloca como trunfo importante, no mínimo potencializando as demais inscrições” (REIS, 2014, p.40).

Nos três casos existe um trabalho de identificação às “causas” “raciais” que os legitimam a atuar como intérpretes das questões dos “negros”, dentre outras “bandeiras” que são acionadas no decorrer de suas tomadas de posições. Sendo pertinente destacar que a mobilização de “causas étnico-raciais” com qual Abdias se identifica se estabelece de forma mais exclusiva, isto é, não aciona outras “causas” no decorrer dos seus engajamentos e da sua atuação política. Já Benedita aciona, além da “negritude”, questões relacionadas a “mulheres”, “crianças”, “adolescentes”, “exclusão social”, etc. Contudo quem se destaca e se dinamiza com uma maior variação de “causas” é Paulo Paim, que no decorrer

da sua atuação política aciona de forma mais pulverizada e articulada suas “bandeiras de lutas” (atuando na defesa dos “negros”, como também dos “trabalhadores”, “quilombolas”, “indígenas”, “aposentados”, “assalariados”, dentre outras categorias).

Em termos gerais, nos três agentes essa identificação só é possível a partir de um longo trabalho de investimento na militância mais ou menos vinculada às suas origens sociais (origem “humilde” e pertencente a “classe popular”) que os autorizam a falar em nome desses “excluídos”, correlacionadas à sua própria “cor da pele”. A identificação e legitimação aparecem incorporadas, por serem “negros” e pertencente às “camadas populares”.

Vale destacar igualmente as disposições familiares, a internalização do gosto e a socialização na militância desde muito cedo na vida desses agentes. Como é possível notar em Benedita da Silva, que conta com essa influência desde muito jovem:

O pai atuou como militante do antigo PTB e, lembra Benedita em uma entrevista, sua casa estava sempre cheia de políticos que iam consultar-se com sua mãe, dona Ovídia, que era mãe de santo, para ver se ganhariam ou não as eleições. Nesta mesma entrevista ela menciona que em sua casa foram acolhidos, nos anos 70, muitos militantes do MDB perseguidos pela ditadura militar (SCOTTO, 1994).

Não de outra forma, assume notabilidade o seu engajamento militante, antes mesmo de mobilizar esses trunfos na política (cargos eletivos), uma vez que atuou como “presidente da associação de moradores do morro do chapéu Mangueira, fundou o departamento feminino da federação das associações de favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ), além de fundar o centro de mulheres de favelas e periferia (CEMUF)” (DHBB-FGV).

No caso de Abdias do Nascimento, não se percebe influência militante advinda da família, mas, em contrapartida, aos 17 anos, começa sua militância em São Paulo, engajando-se na Frente Negra Brasileira (FNB). Apenas “em 1936, por causa da sua militância, Abdias foi morar no Rio de Janeiro, onde se deu sua grande constituição intelectual” (PEREIRA, 2011). Assim percebemos um alto investimento em capital cultural (bens simbólicos, tais como leituras, títulos superiores, cursos e estágios no exterior e passagem por “boas escolas”). Haja vista que:

Aos sete anos, entrou para a escola primária no Grupo Escolar Coronel Francisco Martins (POLLICE, 2000), a primeira escola pública da cidade, fundada em 1905. Em 1928, ingressou no curso de contabilidade no colégio Ateneu Francano. Segundo Nascimento (2006), só lhe foi possível estudar nessa escola devido à intervenção da mãe com o prefeito da cidade, o qual lhe arranhou uma bolsa de estudos. Nessa mesma época, começou a trabalhar em um consultório médico como atendente. O vizinho, um dentista, possuía uma biblioteca que Nascimento viria a frequentar. No seu depoimento a Police(2000) ele afirma que passava horas lendo autores como Euclides da Cunha, Flaubert e clássicos da literatura internacional (PEREIRA, 2011, p.13).

Abdias teve uma forte inscrição militante, uma vez que “fundou o Instituto de pesquisas e estudos afro-brasileiros na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), foi co-fundador do movimento negro unificado, membro co-fundador do conselho deliberativo do memorial Zumbi, fundador da Secretaria do movimento negro do PDT e fundador do teatro experimental do negro” (DHBB-FGV).

Paulo Paim conta com a ambiência do engajamento militante desde muito jovem, iniciada em sua trajetória escolar: “Iniciou sua militância política ainda quando estudante, tendo presidido os grêmios estudantis de seus colégios” (FGV-DHBB). Corroborado em vários discursos e trabalhos de memórias, como se pode notar:

Quando os militares atearam fogo na sede na união nacional dos estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, logo após o golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964, eu já era presidente do grêmio estudantil do Ginásio Noturno Alberto Pasqualini, de Caxias do Sul... A diretoria do grêmio era enxuta, mas bem atuante. Fazíamos de tudo um pouco. Mas, o que mais gostávamos de fazer era política (PAIM,2006, p.15).

Paulo Paim notabiliza-se pela militância. Com já foi descrito, assumiu cargos como Secretário geral da CUT Nacional (Central Única dos Trabalhadores), Vice-líder do PT no Congresso, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas, Presidente da Central Estadual de Trabalhadores no Rio Grande do Sul; Presidente da Central Estadual de Trabalhadores, do Rio Grande do Sul, entre outras posições de liderança no domínio sindical. Essa militância prévia funcionou como disposição e recursos importante para sua entrada e ascensão no domínio político (cargos eletivos).

Benedita da Silva, por sua vez, acumula trunfos importantes, passando a ser reconhecida como primeira *mulher negra* presidente de uma associação de moradores, o que a possibilitou, desde então, construir uma sólida

liderança na comunidade e se eleger como vereadora, aos 41 anos, pela legenda do PT (SCOTTO, 1994). Além de se eleger como deputada federal da Constituinte (1987-1988); deputada Federal (1987- 1995); senadora (1995-1999), governadora (2002-2003) e ministra da assistência e promoção social (2003-2004) e atualmente deputada federal com mandato até 2019. Não de outra forma, como consequência da sua origem social e militância, consegue se legitimar em nome dos ditos “excluídos”, assim como Paulo Paim e Abdias do Nascimento. Em trabalho feito sobre seu perfil, são destacados:

Seus discursos em nome dos setores tradicionalmente excluídos da política e na disputa pela posição de porta-voz é indissociável da construção de uma imagem pública que encarna pessoalmente essa(s) identidade(s). Sua “trajetória de vida” torna historicamente verdadeiros seus discursos, à medida que não é a partir do “exterior” que interpelam ...os setores excluídos em geral, permitindo-lhes defender seus interesses; pelo contrário, ela os interpela (uma vez que os constitui) como portadores e representantes, eles próprios, dessa (s) identidade(s) (SCOTTO, 1994, p.58-59).

Diferentemente de Paulo Paim e Benedita da Silva (com atuação mais recente), Abdias milita no contexto dos anos de 1940 e 1950, quando encabeça o primeiro congresso do negro brasileiro (no ano de 1950), desdobrando a militância durante a ditadura militar, na década de 1960, quando é exilado nos Estados Unidos, o que o permite um maior investimento nesse país em estudos e na atuação como professor com posterior reconhecimento internacional:

Em 1969 foi professor-conferencista da Scholl of Drama na Universidade de Yale e professor visitante da Wesleyan Center of the Humanities. Entre 1970 e 1982 foi professor universitário da Universidade do Estado de Nova Iorque, em Buffalo, e diretor do Centro de Pesquisas e Estudos Porto-Riquenhos da mesma universidade. Durante sua permanência nos Estados Unidos, desenvolveu atividades acadêmicas em outros países, tendo sido professor-visitante da Universidade de Ifé, na Nigéria, entre 1976 e 1977. Tornou-se, ainda, professor emérito da Universidade de Nova Iorque (FGV-DHBB).

Cabe, pois, acentuar a gama de recursos culturais adquiridos e proporcionados por esse trânsito internacional, advindo do militantismo e, portanto, do exílio. Neste sentido, atribui, por um lado, “o “sofrimento” do seu exílio, marcando sua inserção nesse universo militante, em que prepondera uma vivência assinalada de “abnegação”, o que pode funcionar como um demarcador de alta “estima social” e de consagração dos seus feitos, e, por outro lado, de

“vítima” (REIS, 2015). Assumindo a posteriori cargos públicos administrativos, quando desfruta de certa notabilidade na luta pelos direitos dos “negros”.

Quando comparadas as longevidades das carreiras, percebe-se que Paulo Paim e Benedita da Silva têm perfis mais profissionalizados de ocupação de cargos eletivos, sobretudo comparando-os a Abdias do Nascimento, que se dividiu entre a carreira acadêmica e os postos políticos. Paulo Paim exerce mandatos desde 1986 (quatro mandatos de deputado federal e dois de senador), somando 32 anos. Benedita da Silva possui um longo percurso em cargos eletivos desde 1982 e ainda está no cenário político, atuando atualmente como deputada federal pelo Rio de Janeiro desde 2015. O tipo de inserção prévia (respectivamente sindicalismo e movimento comunitário) torna mais forte a dependência das ocupações políticas e menos provável a volta à profissão de origem.

Acentua-se que os três trajetos estão marcadamente caracterizados por significativa produção escrita. São agentes que se utilizam de um rol de publicações para se legitimarem como porta-vozes em nome de “causas” e se afirmarem no âmbito intelectual, em consonância com a atuação política. Isto é, adquirem reconhecimento indissociável como “letrados” e “votados” (GRILL e REIS, 2008), exercendo a dupla arte de representar (GRILL e REIS, 2016).

Abdias do Nascimento lançou publicações como: *Sortilégio* (1957, traduzido para o inglês em 1978); *Dramas para negros e prólogo para brancos* (antologia, 1961); *O negro revoltado* (1968, que teve uma segunda edição em 1982); *Racial democracy in Brazil: myth or reality?* (Nigéria, 1972); *O genocídio do negro brasileiro* (1978); *Mixture or massacre* (1979); *O quilombismo*, (1980, 2ª edição em 2002); *Sitiado em Lagos* (1981); *Axés do Sangue e da Esperança* (1983); *Orixás: os deuses vivos da África*, livro bilíngüe (inglês e português) de gravuras, editado em 1995; e *O Brasil na mira do Pan-Africanismo* (2002).

Benedita da Silva lançou publicações como: *Violência, extermínio: para onde vão nossas crianças* (1992); *A questão racial e a nova sociedade* (1994); *A situação das crianças e dos adolescentes brasileiros* (1995); e *Desafio e perspectivas para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro* (1996), além de livro autobiográfico intitulado *Benedita* (1997).

Paim publicou, entre outros livros: Os trabalhadores e a Constituinte (1986); Em defesa dos aposentados, trabalhadores e funcionários públicos (1996); Política econômica e reforma tributária (1998); Previdência social: direito social e garantia da cidadania (2001); O poder que emana do povo (2009); O martelo, a pedra e o fogo (2016).

Abdias destaca-se pelo reconhecimento acadêmico e internacionalizado (com circulação na Nigéria, versões em inglês, etc.) de seus escritos sobre “raça” e inserção dos “negros” em espaços da sociedade. Benedita, por seu turno, combina questões ligadas à sua formação em Serviço Social e temas dominantes na sua carreira militante. E, por fim, Paulo Paim lançou publicações, majoritariamente, de cunho generalista e que propunha temáticas mais relacionadas ao perfil que o legitimou ao longo da sua trajetória, tais como direitos dos “negros”, “aposentados”, “assalariados”, “trabalhadores”, etc, e às questões como “democracia”, “igualdade”, “cidadania”, como veremos detidamente mais adiante. Os dois últimos com circulação circunscrita ao país.

2. CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE UMA *MEMÓRIA*: ORIGEM SOCIAL, ENGAJAMENTOS E “CAUSAS”

Como foi salientado no capítulo anterior, podemos observar em Paulo Paim um recorrente trabalho de memória e identificação sendo construído por meio da publicação de livros. Com efeito, podemos atestar que, para Paulo Paim, assim como para outros profissionais da política, o que está em jogo é uma constante construção da autoimagem ou apresentação de si, que faz parte de um processo de recorrente mutabilidade e negociação, além de ter em vista um conjunto de mecanismos de auto-consagração. Assim sendo, a fabricação dessa *memória* é entendida nesta pesquisa como “um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201).

Neveu (1992) destaca esse trabalho de memória feito por políticos como “um instrumento importante no trabalho simbólico e que busca erigir sua imagem e o controle dela”. A análise de trabalhos de memórias de Paulo Paim tem o intuito, pois, de verificar como, ao longo desses escritos, ele mobiliza a construção de *identidades estratégicas* (Collovald, 1988).

Em direção complementar, Grill (2014, p.149) afirma:

A produção de memórias é um dos tipos de empreendimentos de escrita a que se dedicam políticos profissionais e se constitui num universo de análise particularmente privilegiado para a apreensão de estratégias e princípios de afirmação e hierarquização do mundo político em diferentes condições históricas e regionais.

Portanto, de maneira mais geral, para a apreensão dos trabalhos de memórias dos agentes deve-se atentar para:

Relevância heurística do exame de memórias de políticos. Essas fontes-objetos são instrumentos eficazes, por um lado, para apreender a gestão da própria imagem e, por outro, para captar teorizações nativas sobre a profissão política realizadas por agentes que se sentem autorizados e demandados a tornar públicas as suas ‘confissões’ (GRILL, 2015, p.22).

Paulo Paim lançou duas memórias, em intervalo de tempo relativamente curto, uma em 2006, quando já alcançara o alto posto de Senador da República, pela editora do Senado, responsável por significativa parcela da publicação de políticos brasileiros, e a outra, em 2008. A primeira biografia é intitulada “O Rufar dos Tambores”, livro em que aborda sua trajetória política,

com ênfase em sua “infância”, “adolescência”, “família”, suas influências “ideológicas” e principais “engajamentos” e conquistas no decorrer de sua militância.

Em seguida, em 2008, lança “Um pouco da minha caminhada”, enfatizando majoritariamente feitos da sua trajetória política (cargos eletivos e campanhas eleitorais). Segundo sua apresentação, o livro traz:

Pronunciamentos entre os mais de 900 que fiz nos meus primeiros anos como senador da república. Esses escritos sintetizam a minha andança de ‘pago em pago’ durante as campanhas eleitorais de 2004 e 2006. Faço também um resumo do que foi até agora a minha trajetória em defesa dos interesses do Rio Grande do Sul e de toda a sua gente (PAIM, 2008).

Esses dois trabalhos de memórias de Paulo Paim trazem à tona a construção de suas principais identificações tanto no que tange à mobilização de “causas” no decorrer da sua trajetória política, quanto à sua concepção política demarcada por “lutas” e “manifestações”.

Paim traz recorrentemente as “bandeiras” que vem defendendo, sua atuação na militância e o reconhecimento atingido em vários domínios sociais, possível de ser demonstrado quando ele lança no corpo das narrativas cartas, depoimentos escritos, matérias em jornais de grande circulação e alguns de seus discursos que o destacariam como o senador do “povo”, o “porta-voz” das “minorias sociais”, etc.

Além disso, podemos verificar, via o material que é anexado às publicações, Paulo Paim como alvo de um trabalho coletivo de eternização, reconhecido como o agente ligado a “causas” sociais, através de algumas instâncias de consagração, como mídia, sindicatos, lideranças e organizações diversas.

Quadro 9- Autobiografias de Paulo Paim

Obras	O rufar dos tambores	Um pouco da minha caminhada
Tempo descrito	1954-2002	2004-2006
Trunfos acionados	<ul style="list-style-type: none"> -Origem familiar humilde; -militância no movimento estudantil e sindical; -Sua formação profissional e ênfase na importância do ensino profissionalizante; -Liderança de várias greves e paralisações em defesa do direito dos trabalhadores; - Ideia de pertencimento ao estado do RS; -Circulação internacional em nome das “causas trabalhistas”; -Cargos exercidos na militância; -Extensa atuação política no Congresso nacional (deputado e senador). 	<ul style="list-style-type: none"> - “Porta-voz” do seu estado de origem, RS; -Ênfase na atuação política engajada:250 proposituras; mais de 100 propostas de emendas e outros projetos; e 48 audiências públicas; -Defesa da “educação profissionalizante”; -Pertencimento ao RS e sobrevalorização dessa identificação regional; -Pertencimento a “classe trabalhadora” e “operária”; -Referências saudosistas a sua “terra natal” e sua “vida de operário”; -Projetos de incentivo de “desenvolvimento” da região sul; -Projetos de erradicação do trabalho infantil; -Projetos de valorização do vinho do Rio Grande do Sul e educação ambiental de turismo rural no mesmo estado;
“Causas” defendidas	<ul style="list-style-type: none"> - “Trabalhistas” - “Negros” (étnico-racial) - “Indígenas” - “Aposentados” - “Deficientes físicos” 	<ul style="list-style-type: none"> - “Trabalhistas” - “Negros” - “Indígenas” - “Aposentados” - “Deficientes físicos”
Feitos alcançados e acionados recorrentemente	-Aprovação e ênfase na criação dos estatutos: do idoso, da igualdade racial, da pessoa com deficiência.	-Discorre de forma extensa sobre todas as propostas de leis, emendas e projetos aprovados ao longo da sua carreira política;

Fontes: obras do autor (O rufar dos tambores e Um pouco da minha caminhada).

Estas publicações de Paulo Paim sinalizam para um extenso trabalho de construção de sua identidade pautada pela ativação das “causas” sociais (trabalhadores, negros, aposentados, deficientes, etc.) e marcado por uma concepção de “política” preponderantemente ligada à “participação popular”, influenciado tanto pela “ideologia” de seu partido (PT), que se funda com o *slogan*: “trabalhador vota em trabalhador”, como por suas disposições sociais (sua origem social) e sua forte militância prévia.

Com efeito, percebe-se recorrentemente em seus discursos a forte identificação com as “classes populares” e suas “demandas”, conseqüentemente colocando-se como parte do “povo”, se apresenta como “povo” e remete-se a esse público como parte dele, o que é possível de ser observado em passagens em que ele se utiliza na primeira pessoa do plural (nós).

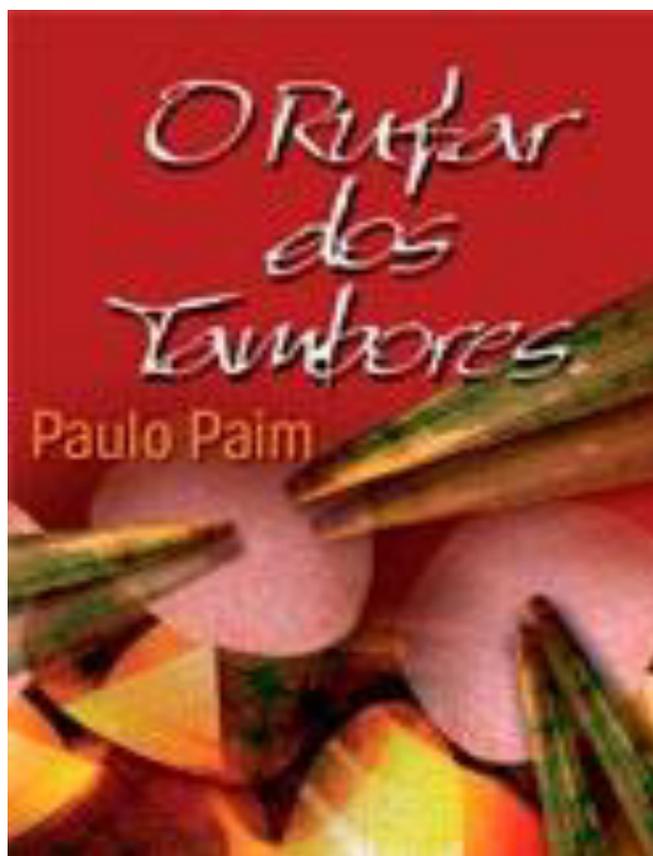
2.1. O Rufar dos tambores

A seguir o trecho do poema apresentado como biografia do autor de “O rufar dos tambores” que ilustra o que foi dito acima:

Longa caminhada:
Sei que é difícil entender
Sei que hoje estou no centro do poder
Mas saibam que eu sou povo
Isto, jamais vou esquecer.
Gostaria que acreditassem
Que o luxo de Brasília
E seus palácios
A orquestra de violinos
E o piano de cauda mostram
O quanto estão longe os pandeiros
O violão, o tambor pelo povo tocado
É o cenário de um palco viciado.
Vocês sabem
Que eu não podia aceitar
Por isso eu não mudei
Não abandonei os **nossos** sonhos
As **nossas** ilusões
O que preguei.
Continuarei livre
Livre como os pássaros
Livre para cantar;
Livre para escrever, protestar
Para sonhar
Se chorei
Foi porque minha mente e alma
Estão com vocês
Jamais os abandonarei.
(PAIM, 2006, p.32-33)

A publicação “O rufar dos tambores” traz na capa a foto de tambores com suas baquetas. Como é possível visualizar ao lado.

O título e a imagem fazem alusão à questão “étnica”, muito presente em seus discursos e intervenções. No livro, essa identificação vem recorrentemente acompanhada da valorização da ação militante que liga “minorias” e “direitos”, sendo o próprio agente, suas “lutas” e “protestos”, o exemplo



a ser seguido, como destacado na contracapa e no final do seu livro:

Onde está a batida dos tambores que outrora escutávamos a exigir o fim da ditadura, as diretas-já, a cassação de corruptos, a reforma agrária, os direitos da cidadania, mais empregos, um salário mínimo decente, a valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas...A grande virtude do homem público é a fidelidade para com a sua história, mas sendo assim, o que dizer daqueles que a aviltam? Que a corrompem? Que a esmagam? Que a esquecem? Que a assaltam? Serão eles saqueadores da dignidade de toda uma nação? Fico ao lado dos meus: Se tiver de começar tudo outra vez, faço com a mesma paixão. A minha mensagem é a minha vida...embalada caudalosamente pelo rufar dos tambores.

Esse argumento em prol da “política” majoritariamente “ativa”, com viés de “mobilização”, aparece sistematicamente em suas publicações, assim como é acionado em discursos e entrevistas. Como podemos destacar abaixo, em trecho de uma entrevista à revista VEJA, na qual se refere ao livro em questão, “O rufar dos tambores”. Enfatiza:

No auge do governo Lula escrevi um livro, O rufar dos tambores, em que dizia que estava com saudades de ouvir as batidas dos tambores do povo nas ruas. Chamavam-me de rebelde. Mas acho que o movimento não pode ser partidarizado. Ele tem de ter visão crítica e se manter sempre mobilizado contra as questões como a impunidade e a corrupção, por exemplo. (Entrevista concedida a VEJA em 16-12-2015, p.12).

Já nas orelhas do livro é destacado seu local de origem, sua inserção na militância desde tempo estudantil, os principais cargos que assumiu como sindicalista no decorrer da sua carreira profissional e posteriormente os cargos políticos (cargos eletivos) assumidos, como deputado federal e senador. Também trazendo à tona o reconhecimento alcançado por um trabalho político e engajado, voltado para as “causas” sociais, dos “trabalhadores”, “aposentados”, “negros”, “índios”, “mulheres”, “crianças”, “discriminados”, “servidores públicos” etc.

A estruturação da publicação é feita da seguinte forma:

Quadro 10- “O rufar dos tambores”

Partes	Títulos	Especificações
Parte 01	“Não se espera o sol nascer”	-Infância, juventude, militância estudantil, sindicalismo. -formação pessoal e política

Parte 02	“É hora de molhar a terra”	-Atuação na constituinte de 1988
Parte 03	“O caminho se faz caminhando”	-Contextualização da sua atuação na década de 1990
Parte 04	“Amassando barro com o povo”	“Idosos”, “negros”, “índios”, “pessoas com deficiência”.
Apêndice		Conjunto de fotografias reproduzindo os “principais fatos da sua vida”

Fonte: O rufar dos tambores

A narrativa da primeira parte, “Não se espera o sol nascer”, divide-se em vários subtemas, tais como: “A casa”, “Estudantes”, “Ferro e alumínio”, “Metalúrgicos”, “Greves”, “Movimento”, “Tomás Borge”, “Trabalhador”, “Santinhos”. Na sessão “A casa” destaca-se a infância dita “difícil”, em uma descrição mesclando “sacrifício” e “orgulho”, com acionamento do seu trabalho desde criança para ajudar na renda familiar, pois, segundo o mesmo, vinha de uma família relativamente grande e de origem “humilde” de 9 irmãos, sendo sua mãe dona de casa e seu pai metalúrgico, assalariado. O que não deixa de ser um demarcador identitário com uma grande parte da população que vive em condições menos “privilegiadas” e que se identificam como “trabalhadores honestos”. Como abaixo descrito:

Comecei a trabalhar aos oito anos de idade, amassando barro numa fábrica de vasos em Caxias do Sul (RS), minha cidade natal. Foi por uma questão de necessidade, já que lugar de criança é na escola...a minha função era amassar barro com as mãos. Ficava fascinado vendo aqueles artesãos forjarem variadas formas de todos os tamanhos como vasos, panelas, estatuetas, corpos e jarros. Para mim aquelas mãos operárias eram como se fossem ventres...Tempos difíceis que me ensinaram desde cedo, a ter responsabilidade em todas as ações que faço... Enfim, eu com meus onze anos já havia trabalhado amassando barro, vendendo quadros e agora seria marceneiro. Para mim foi um orgulho, pois estava ajudando no orçamento familiar (PAIM, 2006, p.12).

É possível elencar alguns componentes de influência significativa na carreira política e militante de Paulo Paim, como a questão da tradição “trabalhista”, a sua identificação com os “trabalhadores”, “operários”, devido à sua origem e à socialização neste meio. Tanto é que se percebe passagens de supervalorização de ícones heroicos para sua família e para parte do Rio Grande do Sul, que ele acaba herdando, de figuras tais como Getúlio Vargas:

Os anos 50 foram conturbados para o país. A morte do presidente Getúlio Vargas me marcou. Embora com os meus quatro anos na época...Meu pai não se conteve e chorou muito. Era um getulista, como nós gaúchos falamos, dos 'quatro costados...Com certeza Vargas foi o maior presidente que este País já teve (PAIM, 2006, p.11).

Já no tema “Estudantes”, ele aciona sua trajetória no movimento estudantil que funciona como um “demarcador” e desencadeador do início de sua militância:

Logo após o golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964, eu já era presidente do grêmio estudantil do Ginásio noturno Alberto Pasqualini, de Caxias do Sul... a diretoria do grêmio era enxuta, mas bem atuante. Fazíamos de tudo um pouco. Mas, o que mais gostávamos de fazer era política (PAIM, 2006, p.13).

Relata o seu engajamento no movimento estudantil, levantando a bandeira da “Democracia” e demarcando uma concepção “política” baseada na ideia de mobilização e de “luta popular”;

Estava vindo de Porto Alegre quando participei de uma mobilização contra o golpe. Em plena capital gaúcha conspiramos juntamente com sindicalistas e políticos. Queríamos resistir. Quando fui levado para a delegacia não pude me conter e tentei, sem conseguir resultado, convencer o policial de que o Brasil não suportaria um regime militar. ‘A democracia e o voto direto são as melhores opções’, dizia. Ele apenas me mandou calar a boca, além, é claro, de me chamar de ‘guri comunista’. Essa experiência durou pouquíssimas horas. O meu pai tinha bom relacionamento na comunidade. Fui solto às 22 horas (PAIM, 2006, p.16).

Na sessão “Ferro e alumínio”, Paulo Paim ressalva a importância do “ensino profissionalizante”, que teria defendido em muitos dos seus “programas” políticos posteriores. Assim, ele discorre sobre sua própria experiência como aluno do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), nos anos 1960, com um tom de “sacrifício” e ênfase nas ditas “dificuldades” enfrentadas; o que vai posteriormente facilitar sua intervenção legítima em defesa deste tipo de ensino profissional. Sua vinculação com o tema, aparece claramente no trecho que se segue:

la a pé até o SENAI. Entre ida e volta até chegar em casa andava mais de 40 km. Eram meus colegas o Jaime Perin, Nauro Roncada e o Zeca. Foram anos de muitos estudos e aprendizados...O meu primeiro emprego após sair do SENAI foi na GETAL. Depois passei pelas indústrias Dalsoquio Meneguti e pela Abramo Eberle, ambas de Caxias do Sul. O trabalho de um operário metalúrgico é árduo e requer conhecimento, e no meu caso, que era um modelista e matrizeiro, muita dedicação e atenção... Acredito que o ensino profissionalizante é de fundamental importância para a construção de um novo perfil da

classe trabalhadora, que esteja qualificada a responder os desafios das modificações tecnológicas e da globalização (PAIM, 2006, p.20-21).

Este posicionamento em prol do “ensino profissionalizante” se tornaria, segundo ele, um dos pilares da sua atuação no Congresso Nacional. A exemplo de quando ele aprova, como senador, o projeto de lei de nº 274, que visa a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (FUNDEP), em 2003, mesclando a influência de sua própria base de formação, sua origem social e a crença neste sistema “trabalhista técnico” como parâmetro “desenvolvimentista” para o Brasil.

Na sessão “Metalúrgicos”, o autor dá destaque para sua inserção na militância sindical, quando ainda trabalhava na FORJASUL e assumiu a comissão interna de acidentes. Descreve, ainda, o acidente com um amigo que perdeu parte do braço, fato que o teria levado a se envolver mais nesses “assuntos”. Cita ainda a greve dos metalúrgicos em São Paulo liderada por Lula, na década de 1980, e que desencadeou a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Portanto, nesta sessão ele começa a descrever suas primeiras inscrições militantes, enfatizando convites de outros personagens que enxergariam nele uma “liderança nata”. Utiliza-se, no decorrer da sua narrativa, de muitos depoimentos que aparecem transcritos no livro. Esses reforçariam o seu reconhecimento no meio. Abaixo uma ilustração:

Eu conheci o Paulo Paim na Forjasul, na luta interna da fábrica, por melhores condições de trabalho. Desde aquele tempo ele já tinha uma atuação destacada. Quando a gente ganhou o Sindicato ninguém imaginou que os sindicatos dos metalúrgicos iam ganhar a projeção que ganharam...E a importância dele hoje é a importância desta nova mentalidade que surgiu no sindicalismo brasileiro. Uma mentalidade diferente e uma maneira de atuar diferente, sem nunca medir esforços para avançar a luta da classe operária pelo socialismo. (Depoimento concedido em 1985 por José Gilmar Pedruzzi- Secretário Geral do Sindicato dos metalúrgicos de Canoas, PAIM, 2006, p.25).

O autor ainda aciona demonstrações de sua “abnegação” às “causas”, seus “sacríficos” que denotam “altruísmo”, permitindo aproximá-lo de um padrão de exaltação do militantismo descrito por Gaxie (2005). O trecho que segue é exemplar:

No dia 07 de Abril de 1983 após o término de uma assembleia eu fiquei na sede do sindicato dos metalúrgicos quando os companheiros que estavam em greve no pólo me ligaram e avisaram que a situação estava muito difícil. Num confronto com a polícia o operário Calgenir

Lauri dos Santos havia sido ferido com um tiro de 12 e perdera uma das pernas. Peguei a minha Brasília e fui até em casa. Relatei o fato aos meus filhos e disse que não poderia ficar para jantar e contar estórias. 'Estou indo para o Pólo ficar ao lado de outros pais que estão lá lutando para que seus filhos possam viver com dignidade'. Eles me abraçaram e disseram: 'Vá e volte. Nós estaremos lhe esperando'. Nesse momento eu tomei a decisão que não seria somente presidente dos metalúrgicos de Canoas. Deveria estar ao lado de todos os trabalhadores onde eles estivessem. Quando me encontrei com os trabalhadores disse a eles que os meus filhos não eram melhores que os filhos deles, por isso eu estava ali ao lado deles na resistência (PAIM, 2006, p.28).

No subtema "Greves", o autor vem basicamente discorrer sobre sua participação na greve geral de 1983, reforçando sua inscrição militante prévia à ocupação de cargos políticos e denotando seu compromisso com a causa. O trecho a seguir mostra como tal pertencimento é fonte de autovalorização:

Depois de quase 20 anos de governo militar organizamos a maior mobilização nacional de trabalhadores até então. Era tudo ou nada. Paramos o Brasil com uma greve geral. O dia 21 de Julho de 1983 entrou para a história. Em São Paulo participei dos preparativos da greve e depois retornei ao estado para me integrar à coordenação dos grevistas (PAIM, 2006, p.30.)...

Eram três horas da tarde. Após terminar o discurso, fui ovacionado. Não aguentei o cansaço e desmaiei, pois estava há dois dias e duas noites sem dormir... (PAIM, 2006, p.32).

Na sessão "Movimento", Paulo Paim enfatiza sua participação, em São Paulo, no I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e como foi eleito Secretário-geral dessa entidade. Descrevendo que, em junho de 1986, proferiu um discurso em que salienta esse olhar diferenciado sobre o "novo sindicalismo", destacado e transcrito, na íntegra, em seu livro. Abaixo um trecho:

O movimento sindical tem de ter claro que o sindicalismo de gabinete acabou. Esse sindicalismo já passou e está superado. O sindicalismo que tem que ser feito hoje é o sindicalismo de porta de fábrica, de dentro da fábrica, no local de trabalho. Falo de um sindicalismo de massa e democrático. Esse é o único sindicalismo que tem espaço. Se você não fizer assim, você não estará construindo. Você acabará prejudicando os trabalhadores e a si próprio, por que você será atropelado. É como se diz: ou você pega no ferro quente, lá na base, junto com o peão, ou você dança (PAIM, 2006, p.38).

Nas sessões que seguem para finalizar essa primeira parte, "Tomás Borges", "trabalhador" e "santinhos", ele ressalta a sua circulação internacional como sindicalista. Como apontado no trecho:

Como secretário geral da CUT tive a oportunidade de estar em vários países representando o movimento sindical brasileiro. Estive no Uruguai, Argentina, Cuba, Nicarágua, Espanha, França, Holanda e Bélgica. Além de receber convites para estar na Itália, Alemanha, Polônia, Rússia, Israel, comunidade palestina, e alguns países da África (PAIM, 2006, p.39)

Nesta parte, é dado destaque significativo à viagem à Nicarágua, país no qual teria ocorrido um “modelo de revolução”, segundo Paim. Como é possível observar adiante:

Estive reunido com o Tomás Borges, que era um dos sete comandantes da revolução sandinista. Ele falou muito sobre a revolução: ‘quando estava preso, um coronel de Anastácio Somoza, disse que o nosso líder, Carlos Fonseca, estava morto e que a revolução havia terminado. Respondi, como se fosse o primeiro dia de luta: Carlos Fonseca jamais morrerá, por que seus ideais vivem para sempre...Aquilo se espalhou como um rastilho de pólvora em nosso país’. Em 19 de Julho, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FLSN) derrotou a ditadura de Somoza que estava no poder há mais de 40 anos. (PAIM, 2006, p.40-41).

Na sessão “Trabalhadores”, destaca a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), com origem no início da década de 1980, e o protagonismo dos sindicalistas. Exalta o lema “trabalhador vota em trabalhador”, ressaltando a importância do partido no qual ingressou na carreira política e no qual permanece ainda hoje. Assim, declara:

Eu comecei a compreender a importância dos trabalhadores terem um partido político. Tínhamos consciência de que era para que ocorressem mudanças sociais no Brasil tínhamos que ter um partido organizado no seio da classe trabalhadora... (PAIM, 2006, p.42-43).

Para destacar o seu engajamento e reconhecimento na luta sindicalista, ele ativa um depoimento que é transcrito no livro:

O Paim é um grande companheiro de luta, e agora, um construtor do Partido dos Trabalhadores. Desde 1981 Paim demonstrou-se ser um dirigente sindical que merece a confiança que os trabalhadores depositam nele. Não só mudou radicalmente o sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, transformando-o em exemplo e apoio para todos os trabalhadores combativos, como está no dia-a-dia da construção da CUT ...”. (Depoimento concedido em 1985, por Olívio Dutra- Presidente do PT do Rio Grande do Sul, PAIM, 2006, p.43).

Na sessão “Santinhos”, ele relata o início de sua campanha para deputado federal, e como ele, “trabalhador” (destacando com isso “digno” e “sem dinheiro”), contou com a colaboração de vários amigos, do movimento sindical e dos próprios trabalhadores. Sinalizando que contava com uma rede de relações

de amizades duráveis. Afirma: “nossa campanha só foi possível por que teve a ajuda infinita dos amigos, do movimento sindical e dos trabalhadores que acreditaram em nós. Até hoje sou grato por isso” (PAIM, 2006, p.45).

A fusão entre militância no sindicalismo e adesão ao Partido dos Trabalhadores aparece como principal trunfo da sua primeira campanha:

Um empresário, um político profissional, ou um latifundiário, irão criar leis de interesses dos trabalhadores? Claro que não! Eles vão trabalhar o tempo todo para que suas riquezas, seus lucros e seu patrimônio sejam garantidos. Quem poderá defender o direito dos trabalhadores são os próprios trabalhadores. São aqueles que já vem lutando junto com os trabalhadores e que continuarão a lutar também na assembleia nacional constituinte...Os trabalhadores não querem esmolas, eles querem uma vida melhor e mais digna para si e sua família e para isso é necessário mudanças que atinjam a maior parte da população (PAIM, 2006, p.45).

Já adentrando para a segunda parte da autobiografia de Paulo Paim, intitulada “É hora de molhar a terra”, cabe frisar que a mesma é organizada nos seguintes subtemas: “Brasília”, “Ulysses”, “Primeiro”, “Propostas”, “Jornada de trabalho”, “Assassinato”, “Pressão”, “Confisco”, “Aposentados”, “Sonho”, “Reforma Agrária”, “Dívida”, “Conquistas”, “Tribunos”.

No subtema “Brasília”, Paulo Paim descreve sobre sua chegada à Brasília para tomar posse como deputado constituinte e sua estreita relação de amizade e admiração com o Olívio Dutra (ex-governador do Rio Grande do Sul) e Lula (ex-presidente da República), demonstrando recorrentemente o orgulho de ser “militante” e o reconhecimento adquirido no domínio sindical:

Certa vez o Olívio me disse: ‘todos nós militantes por um Brasil mais justo temos sonhos e os perseguimos durante nossas vidas’. E concluiu: ‘Paim, nós temos trajetórias de lutas fecundadas por sonhos que dizem respeito à dignidade das pessoas, à justiça social, às relações humanas mais qualificadas e criativas’ (PAIM, 2006, p.50).

No subitem “Ulisses”, Paulo Paim faz uma homenagem a esse agente, como presidente da Assembleia Nacional Constituinte, reconhecendo-o como figura importante para “esteio da redemocratização no País”. Desse modo, se inscreve também nesse evento consagrador da chamada “Nova República”.

Em “Primeiro”, ele traz como destaque seu primeiro discurso na tribuna como deputado constituinte, defendendo o fim do voto secreto nas votações no congresso:

Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes, venho hoje, pela primeira vez, usar a tribuna desta casa como constituinte, como vice-presidente

nacional da CUT e como operário metalúrgico, na defesa de um ponto importante e que deve constar do regimento interno: que esta casa, em nenhum momento, use o voto secreto...Voto secreto faz lembrar golpe militar, preparado nos porões; secreto lembra dívida externa; secreto lembra contas nos bancos suíços; secreto lembra os trabalhadores torturados e os companheiros trabalhadores do campo e da cidade assassinados ao longo da ditadura...(PAIM, 2006, p.55).

Em “Propostas”, “Jornada de trabalho”, “Confisco”, “Varig”, “Aposentados”, “Sonhos”, “Reforma agrária”, “Dívida” e “Tribunos”, Paulo Paim realça as principais temáticas nas quais interveio ao longo da sua trajetória política. Dentre essas temáticas destaca-se “Direitos dos trabalhadores”, “causa” a qual procura se associar.

Ainda nesse viés da discussão de temáticas que são mobilizadas por esse agente, podemos perceber como ele aciona a defesa e a luta como portavoz legítimo em nome de “bandeiras”, com ênfase na “questão trabalhista”. Nos trechos a seguir tal aspecto fica evidente:

Depois que ouvir os relatos de trabalhadores, fiquei estupefato. O que estava acontecendo era inadmissível. Setores do empresariado pressionavam os trabalhadores para que assinassem propostas contrárias à estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho (PAIM, 2006, p.65).

Da tribuna da Câmara dos deputados cheguei a mostrar toda a minha indignação com aquela pressão sobre os trabalhadores: “o ato deliberado de coação para com os empregados ameaçando-os com demissão e, efetivamente, demitindo vários deles, é um procedimento de quem não tem escrúpulos, de quem não aceita as regras do jogo, de quem não quer a democracia e o respeito às liberdades desse país (19-08-1987). (PAIM, 2006, p.66).

Denunciei a direção da viação aérea Rio-Grandense (VARIG) numa tarde quente de Janeiro de 1988. A companhia aérea demitiu de forma arbitrária toda a sua comissão pré- sindical do Estado do Rio Grande do Sul. A alegação foi de que a greve era ilegal (PAIM, 2006, p.70).

Os aposentados deste País empenharam sua força de trabalho por anos a fio, contribuindo para o desenvolvimento econômico da Nação e também contribuindo religiosamente para a Previdência Social, hoje estão aí abandonados à sua própria sorte (PAIM, 2006, p.72-73).

Paulo Paim ativa ainda a “luta contra o racismo”, utilizando-se de “mártires” e “ícones” que atuaram contra essas desigualdades relacionadas às “questões raciais”, como Martin Luther King Júnior, John Kennedy, Abraham Lincoln, Malcon X e Zumbi dos Palmares, exaltados pelo agente como grandes ideólogos dessas “causas” e que pagaram com a própria vida, como no trecho que se segue;

Luther King morreu levando para o túmulo seu sonho. O sonho de uma sociedade justa e sem preconceitos. Ele ficou conhecido em todo mundo por sua luta contra o racismo... A semente plantada por Martin Luther King está sendo colhida pelas novas gerações, nas mais diversas partes do mundo. Sementes que não temem nada e que não morrem sob o frio do inverno ou sob o calor do verão. Essas sementes mostram vida no Outono e fornecem flores para todos na primavera, não importando a cor da pele, mas sim, o caráter, como dizia (PAIM, 2006, p.79).

E, para finalizar essa segunda parte, Paulo Paim faz um balanço das suas conquistas na esfera dos “direitos sociais”, com o subtema “Conquistas”:

Foi possível produzir alguns avanços, principalmente no que diz respeito aos Direitos Sociais: as 44 horas semanais; o direito de greve; a estabilidade dos dirigentes sindicais; o aviso prévio acrescido e proporcional; o adicional de férias; a não-prescrição dos direitos trabalhistas para o trabalhador rural e urbano; o turno de seis horas; a licença gestante; a licença paternidade; a igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos; e a remuneração integral da aposentadoria (PAIM, 2006, p.85).

Na terceira parte do livro, “O caminho se faz caminhando”, pode-se identificar subitens denominados “Mandela”, “Governo paralelo”, “Greve de fome”, “A vitória dos 147%”, “URV”, “Bang- Bang”, “Japão”, “Farrapos”, “Frente Parlamentar”, “Juros altos”, “Terceira secretaria”, “Racismo”, “Modernização?”, “Amizade”, “Gesto simbólico”, “Prévias”, “Lula”, “Décio Freitas”.

Paim começa esse momento do livro descrevendo a sua experiência numa comissão formada para viajar para África do Sul, no intuito de conhecer o *Apartheid* e o líder Nelson Mandela. E, por isso, aciona os principais líderes brasileiros reconhecidos nesta “causa”, ativistas contra o racismo e majoritariamente “negros” também, como Benedita da Silva, Carlos Alberto Caó, Edmilson Valentim, etc. Associando-se a essas personalidades, parece reforçar sua vinculação com suas “causas”.

Neste esforço, Paulo Paim descreve muitas experiências que o chocaram na viagem, acionando sua identificação com “sofrimento” vivenciado por aquela população negra estigmatizada, enfim, concentrando legitimidade que o habilita ainda mais como “porta-voz” das “causas” étnico-raciais. Adiante alguns trechos que demonstram o acionamento dessa ligação pessoal e política:

Conheci a mulher de Nelson Mandela. Winnie Mandela era uma figura singular: líder nata e firme nas suas proposições. Se ela quisesse poderia fazer sombra a qualquer quadro político que tivesse pretensão em suceder Mandela. No encontro que tivemos, ela falou das dificuldades da mulher negra. Falou dos 1.500 presos políticos e os mais de 30 mil que estavam em exílio. Relatou as tristezas das mães

e dos filhos sem os pais, de milhares de homens e mulheres desaparecidos e que até hoje não se tem notícia. Disse que era humilhante ver a fome e a miséria no seu país.

“Não dá pra entender por que filhos de brancos e negros não podem correr juntos, brincar na mesma praia, usar os mesmos ônibus. Por que não ter direitos iguais, num país cristão, ou será que Deus tem cor? falou ela” (PAIM, 2006, p.93).

...Mandela ficou 27 anos na prisão. De sorriso pequeno e fala mansa, ele é um símbolo indiscutível que ultrapassou a luta contra o racismo. Ele sabia que a luta era política e econômica e que isto só seria possível passo a passo. “É um processo” (PAIM, 2006, p.93)

Na volta ao Brasil disse na tribuna da Câmara: lutar contra o apartheid tem que ser um compromisso de todas as pessoas que amam a liberdade. O apartheid é contrário a tudo aquilo que se pode querer numa sociedade. Pior do que o Vietnã e a guerra das Malvinas, o apartheid é símbolo de desagregação da humanidade. É homem escravizado pelo homem de forma mais violenta de que ele estivesse acorrentado. Os negros no seu dia-a-dia são tristes, mas seus olhos brilham quando cantam músicas de protesto, enquanto caminham pelo centro de Johannesburgo. Aí se vê que cada homem é um homem, que cada mulher é uma mulher e que cada criança é uma criança (PAIM, 2006, p.94).

Paulo Paim consegue consolidar na sua narrativa identificações que conferem valor a ações políticas que busca capitalizar, como a aprovação de vários projetos e leis, dentre eles, o “Estatuto da Igualdade Racial”. Exemplo desses usos, em matéria jornalística, segue abaixo:

Este tema da igualdade racial, para muitos, é delicado. Para mim, não é. Sempre digo que quem é negro sabe – de uma forma ou de outra – o dia em que foi discriminado. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravatura. A Lei Áurea só tinha um artigo: os negros estão libertos. Mas eles eram proibidos de ter ferramentas, comprar terra, de ter os mesmos direitos dos imigrantes. Que bom que os imigrantes tinham este direito. Queria que os negros também tivessem. Foi uma história doída, sofrida. No dia do lançamento do Estatuto, eu disse que o que mais dói para o negro é o olhar da discriminação. Tu vê nos olhos da pessoa que ela está te discriminando. E muitos negros não gostam nem de tocar nesse assunto. Não querem lembrar que podem ser discriminados. Mas, (a discriminação) está aí. Existe. Temos de trabalhar.

Este Estatuto teve 20 anos de estudos. Ele começou a nascer quando fui à África do Sul pedir a libertação de Nelson Mandela. Recebi de Winnie Mandela a Carta da Liberdade (documento contra o Apartheid). (...)

Tivemos a Lei Áurea que não foi o que queríamos. Os abolicionistas queriam muito mais. Depois, foi a Lei Afonso Arinos, que não era bem o que queríamos. Mas tivemos um avanço. Depois, tive a alegria de junto com o Caó (deputado constituinte Carlos Alberto Caó), na Constituinte, votar que todo o crime de racismo é inafiançável e não prescreve. Fui o relator da Lei Caó. Agora, temos o Estatuto, que também não é ideal. Muitos negros não gostaram. Muito queriam mais. E que bom que queriam mais. Os militantes têm de entender que este foi mais um passo. Transformamos em lei as ações afirmativas: estão assegurados a liberdade de cultos religiosos, o direito dos quilombolas às suas terras, que o crime pela Internet será punido de forma rigorosa, a simetria entre mulheres brancas e negras. Não é porque a Lei Áurea não foi o ideal que o negro não aceitaria, voltaria para a senzala. Bobo ninguém é. Temos de nos apropriar do Estatuto, ir ampliando mais alguns artigos, com brancos e negros que sonham com um país... Gosto muito de uma frase de Martin Luther King, que tenho com referência para minha vida: “Sonho com um povo onde negros e brancos sentem na sombra da mesma árvore, na mesma mesa e comam do mesmo pão”. Ela tem uma simbologia. De uma política de igualdade, de direitos de liberdade.

(Entrevista concedida em <https://www.sul21.com.br/jornal/paulo-paim/>)

Paulo Paim segue a narrativa do livro elucidando sua participação no “governo paralelo” formado em torno do candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1989, Luís Inácio Lula da Silva. Desse modo, realça seus laços com a principal liderança do seu partido:

Liderado por Luís Inácio Lula da Silva, o governo paralelo foi um instrumento de avaliação crítica do governo e o catalizador da mobilização nacional em torno das propostas alternativas à ofensiva neoliberal. Fiscalizávamos o Governo e também apresentávamos sugestões ao Congresso Nacional” (PAIM, 2006, p.95).

Além de demonstrar recorrentemente, ao longo dessa autobiografia, sua forte atuação política e militante vinculada ao PT, deve-se considerar os conflitos internos, como é possível observar em entrevista dada à Revista VEJA, em 2015, envolvendo a polêmica do “Mensalão”, em que o agente se pronuncia da seguinte forma:

Muitos dos seus colegas deixaram o PT já no primeiro governo Lula, durante o mensalão, quando os sinais de deterioração ética surgiram de maneira contundente. Por que o senhor decidiu deixar o PT só agora?

O que norteia minha vida e me faz ficar na política é a energia positiva das causas sociais que defendo a favor dos aposentados, dos negros, dos jovens e dos trabalhadores e dos movimentos em geral. Os partidos são apenas ferramentas que a gente precisa usar para defender aquilo em que acredita. Estar no PT durante todos esses anos me possibilitou aprimorar inúmeras leis. Há um estudo da Universidade de Brasília que mostra que, na história da república, em relação ao combate aos preconceitos, ninguém aprovou mais leis que eu. O estatuto da igualdade racial, a lei da injúria, a política de cotas; enfim, ninguém atuou tanto nesta área. Muitas leis minhas foram sancionadas. Quem tem esse acúmulo não pode ficar trocando de partido do dia para a noite.

A crise ética que recaiu sobre o PT, com os sucessivos escândalos, não era motivo para deixar o partido?

Nunca fui um parlamentar que só defendeu a bandeira da ética. No Senado, há parlamentar que só faz esse discurso. Eu cuido das causas sociais e pratico a ética como um valor crucial para a boa política. A ética é obrigação. Aprendi desde cedo com o meu pai, que dizia: quer vencer na vida? Estude, trabalhe e seja honesto. O resto o universo conspira a seu favor. Apesar de alguns companheiros terem errado nesta caminhada, continuarei com a minha nau solitária carregando as minhas propostas rumo à terra firme. Enquanto deu para ir aprovando as leis, fui ficando e produzindo. Foi por isso que fiquei. Mas a partir do fim do ano passado, quando percebi que o discurso da campanha da presidente Dilma Rousseff foi um e a realidade dos fatos revelou outro, achei que era hora de mudar de rumo. Vou mudar de rumo. Vou sair do PT. Isso é certo. Mas ainda não sei com certeza para onde vou.

(Entrevista concedida a VEJA, em 16-12-2015, por Robson Bonin)

Ainda como forma de autoafirmação, o agente discorre sobre a frente parlamentar em defesa da Previdência Pública, criada por ele e pelo deputado Arnaldo Faria de Sá, trunfo bastante relevante para manutenção dos seus

discursos em nome dos “trabalhadores” e seus “direitos”: “Passados mais de dez anos de seu surgimento, a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública, continua sendo um verdadeiro escudo em defesa dos direitos dos trabalhadores” (PAIM, 2006, p.117).

No subitem “Terceira Secretaria” e o subsequente “Racismo” são descritos, com maior ênfase ainda, seus envolvimento na questão étnico-racial:

Logo que assumi reativei os trabalhos do grupo parlamentar Brasil-África do Sul, onde exerci a função de presidente. Busquei estreitar os laços com aquela nação, pois sabia da sua importância, uma vez que estava dando exemplo para o mundo, de luta para a manutenção da dignidade do seu povo. Por diversas vezes trocamos informações com parlamentares sul-africanos (PAIM, 2006, p.123).

Realizamos uma mesa redonda para discutir a importância do estudo da História da África, que resultou no encaminhamento de uma indicação ao ministro da educação, Paulo Renato, sugerindo a inclusão da História da África, nos currículos de 2º e 3º graus...O seminário “Meios de Comunicação e Representação da Diversidade Racial” foi de grande relevância por se abrir o debate aqui no Congresso. O evento teve a participação de artistas negros, empresários ligados à publicidade, representantes do Governo Federal e do Distrito Federal, da Fundação Palmares e professores universitários (PAIM, 2006, p.124).

Além de Paulo Paim deixar claro que a ocupação dessa Secretaria também tornou possível a discussão do projeto do “estatuto do idoso”, da “lei da doação de órgãos” e do “salário mínimo”, com a criação, inclusive, da “Frente Parlamentar e Social pela Dignidade do Salário Mínimo”. Assim sendo, nota-se como a passagem por determinados postos são narrados com o intuito de demonstrar seu compromisso com determinadas “causas” e a renovação dos seus laços pessoais e políticos com tais “bandeiras”.

Paulo Paim destaca uma coluna publicada no Jornal “Zero Hora”, de Porto Alegre (jornal de grande circulação e certo prestígio no Rio Grande do Sul), transcrevendo-a na íntegra. Nela é reconhecido como “O Zumbi no Senado”, pelo historiador Décio Freitas. A seguir um trecho desse texto:

Paulo Paim, que dia 06 de Outubro, se elegeu senador pelo RS, nasceu em Caxias do Sul, numa família de dez filhos. Os pais analfabetos, ganhavam salário mínimo. Estudou em escola pública e fez seu aprendizado de metalúrgico no Senai. Inato e notável talento para a liderança revelado já nas escolas tornou-o um dos líderes mais importantes do sindicalismo estadual e nacional...Mas o fato de ser Paulo Paim um negro de origem pobre em rigor, é redundante, dizer-se que um negro tenha origem pobre pode paradoxalmente contribuir para retroalimentar o racismo antinegro brasileiro. Pois, para começar, isso poderá reforçar o conhecido argumento liberal de que o indivíduo

nascido e criado na pobreza não está necessariamente condenado à exclusão social. Pelo trabalho e pelo estudo poderá superar tal condição e ser bem sucedido na vida, mesmo se negro...O senador negro terá todas as condições para ser no Senado um Zumbi capaz de mostrar que nossa democracia racial é um blefe e que uma herança cultural escravista nos divide pela cor- fazendo-nos assim uma nação inconclusa (PAIM, 2006, p.148-149).

Na quarta e última parte do livro, “Amassando barro com o povo”, Paulo Paim divide esta sessão em subtítulos nomeados “Idosos”, “Negros”, “Pessoas com deficiência”, “Cantando as diferenças”, “Índios”, “Conselhos”. Nesta etapa, há um maior investimento na descrição de propostas e aprovações de suas leis, principalmente dos “Estatutos”. Potencializa o reconhecimento que teria adquirido como o “Senador do Estatuto”, como pode ser constatado em entrevista dada ao jornal “Sul21”:

O senhor é o senador do estatuto. Por que a preferência por este tipo de legislação?

Por dois motivos: quando fui para o Senado, me comprometi em levar o corte social lá para dentro. Os senadores representam o seu estado. Eu quero mais. Temos de representar o estado e o povo, as pessoas. Dedico a minha vida, como deputado e como senador, a esse olhar. Sobre isso, tem uma frase do senador Pedro Simon, que ele me autorizou a usar: “O Senado era um antes do Paim chegar e, agora, é outro”. Ficou mais humano, tem este olhar para as pessoas, o compromisso com o social. Simon chegou a dizer da tribuna: “Paim, na Lei Áurea, jogaram uma chuva de pétalas de rosa sobre os senadores. Acho que tinham de fazer isso com você”. Uma frase bonita dele.

Levei esta questão social para dentro do Senado. E os senadores começaram a incorporar o tema. Hoje, não sou eu apenas quem apresenta projetos sociais. Há quem fale que o Senado é uma casa conservadora. Se engana. Grande parte dos projetos mais avançados, de interesse dos trabalhadores, dos excluídos, é do Senado da República.

(Entrevista acessada em <https://www.sul21.com.br/jornal/paulo-paim/>)

E o segundo motivo para escolher o estatuto?

O estatuto tem uma força maior. Em vez de ter leis soltas que tratam de um tema tão importante como nosso envelhecimento, por exemplo, entendi que o estatuto teria mais força política e até jurídica. Isso estará no estatuto, terá de ser cumprido. O Estatuto do Idoso é a lei principal que aprovei nos 24 anos de vida pública.

O senhor aprovou outros estatutos?

O Estatuto da Igualdade Racial e o da Pessoa Deficiente. Agora, estamos discutindo o Estatuto do Motorista Profissional. E não deixo, claro, de trabalhar com outras leis específicas, como a regulamentação da profissão de comerciante e tantas outras.

(Entrevista acessada em <https://www.sul21.com.br/jornal/paulo-paim/>)

Assim, enfatiza primeiramente o “Estatuto do Idoso”:

Senhores e Senhoras, ao longo dos seus 119 artigos, o Estatuto estabelece um novo marco de vida para homens e mulheres com mais de 60 anos. Por toda essa proteção que oferece ao idoso, estou certo

de que esse novo diploma legal representará um divisor de águas na vida dos mais de 20 milhões de brasileiros que já atingiram os 60 anos de idade (PAIM, 2006, p.158-159).

Do mesmo modo, descreve a criação e aprovação do “Estatuto da Igualdade Racial”, a partir da qual teria edificado a imagem de “Zumbi no Senado”:

O estatuto da Igualdade Racial é um instrumento que foi construído para defender aqueles que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça, cor e dá outras providências...O Estatuto reúne um conjunto de ações e medidas especiais que, se adotadas pelo Governo Federal, irão garantir direitos fundamentais à população afro-descendente (PAIM, 2006, p.164-165).

Ainda nesta trilha aciona a proposta e aprovação do “Estatuto das Pessoas com Deficiência”, sublinhado: “tenho um carinho especial por essa proposta. É o projeto que mais meche com minhas emoções” (PAIM, 2006, p.165).

Mais uma vez, sua proximidade pessoal e familiaridade (no duplo sentido) com “vítimas” de situações de “sofrimento” potencializam (obviamente que não de forma consciente ou cínica) suas ações no domínio da política. Paulo Paim ressalva a condição de uma de suas irmãs com deficiência visual, acionando inclusive a transcrição na íntegra nesta sessão do livro “Pessoas com Deficiência”, da carta recebida da sobrinha.

Alguns trechos da carta da sobrinha transcrita no livro:

Tio Renato. Gostaria através desta carta, de manifestar toda a minha gratidão e orgulho pelo senhor. Quero dizer o quanto fiquei feliz por saber que o senhor continua lutando pelos menos favorecidos. Mais precisamente pelos direitos das pessoas com deficiência. Quero que tenha sempre gravado na sua memória, a imagem da minha mãe, fazendo esculturas sem enxergar...Quero que lembre dela em cada pauta que for defender no Congresso... A sociedade tem que permitir que as pessoas sejam felizes do jeito que são e como podem ser. Se ela estivesse entre nós, com certeza estaria orgulhosa do senhor, assim como eu estou agora. Não deixe jamais de lutar por esta causa tão nobre. Faça a sociedade ter consciência da dor que causa nessas pessoas quando as rejeitam, quando as agridem. Seja a voz dos humildes...mas sei de onde ela estiver, vai estar aplaudindo o senhor de pé e com lágrimas nos olhos. Parabéns, tio Renato. Parabéns senador Paulo Paim. Você é um homem público que vê além do que nossos olhos podem enxergar (PAIM, 2006, p.164-165, p.177-178).

Já no subitem “Índios”, Paulo Paim discorre sobre esta categoria como “bandeira de luta” destacada na sua atuação no Senado. Seguindo um padrão de narrativa reiteradamente mobilizado, inicia denunciando o assassinato

de muitos indígenas e a impunidade. Posteriormente, busca “homenagear esses “mártires”, dar a eles o merecido reconhecimento histórico” (p.186). Por fim, destaca projetos de sua autoria que garantem “direitos aos indígenas”:

O Senado Federal aprovou por unanimidade no dia 21 de Março de 2006, o PLS nº342/05, de minha autoria que institui o dia 7 de Fevereiro, data da morte do índio guarani Sepé Tiarajú, como Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas (186). Foi aprovada a proposta de minha autoria que cria uma Comissão Especial Mista Temporária, composta de 11 senadores e 11 deputados com igual número de suplentes para estudar, debater e propor mecanismos de inclusão social e concessão de cidadania aos povos indígenas. Essa Comissão pretende ouvir governadores, prefeitos, ministros, Ministério Público, especialistas, sociedade civil, organizações não-governamentais, mas, principalmente, os índios (PAIM, 2006, p.188).

Ele conclui o livro com uma página intitulada “Assim eu creio”, evidenciando a sua “vocação” para a “Política”, retomando uma tentativa recorrente de naturalização de seu “engajamento”. Como abaixo pode ser observado:

(...) Desde criança, desde quando entrei pela primeira vez numa sala de aula, desde quando não pude abraçar o meu pai, desde quando vi meus filhos nascerem. É intrínseco...está no meu sangue, na minha pele, no meu olhar, na minha voz, no meu suor e na minha saliva. Confesso que de uns anos para cá venho sofrendo como os poetas que morrem cedo. Sei que vocês devem estar se perguntando: Mas, por quê? Durante toda a minha existência fui embalado pelos sons das ruas, dos portões das fábricas, dos colégios, dos campos, das paradas de ônibus, das florestas, das cascatas, pelo lamento dos oprimidos e discriminados, do povo inquieto a tocar seus tambores e a exigir um país melhor para todos (PAIM, 2006, p.164-165, p.198).

2.2. “Um pouco da minha caminhada”: O político que ascende “do povo” e trabalha “para o povo”?

Este livro é uma autobiografia que poderia ser caracterizada como um diário documentado. Esta publicação foi lançada em 2008, possui 108 páginas e foi editada via Gráfica do Senado. Aborda sua atuação como senador e, principalmente, as últimas campanhas das quais participou no seu estado. Na “Apresentação” constam os seguintes focos: Rio Grande do Sul e PT.

Faço também um resumo do que foi até agora a minha trajetória em defesa dos interesses do Rio Grande do Sul e de toda a sua gente. Tenho certeza de que só cheguei até aqui porque tive e tenho o apoio dos militantes do PT e de todos aqueles combatentes sociais que ainda sonham e lutam nas trincheiras do dia-a-dia para construir um estado e um país onde homens e mulheres, independentemente de raça, cor, etnia, religião, idade e orientação sexual, tenham as mesmas oportunidades e igualdade de direitos.

Este trabalho é lançado dois anos após sua autobiografia “O rufar dos tambores”. Não destoando muito, Paulo Paim traz elementos já acionados na publicação analisada anteriormente, como as “causas” pela qual luta, sua militância e a forte ativação do pertencimento regional. Isto é, notam-se em ambas as autobiografias uma constante construção e reafirmação de uma carreira identificada com a defesa das “causas sociais” e uma articulação recorrente de ações no Congresso Nacional que teriam gerado “conquistas” (em forma de programas, leis e estatutos). Desse modo, personifica-se como um tipo de político engajado nas lutas sociais, ganhando crédito de significativa estima social como o “porta-voz” das ditas “minorias sociais”.

Paulo Paim divide essa publicação não em partes como na memória anterior, mas apresenta um sumário bem direto, sem subtemas e com vários títulos seguidos, assim elaborados: “Um pouco da minha caminhada”, “A campanha política no Rio Grande do Sul”; “A Semana Farroupilha”; “Eleições de 2006”; “O projeto da criação da Sudesul e do fundo nacional de desenvolvimento regional do programa de aceleração do crescimento”; “As zonas de processamento e exportação”; “Carta aos militantes”; “O projeto cantando as diferenças”; “Os 119 anos da abolição inconclusa”; “A importância do ensino técnico profissionalizante e do Fundep”; “Comentários do relator sobre a comissão mista do salário mínimo”; “A universidade do Mercosul”, “O dia internacional do idoso”; “A crise financeira do Estado do Rio Grande do Sul”; “Os 20 municípios gaúchos cujos indicadores são comparados aos de países da Europa”; “A Unipampa”; “O dia do artista gaúcho”; “O encontro com o presidente Luís Inácio Lula da Silva- crise financeira do estado do Rio Grande do Sul”; “Os 54 anos da morte do presidente Getúlio Vargas”; “Os trabalhos desenvolvidos em 2007”; “O estatuto da pessoa com deficiência/convenção dos direitos da pessoa com deficiência”; “Redução da jornada trabalho, sem redução salarial (PEC n. 75/2003)”; “A situação do setor vinícola brasileiro”, “A aprovação do empréstimo de 1,1 bilhão para o estado do Rio Grande do Sul”; “A situação dos aposentados e pensionistas brasileiros”; “Projeto de educação ambiental em áreas de turismo rural na região turística da rota terras do Rio Grande do Sul”; “A situação dos aposentados e pensionistas brasileiros”, “Projeto de educação ambiental em áreas de turismo rural na região turística da rota terras do Rio Grande do Sul”; “Dia mundial contra o trabalho infantil”; “A abertura da 16°

FENADOCE (feira nacional do doce) da cidade de Pelotas (RS)”; “A eleição da primeira prenda negra do Rio Grande do Sul”; “A 2ª caminhada pela vida, verdade e justiça, ocorrida em Porto Alegre no dia 17 de maio de 2008”; “A anistia do herói negro, João Cândido”; “O artigo do escritor Moacyr Scliar”; “Os 236 anos da cidade de Porto Alegre”; “A escola Naval do Rio Grande”; “Há um sorriso feliz”, “O fator previdenciário”; “O dia universal dos direitos humanos”; “O dia internacional pela eliminação da violência contra a mulher”; “Agenda de campanha eleitoral 2008”; “Agenda de campanha eleitoral 2008 II”.

Paulo Paim inicia a publicação fazendo um balanço geral dos trabalhos legislativos realizados em 2006, como Senador, e especificamente aqueles dirigidos para o estado do Rio Grande do Sul, como se percebe no trecho a seguir:

Conseguimos estabelecer um novo paradigma na questão do atendimento aos municípios gaúchos. Prestamos todas as informações necessárias às prefeituras municipais, câmaras de vereadores e entidades para obtenção de recursos federais, disponíveis no Orçamento da União, mediante a formalização de convênios, além de disponibilizar na internet todas as informações necessárias para a apresentação dos projetos. Realizamos, ainda, acompanhamento dos projetos apresentados junto aos Órgãos e às publicações veiculadas no Diário Oficial da União (PAIM, 2008, p. 08).

É possível perceber que Paulo Paim utiliza-se constantemente de uma descrição que demonstra sua extensa atuação no Congresso Nacional. Como no trecho a seguir em que reproduz pronunciamento feito no senado:

Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, no Senado Federal apresentamos mais de 250 proposições; mais de 100 propostas de emendas a outros projetos; e realizamos 48 audiências públicas (PAIM, 2008, p.08).

Paulo Paim apresenta todos os seus projetos de leis aprovados de forma bem detalhada. Novamente, ele parece investir na capitalização de uma imagem propagada igualmente em outros meios, como é possível perceber no trecho de reportagem reproduzido abaixo:

Devo ser um dos parlamentares que mais aprovaram leis. Há um estudo da Universidade de Brasília que mostra que, na história da República, em relação ao combate aos preconceitos, ninguém aprovou mais leis do que eu. O Estatuto da Igualdade Racial, a lei da injúria, a política de cotas; enfim, ninguém atuou tanto nessa área. Muitas leis minhas foram sancionadas (entrevista concedida à revista Veja, em 16 de Dezembro de 2015).

É possível notar a construção de uma imagem valorizada de proximidade com seu público:

Durante as conversas que tenho tido com os gaúchos e gaúchas de todas as classes sociais, em todos os lugares por onde passei, percebo um reconhecimento do povo pelos avanços que o Governo tem feito em todas as áreas, apesar de ainda haver muito o que fazer. Contudo, o brilho da esperança fica cada vez mais latente (PAIM, 2008, p.14).

Na sessão “Semana farroupilha” é o momento em que se evidencia esse “pertencimento regional”, a sobrevalorização ao seu lugar de pertença e a identificação com esse “povo” (RS). Neste sentido, descreve:

Excelentíssimo Sr. Senador Edison Lobão, que preside esta sessão, com enorme satisfação, faço no dia de hoje um pronunciamento sobre como foram os meus últimos dois meses, percorrendo o meu Rio Grande do Sul, matando a saudade dos campos, das plantações e da realidade do meu Estado. Sr. Presidente, Sra. Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, durante os últimos dois meses, tive a felicidade de viajar por diversas localidades do meu Estado. Digo felicidade, porque todos sabem do sentimento profundo de respeito e admiração que tenho pela minha terra natal. E por mais piegas que soe, sempre que viajo por lá encho o meu peito de muito orgulho e de muita satisfação (PAIM, 2008, p.15).

Foi muito bom ver a Semana da Pátria no Rio Grande. Ver os gaúchos a cavalo, pilchados, desfilando, empinando o cavalo e tirando o chapéu, vindo ao meu encontro e dizendo, Senadora Heloísa Helena: “É isto aí, senador dos gaúchos, não dobre a espinha, você honra as tradições do Rio Grande (PAIM, 2008, p.17).

Paulo Paim ainda discorre sobre as campanhas eleitorais, acionando o forte reconhecimento desfrutado e o “carinho” com que era recebido pelas pessoas, fazendo menção à sua legitimidade como “porta-voz” dos mais “frágeis” e “discriminados”. Como alguns trechos demonstram:

Foi lá no planalto médio, na cidade de Passo Fundo, que me falou um aposentado: “Senador Paim, continue assim lutando por mim e pelo povo. Graças ao Estatuto do Idoso eu já não sofro mais de saudades, pois posso visitar minha filha que mora em Soledade, ou o meu neto em Monlevade (PAIM,2008, p.20)

Na cidade de Montenegro fiz palestra para a comunidade e os sindicalistas preocupados que estão com a Reforma da Previdência. Visitei a Escola Ensino Especial Fundamental Delfina Dias Ferraz e recebi das mãos de Janice Pereira de Araújo, deficiente visual, um poema de sua autoria que diz assim: Para o amigo Paulo Renato Paim/Anjo amigo: Estive sozinha/Perdida sem ninguém/O mundo era sombrio e vazio/E muito triste também/Eu andava por caminhos/Era tudo escuridão/Silencioso só solidão/Mas vi que uma imagem/No ar refletia/Dando me uma mensagem/De paz e harmonia/Não tenha medo de mim/Vou te proteger/Seguir seus passos onde estiver/E estar contigo/Para o que der e vier/Não fuja de mim/Não tem mais

perigo/Porque eu sou e sempre serei/O seu anjo amigo/Um abraço da amiga Janice (PAIM, 2008, p.24).

Descreve detalhadamente, em um tom “saudosista” e com forte “pertencimento regional”, sua campanha de 2006, expondo em oito laudas essa experiência compartilhada. Por exemplo:

Período eleitoral é sempre o momento de confrontar as ideias, de afirmações de projetos ou de mudanças de rumos. O povo é soberano e com a mesma convicção que nos elegem, senhores senadores, também nos afastam. Eu tive a maravilhosa oportunidade de viajar pelo meu estado, fazendo campanha para a chapa majoritária da Frente Popular, em nível nacional e estadual. Andar pelo meu querido Rio Grande do Sul, poder conversar com meus conterrâneos, ouvir seus anseios, seus desejos e, para não falar só de flores, também ouvir suas queixas e suas frustrações. Vi nos olhos do nosso povo a esperança brilhando, enquanto abordávamos o que fizemos, mas também dizendo o muito que ainda há por fazer pela nossa gente que merece muito mais (PAIM, 2008, p.19)

Foram mais de 80 cidades... Mais de 10 mil quilômetros rodados, mais de 150 entrevistas para rádios, jornais e televisão. Em todos os debates tive o cuidado de seguir um conselho do meu pai Ignácio, já falecido: “Tenha cuidado com o que dizem os amigos, respeite os adversários e nunca humilhe os inimigos”. Tive, certamente, contato pessoal com mais de 200.000 gaúchos e gaúchas e as palavras que mais ouvi, foram: “Continue assim Senador!!!” (PAIM, 2008, p.25).

“Cartas aos militantes” é a sessão na qual Paulo Paim demonstra de forma mais acentuada sua vinculação à “causa” e aos seus “companheiros” e “companheiras”, no linguajar dos “petistas”, que fazem parte deste universo. Neste sentido, enfatiza e aponta os resultados dos “programas sociais”, fortemente instalados no Brasil, como “ProUni”, “luz para todos”, “Bolsa família”, “PAC”, segundo Paim, possível devido aos dirigentes e militantes, ligados ao partido dos trabalhadores. O trecho abaixo já nos fornece esses elementos:

Companheiros e companheiras, meu filho Jean Cristian Paim, está na UTI. Há mais de 15 dias que não saio de seu lado. Estou entrincheirado no Hospital Mãe de Deus. Cada segundo, cada minuto, cada hora, cada dia, cada semana que ele resiste é uma vitória. Estamos lutando pela vida. Com certeza esta é a batalha mais sofrida, mais doída, que participei...Nos últimos dias fiquei mais convicto ainda com o que Prestes nos ensinou: ‘Não há vento favorável para quem não sabe a que porto quer chegar’ ... Eu e o meu filho somos como vocês, militantes das causas populares. Somos peledores, somos lanceiros e é esta energia que me dá a força para acreditar na vitória da vida...Saúde para todos, vida longa ao Partido dos Trabalhadores (PAIM,2008, p.31).

Paulo Paim enfatiza seu projeto “Cantando as diferenças”, que já fora enfatizado na publicação “O rufar dos tambores”. Acionando o que seria “a

essência filosófica do Cantando as diferenças”, afirma determinados valores aos quais busca associar-se “ao propor a inclusão do Estado e da sociedade no envolvimento com as diferenças culturais, sociais e individuais”. Em especial, percebe-se a “crença” no estabelecimento da extinção das “desigualdades sociais” como marco significativo da sua imagem:

Projeto que apresentei no Senado em 2006 e que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A ideia é que o poder Executivo crie e implante o Programa “Cantando as Diferenças”, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados. Também no ano passado, apresentei o PLS nº 286. Ele institui o “Dia Nacional de reflexão do Cantando as Diferenças” e foi aprovado por unanimidade. Atualmente a matéria encontra-se na Câmara dos Deputados (PL no 412/2007). Independentemente da trajetória dessas matérias no Congresso Nacional, o Cantando as Diferenças já foi apresentado em centenas de municípios do Rio Grande do Sul e alguns estados do Brasil. E, volto a afirmar a todos vocês, o meu carinho e minha paixão por este lindo projeto. E o sucesso do Cantando deve-se também à adesão de diversas entidades e organizações (PAIM, 2008, p.32).

No decorrer da publicação, alguns aspectos aparecem em pauta e que já foram identificados também no livro “O rufar dos tambores”. Sobretudo, a reafirmação contundente da “luta” contra a exclusão dos negros, como um ponto estruturante, tanto dos seus discursos, quanto das intervenções no Congresso Nacional:

Mais de um século depois daquele 13 de maio, o que vemos? Se uma pessoa daquela época viesse para cá, certamente ela se surpreenderia ao ver tantos negros e negras em situação semelhante à daquele tempo, ou seja, da escravidão. Ao andar pelas ruas o que esse brasileiro da época do Império veria? Negros limpando as ruas, negros morando nas favelas, negros nas casas como domésticos, negros fora das universidades e dos bancos escolares, negros fora do parlamento, fora do Executivo, fora dos primeiros escalões das áreas pública e privada. A não ser raras exceções. Vocês vão ter de convir que algo está errado. Quantos são os prefeitos negros? Estive recentemente na Marcha de Prefeitos sobre Brasília e ontem participei de uma reunião com integrantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM), não vi nenhum negro. Algo não está errado? Qual proprietário de um grande jornal, de uma grande revista, de uma grande rádio ou de uma grande tv que é negro? Estará mesmo tudo bem? Algo está errado. Essas são reflexões que precisamos fazer nesta semana do 13 de maio. Estamos caminhando para os 120 anos da abolição não concluída. Nós, negros, somos, no mínimo, metade da população brasileira. E, apesar disso, somos tão poucos na linha de frente desse debate. Tanto que apresentei um projeto de lei que prevê a premiação das pessoas que tem se destacado na luta contra o preconceito e o racismo. Trata-se do Troféu Lanceiros Negros. Idéia que partiu da injustiça cometida contra os negros que, em 1844, foram traídos na Batalha de Porongos, durante a Revolução Farroupilha (PAIM, 2008, p.36).

Ademais, podemos averiguar em um discurso de Paulo Paim sobre a celebração do dia 20 de Novembro de 2017, proferido em homenagem ao “dia da consciência negra”, elementos que ilustrariam sua intervenção no Congresso Nacional como “porta-voz” legítimo dessas “causas”. Um discurso que procura mostrar “paixão” pela “causa” “étnico racial”, acionando a exclusão da população “negra” e “afrodescendente”, e também marcado preponderantemente por uma retórica caracterizada por “indignação” de um agente engajado nessa “luta” que também se faz “sua” (uso da terceira pessoa no plural), enfim de um relatório militante contundente e maximizado em prol da “igualdade racial”:

Minhas amigas e meus amigos, O Brasil possui apenas 517 anos e por quase 400 anos vivemos sob um sistema de escravocrata. Muitos avanços foram conquistados pela população negra no Brasil, contudo estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) – órgão da ONU, demonstram que o nível da qualidade de vida da população negra no Brasil está uma década atrasado em relação aos brancos. “Infelizmente, ainda é coisa de preto”... Os trabalhadores brancos ganham salários médios 82% superiores aos rendimentos dos pretos, conforme dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Um trabalhador branco tem um rendimento médio real de R\$ 2.660, considerando todas as ocupações, enquanto brasileiros pretos empregados ganham R\$ 1.461 — uma diferença de R\$ 1.199. Os pardos ganham, em média, R\$ 1.480. O Brasil encerrou 2016 com 12,3 milhões de pessoas desempregadas, sendo que a participação dos pardos foi de 52,7% (portanto, mais da metade), dos brancos de 35,6% e a dos pretos de 11%... Já entre os brasileiros empregados no final de 2016, o contingente de ocupados era de 90,3 milhões de pessoas — 41,7 milhões que se declararam brancos (46,2%), 39,6 milhões pardos (43,9%) e 8,1 milhões de cor preta... “Infelizmente, ainda é coisa de preto”... A perseguição às religiões de matriz africana e intolerância religiosa. Diariamente casos de intolerância religiosa, crescem no Brasil, no mês de outubro, um lar social e um terreiro de Umbanda no Estado de Minas Gerais a “Casa Espírita Império dos Orixás de Nossa Senhora da Conceição e São Jorge Guerreiro”, foram invadidos por criminosos, que além de ameaçar os proprietários e moradores, quebraram e destruíram toda propriedade sob o argumento, que não queriam macumbeiros naquela cidade... Lamentável em pleno o século 21 ainda vivermos com tanta intolerância. Somente na Bahia, entre 2013 e 2017, foram registrados 98 casos de violência tendo como pano de fundo a intolerância a essas religiões. Os professores Hélio Santos e Marlon Marcos Francisco Nunes, dizem não utilizar mais o termo intolerância religiosa, para atitudes como essa. Retratam estes atos como terrorismo, forjado no racismo. Precisamos criar mecanismos para coibir e penalizar esses atos que ferem as religiões de matriz africana... Minhas amigas e meus amigos. Quero falar ainda da Lei número 10.639 de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Esta lei é maravilhosa, pois traz obrigatoriedade da difusão da história da população negra e possibilita que esta história seja contada pelas próprias negras e negros, que ajudaram e ajudam a desenvolver este país. Com mais de 57 % da sua população brasileira autodeclarada negra, ainda visualizamos a predominância dos modelos educacionais influenciados por

componentes de identidade cultural europeia no cotidiano das escolas... Quando o sonho de igualdade entre negros, brancos, índios, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, jovens, independente de origem de raça, sexo, cor, idade tornar-se realidade... Aquilune, Zumbi, Abdias do Nascimento, Luiza Barros, Lua (militante negro), Irmã Doroti, Chico Mendes, Oliveira Silveira... Galdino Pataxó e muitas outras guerreiras e guerreiros estarão juntos em festa! Viva o povo negro!!! Viva a diversidade do povo brasileiro! Viva a diversidade do Senado Federal com 81 senadores e senadoras, apenas 04 declaram-se negros. Precisamos incluir a diversidade, diante as representações políticas no Brasil. Enquanto não tivermos negros, índios, pessoas com deficiências, mulheres e jovens participando como atores principais da política brasileira, nada, nada mudará. Precisamos dar voz aos que não tem voz... Vou terminar o meu pronunciamento com um trecho do poema Negros do grande poeta Oliveira Silveira: “Encontrei minhas origens/ Na cor de minha pele/ Nos lanhos de minha alma/ Em mim/ Em minha gente escura/ Em meus heróis altivos/ Encontrei / Encontrei –as enfim / Me encontrei.” / Axé. Era o que tinha a dizer, Sala das Sessões, 20 de novembro de 2017. Disponível: (www.senadorpaim.com.br).

Paulo Paim finaliza essa sessão, na qual destaca a questão “étnico-racial”, “Os 119 anos da abolição inconclusa”, com um poema intitulado “Inclusão”, que nos permite notar a ênfase na “igualdade racial” e a ativação de “conquistas” neste sentido que seriam possibilitadas pelo seu engajamento nessas “causas”.

Por que não? Foram 400 anos de escravidão. É legítimo que haja uma compensação. Cota na universidade, no trabalho, na política, no teatro, no cinema, na televisão. Por que não, meu irmão? Esse é o caminho, é a solução, este país tem que enfrentar a chaga da discriminação. As universidades da Bahia do Senhor do Bonfim, do Rio de Janeiro, com seu Cristo Redentor, e de Brasília, a capital da Nação, já fizeram essa opção. Que sirvam de exemplo ao sistema de educação. Eu estava lá, eu participei, vi este fato histórico. 18 de março de 2004, na UnB brancos e negros disseram: “O negro agora na universidade tem vez.” Vi um quadro iluminado com os jovens abraçados. Eram brancos, negros, índios, homens e mulheres, representando esta Nação rasgando a barreira da discriminação. Que bonito, que bom, o Brasil ser outro: sem preconceito, sem divisão. Nesse caminho, o Estatuto da Igualdade Racial e social mostra que é possível combater a discriminação.” (PAIM,2008, p.40).

Nota-se ainda uma recorrente sobrevalorização da importância do ensino técnico profissionalizante:

Devemos investir cada vez mais nas chamadas escolas técnicas. Tenho convicção de que desemprego, violência, entre outros problemas, seriam em parte solucionados se investíssemos mais em educação. É por isso que insisto na importância da aprovação da PEC nº 24/05, de minha autoria, que altera os artigos 159, 239 e 240 da Carta Magna, acrescentando, ainda, o artigo 214-A, e institui o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundep). A meu ver o Fundep terá papel fundamental dentro do quadro educacional introduzido pelo Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) (PAIM,2008, p. 41).

Igualmente, aciona sua própria história de vida para essa *tomada de posição* no que tange ao ensino profissionalizante: “Senhoras e senhores senadores, passei pelo ensino profissionalizante e, por isso, conheço sua importância no que diz respeito ao aumento de oportunidades de emprego para os jovens das classes sociais mais baixas” (PAIM, 2008, p.41). Condição que o certificaria, associada ao engajamento militante e à origem social, para o acionamento dessa proposta de lei.

E mais uma vez no decorrer dessa autobiografia nos deparamos com a construção e manutenção de uma imagem que se designa “altruísta” em nome dos ditos “excluídos socialmente”, como o trecho a seguir demonstra:

Tenho feito da minha vida pública uma luta contínua pela defesa daqueles que não têm voz, dos idosos, dos negros, das pessoas com deficiência, dos índios, das mulheres, das crianças, dos pobres, da defesa do meio ambiente e da livre opção sexual. Nem sempre venci, mas tenho a consciência tranquila para afirmar que nunca desisti da luta, por mais difícil que ela fosse. Uma das minhas bandeiras, desde os meus tempos como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, há quase trinta anos, tem sido a luta por um salário mínimo justo e que atenda às necessidades do trabalhador e de sua família (PAIM, 2008, p.43).

Ainda em tela, observamos a ativação da “causa” dos “idosos”, a construção do engajamento e da legitimidade em nome dessa “categoria”:

Hoje, data em que comemoramos o Dia Internacional do Idoso, quero aqui lembrar dessa parcela de nossa população pela qual devemos ter o maior respeito. É fato que a população mundial está envelhecendo. E esse envelhecimento tem de ter reflexos nas ações sociais, econômicas e culturais. É preciso reeducar. E digo isso porque ainda é grande o número de idosos que sofrem maus-tratos, que não têm seus direitos respeitados. Os idosos brasileiros, assim como todos os demais, precisam viver de maneira digna. Foi pensando nisso que há quatro anos aprovamos, e o Presidente Lula sancionou em 10 de outubro de 2003, a Lei no 10.741, o Estatuto do Idoso (PAIM, 2008, p.49).

Paulo Paim ainda trata da crise financeira do Rio Grande do Sul contrastando com o reconhecimento dos seus 20 municípios, que seriam comparados com os da Europa. Ele “orgulhosamente” utiliza a classificação da Revista Veja relativa ao “Brasil europeu”, destacando indicadores sociais de “desenvolvimento”, como é possível notar no trecho que segue:

Um Brasil europeu. É assim que a revista Veja intitula reportagem publicada em 7 de outubro passado, que aponta indicadores socioeconômicos de vinte municípios do Rio Grande do Sul. Os índices apresentados pelas cidades de: Bento Gonçalves, Bom Princípio,

Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Dois Irmãos, Feliz, Harmonia, Ivoti, Linha Nova, Morro Reuter, Pareci Novo, Nova Petrópolis, Picada Café, Presidente Lucena, Santa Maria do Herval, Santa Tereza, São José do Hortêncio, São Pedro da Serra, São Vendelino, Vale Real, são comparáveis aos de países europeus. Esses municípios registram por exemplo, a menor desigualdade social do País. Enquanto que no restante do País a pobreza (percentual da população que vive com menos de um terço do salário mínimo por mês) alcança 22%, nestes municípios o índice é de 4%, que se compara ao da Inglaterra. O analfabetismo por sua vez, considerando o percentual da população com mais de 15 anos, é de 2,8% nestas cidades gaúchas (índice equiparado ao Canadá) e no restante do Brasil é de 13,6%. A criminalidade também mostra diferenças. No ano passado, quinze destes municípios, não tiveram nenhuma morte violenta registrada. A expectativa de vida é de 79,1 anos para 72,3 anos em outros lugares do país (PAIM, 2008, p.55).

Outro aspecto acionado nesta biografia refere-se às influências “trabalhistas” (“varguistas”) e à sobrevalorização desta “tradição” por parte de Paim e família e por uma grande parte dos gaúchos, e que aparece também, inclusive, em seu outro trabalho de memória “O rufar dos tambores”. Sendo assim, no trecho que se segue é possível notar este trabalho de consagração de Getúlio Vargas:

Na semana passada, aqui desta tribuna, vários senadores lembraram os 54 anos da morte do Presidente Getúlio Vargas. Mesmo estando no interior do Rio Grande do Sul, onde cumpri uma extensa agenda por mais de 25 municípios, fui informado que o Senador Paulo Duque fez, como sempre, uma brilhante exposição. Senhor Presidente, mesmo que rapidamente, eu não poderia deixar de fazer um registro sobre os 54 anos do suicídio de Vargas, ocorrido no dia 24 de agosto de 1954. A época eu estava com quatro anos, e me lembro como se fosse hoje do meu velho pai chorando. E pelas ondas da ZYF-3, Rádio Caxias do Sul, escutei o Dante Andreis noticiar o ocorrido. Para a minha família foi uma tragédia. Tanto o meu pai como os meus tios eram getulistas dos “quatro costados” – como os gaúchos costumam falar. Esse momento da minha vida está reportado no meu livro de memórias O rufar dos Tambores, lançado em 2006. Com toda certeza Vargas foi o maior Presidente que este País já teve. Quando ele assumiu a chefia da Nação, pela primeira vez, em 1930, o Brasil era um país essencialmente agrícola. Em 1954, “ao deixar a vida para entrar na História”, nos legou um País moderno. É de sua lavra a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia do vale do Rio Doce, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (atual BNDES), a Petrobras, a Eletrobrás. O Ministério do Trabalho foi criado, e em pouco tempo as **relações trabalhistas** sofreram profundas mudanças. O Brasil conheceu a **Justiça do Trabalho** e a **Previdência Social**. Surgiram os **sindicatos de patrões e empregados**. Nasce também a **Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)**, o **salário-mínimo**, as **férias anuais**, o **descanso semanal remunerado** e a **carteira de trabalho**. Tudo isso, senhoras e senhores senadores, são crias do velho Getúlio (PAIM, 2008, p.60).

Logo, ainda é possível analisar algumas lógicas de acionamento já usadas em “O rufar dos tambores”, dentre elas, a “convenção do direito das

peças com deficiência". Ele usa como tema chave a ideia "de INCLUSÃO, essa é a palavra-chave, seria o que há de mais fundamental nas discussões das peças com deficiência, assumindo o papel principal de suas histórias. O Brasil, ao ratificar a Convenção, assumiria este compromisso" (PAIM, 2008, p.65). Além de conquistas como "redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, PEC Nº75/2003" (PAIM, 2008, p.66).

Portanto, alia-se a estas "conquistas" uma concepção de "direitos trabalhistas" preponderantemente arraigada a uma concepção de desenvolvimento voltada ao avanço tecnológico, geração de emprego, exclusão do trabalho infantil e "conquistas" dos direitos das ditas "minorias", tais como "negros", "aposentados", "deficientes físicos" e "trabalhadores".

Desse modo, Paulo Paim finaliza a publicação descrevendo a "agenda da campanha eleitoral de 2008". Em síntese, ele declara sua extensa programação pelo Rio Grande do Sul, sua necessidade de demonstração constante de "emoção" derivada do reconhecimento obtido e do pertencimento ao seu estado natal. Assim:

...fazendo campanha para os candidatos a prefeito e vereador pelo PT e também de outros partidos coligados. Até o momento foram 100 cidades visitadas. Se Deus quiser, visitarei mais de 200 em todas as regiões do estado até dia 5 de outubro. De norte a sul e de leste a oeste cruzamos o estado "cortando coxilhas e canchadas". Desde a capital Porto Alegre aos mais longínquos rincões. Estivemos em quase todas as regiões do estado: serra gaúcha, litoral, planalto, região metropolitana, zona sul...fronteira, região central, campanha, missões, vale do rio Pardo, vale do Taquari, celeiro e alto Uruguai... Em muitas vezes fiquei com as palavras atravessadas na garganta e rios a escorrer pelos olhos... ... emocionado com o carinho das peças, com o afago dos velhos, com o aperto de mãos dos jovens e com o sorriso das crianças. Faço este comentário por quê – nós que entendemos que as causas do Rio Grande do Sul estão acima dos partidos políticos e ideologias, ...é gratificante ver o nosso trabalho aqui no Senado reconhecido pelos gaúchos e gaúchas. (PAIM, 2008, p.96).

É possível concluir que nos dois trabalhos de memórias acima analisados e que tem o intuito de compreender as identidades estratégicas (Collovald, 1988) mobilizadas e construídas recorrentemente por Paulo Paim há um conjunto de trunfos a serem jogados e que o legitima na representatividade de determinadas "causas" devido ao seu trânsito em diversos domínios sociais complementares (militante, político e intelectual), além do trabalho constante de manutenção de sua vinculação a determinadas identidades e memórias.

O “rufar dos tambores” traz uma narrativa biográfica que tem maior foco de investimento em uma auto-apresentação do agente, com maior ênfase na construção de uma imagem em que se apresenta como “negro”, “pobre”, “trabalhador” e de família “humilde”, além de dar ênfase na sua atuação militante. Aspectos significativos que possibilitaram uma sucessão de inscrições nos diversos domínios sociais, destacando-se, assim, como o “improvável” que “deu certo”, alcançando legitimidade na sua participação no parlamento brasileiro, como alguém bastante atuante como o representante das “minorias sociais” (“negros”, “índios”, “quilombolas”, “aposentados”, “trabalhadores”).

Já no trabalho “um pouco da minha caminhada” nota-se um tipo de registro que salienta a certificação das suas competências, do seu trabalho realizado em nome das “causas” em nome das quais se constitui como “porta-voz” (“aposentados”, “negros”, “deficientes físicos”, “trabalhadores”, “quilombolas”, “indígenas”, etc). Além do forte trabalho de consagração de pertencimento regional (RS). Assume relevo o rol de reconhecimentos e de conquistas alcançadas em prol desses representados, seja em forma homenagens, seja na exposição de leis, estatutos e iniciativas bem sucedidas de sua autoria.

A partir da constituição dessas produções autobiográficas é possível analisar a confluência de várias questões abordadas, tais como, o acúmulo de capital simbólico, a sobrevalorização das formas de engajamento (capital militante), as disposições familiares, as redes de relações que possibilitam a tomada de determinados posicionamentos práticos e legítimos no decorrer da sua trajetória e a multinotabilidade decorrentes da multiposicionalidade, quer dizer, do seu trânsito nos domínios sociais.

3. PAULO PAIM: UMA ANÁLISE DAS SUAS PUBLICAÇÕES

Como foi dito no capítulo 1 desta dissertação é possível analisar os vínculos entre sua origem social de Paulo Paim, sua biografia militante e a ênfase dada às “causas sociais”. Assim, basta verificar que de suas 31 publicações mapeadas, em praticamente 29 aparecem temáticas ligadas a questões de “direitos trabalhistas”, dos “idosos”, “étnico racial”, “deficientes”, etc.

Quadro 11- Publicações de Paulo Paim distribuídas por temáticas

TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	EDITORIA	TEMÁTICAS
Os trabalhadores e a Constituinte	1986	Proletra: Porto Alegre	Trabalhadores
Vida, sonhos e poesia.	2001	Porto Alegre: Ed. do Autor	Poesias
40 horas semanais mais emprego, melhor qualidade de vida.	1997	Câmara dos Deputados	Trabalhadores
Caminhado para a igualdade racial: estatuto	2000	Câmara dos Deputados	Questão étnico-racial
Consciência e luta pronunciamentos e projetos de lei sobre relações raciais	1998	Câmara dos Deputados	Questão étnico racial
Dia internacional para a eliminação da discriminação racial.	1988	Câmara dos Deputados	Questão étnico racial
Em defesa da cidadania dos afro-brasileiros	1997	Câmara dos Deputados	Questão étnico racial
Em defesa dos aposentados, trabalhadores e funcionários públicos	1996	Câmara dos Deputados	Trabalhadores
Estatuto do idoso.	1997	Câmara dos Deputados	Questão dos idosos
O fundo de garantia é nosso: como chegar até ele	2001	Câmara dos Deputados	Questões trabalhistas
Homenagem ao trabalhador comemoração do 1 de maio.	1989	Câmara dos Deputados	Trabalhadores
A lei não faz a luta, mas a luta faz a lei.	1999	Câmara dos Deputados	Luta Trabalhista
Política econômica e reforma tributaria	1998	Câmara dos Deputados	Questão trabalhista
Previdência social: direito social e garantia da cidadania	2001	Câmara dos Deputados	Questão trabalhista
Salário mínimo digno a luta continua	1997	Câmara dos Deputados	Questão trabalhista
Salário mínimo e direitos humanos.	1998	Câmara dos Deputados	Questão trabalhista e acionamento da sua “luta” em torno do “salário mínimo” “justo”
Salário mínimo e redistribuição de renda	1997	Câmara dos Deputados	Questão trabalhista

Seminário 40 horas semanais mais emprego, melhor qualidade de vida	1997	Câmara dos Deputados	Questão trabalhista-ênfase na geração de emprego
Os trabalhadores e a Constituinte	1986	PROLETRA	Questão trabalhista
Uma cartilha sobre a previdência social: como buscar os direitos dos aposentados e pensionistas	2000	Câmara dos Deputados	Questão dos aposentados
Salário Mínimo uma história de luta	2005	Senado federal	Questão trabalhista com ênfase no “salário mínimo”
O poder que emana do povo	2009	Senado federal	“Soberania popular”
Nau solitária	2014	Senado federal	“Violência”, “economia”, “democracia”, “seguridade social”, “direitos humanos”, “questões trabalhistas”, “educação inclusiva”, “mobilidade urbana”, “questão étnico racial”
O martelo, a pedra e o fogo	2016	Senado federal	“Democracia”, “cidadania”, “liberdade”
O dragão debaixo da cama: impacto das reformas previdenciária e trabalhista na vida dos brasileiros	2017	Senado federal	“Reforma previdenciária e trabalhista”
Reformas: Raça, gênero e políticas de inclusão social	2003	Senado federal	“Questão étnico racial”

Fonte: DHBB-FGV; <http://www2.camara.leg.br/>; <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>

Foi a partir desse mapeamento inicial que elegemos três publicações representativas para uma análise mais detida, tomando em consideração essas imbricações de temáticas recorrentes nas publicações que se seguem. Assim, a análise recai nas publicações “O martelo, a pedra e o fogo”; “O poder que emana do povo”; e “Reformas: raça, gênero e política de inclusão social”.

Pondera-se, então, a possibilidade de analisarmos os principais trunfos e “bandeiras” de lutas que estão em construção e manutenção no trabalho “político” de Paulo Paim, sua forma de pensar a “política” e de mobilizar conceitos, opiniões e pensamentos, que, por um lado, são consolidados pelas suas origens sociais, formação e engajamento militante e, por outro, são condicionados pelas imposições das regras do jogo político e intelectual, prescrevendo determinadas injunções aos comportamentos.

Enfim, a ideia é fazer uma análise dessas obras publicadas por Paulo Paim como meio de demonstrar, de forma mais sistemática, suas tomadas de posição, seus trunfos e “questões” privilegiadas. Desse modo, revisitamos o trabalho de identificação com “causas” operado pelo agente (já observado no capítulo no exame das publicações de memórias), ao mesmo tempo em que desvelamos algumas lógicas do jogo político no contexto brasileiro.

3.1. “CIDADANIA”, “DEMOCRACIA” E “IGUALDADE”: repertórios legítimos nas obras de Paulo Paim

“O martelo, a pedra e o fogo” é uma publicação que aborda questões marcadas pela ativação de concepções de “democracia”, “liberdade” e “cidadania”, categorias mediante as quais Paulo Paim expressa sua definição de política e sua visão de mundo. Publicada em 2016, é a publicação mais recente do senador e foi veiculada pela editora do Senado.

Podemos observar a manutenção da *fachada* em Paulo Paim constantemente acionada nas imagens utilizadas no decorrer da publicação, e que tem o intuito de fazer estabelecer uma autoimagem para o público, como o “homem sério”, de “moral ilibada” e representante do “povo”. Neste sentido, a ideia de *fachada* acionada neste trabalho é entendida nos termos de Goffman (2012, p.13) como:

Valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesmo através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. A fachada é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados- mesmo que essa imagem possa ser compartilhada, como ocorre quando uma pessoa faz uma boa demonstração

No começo da publicação, já na página 07, aciona a seguinte imagem:



A primeira mensagem que advém desta imagem informa um “homem sério” e “confiável”. Neste sentido, Goffman (2002) justifica a crença no papel que o indivíduo está representando, demonstrando, assim, que:

Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita que seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser (p.25).

Estruturalmente, a publicação “O martelo, a pedra e o fogo” está dividida em quatro partes. Na parte 1 - “O martelo”, o autor utiliza essa expressão, como conotação, para se referir ao operariado urbano, como o mesmo enfatiza: “nos tempos modernos o martelo tornou-se o símbolo do operariado urbano (...) aqui, o martelo representa a liberdade, a justiça, igualdade, voto, a constituição cidadã de 1988...” (PAIM, 2016, p.09).

Dando sequência, a parte 2 é intitulada “A pedra”, utilizada pelo autor para fazer um paralelo com as “lutas” do povo brasileiro, que retratariam, então, um país em construção, tanto de uma melhor infraestrutura, como da construção de emprego, renda, educação. Neste sentido, “a pedra” simbolizaria “o elemento essencial daquilo que se chama de fundamento da construção (...) aqui a pedra representa as peijas do Brasil” (PAIM, 2016, p.25).

Já a parte 3 foi denominada “O fogo”, elemento utilizado, metaforicamente, por Paim como expressão da mobilização da nação brasileira, ligando a expressão às manifestações, o que possibilitaria o que o autor denomina de “verdadeiras mudanças”, possível de ser alcançada com o “povo na rua”.

E, por fim, na parte 04 - “Construindo a cidadania”, Paulo Paim enfatiza a ideia de “cidadania” como princípio importante da sociedade. Isto porque a ideia de cidadania utilizada por Paim aludi a uma maior inserção do “povo” (“trabalhadores manuais”, “operariado” e de uma minoria que ele denomina de mais “vulneráveis”, como os “idosos”, “índios” e “negros”, etc.) nas decisões e escolhas políticas, visando “melhorias nas “condições de vida”. O que pode nos conduzir a pensar na associação buscada por Paulo Paim a uma ideia de sociedade “igualitária” e “justa”.

Temos em vista examinar as quatro partes, buscando visualizar os seus principais recursos acionados e concepções políticas e sociais que ativa e equivale nos discursos, percebendo, a partir disso, como se dá sua atuação “política” e “cultural” do agentes.

Na primeira parte, “O martelo”, Paulo Paim aciona mais detidamente o que idealiza como “Democracia”, citando o dicionário Aurélio, além de autores que se destacam pela formulação desses conceitos, como Platão, Aristóteles, Norberto Bobbio e o sociólogo brasileiro Herbert José de Souza, o Betinho. Discorrendo o seguinte:

O conceito de democracia tem sido desenvolvido por milênios. Desde a democracia direta dos atenienses, passando pela democracia representativa contemporânea até a democracia participativa que, cada vez mais, tem tomado espaço no debate público, seu significado permanece o mesmo: o governo do povo (PAIM, 2016, p.10).

O acionamento da categoria “Democracia”, traz à tona a “crença” de Paulo Paim na “participação popular”, nas decisões políticas e na “luta” por “direitos”. Demonstrando, com isso, uma concepção de política “ativa”, baseada em princípios que legitimam a mobilização e a “participação popular”, figurando

como condições importantes para as “transformações” políticas, as quais acredita ser possível⁴. Como o trecho abaixo demonstra:

A democracia resulta da vontade do povo – de todo o povo. Como ensina um de nossos princípios, devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades. O grande avanço que testemunhamos nos direitos das mulheres, das crianças, da juventude, dos negros, das pessoas com deficiência, dos idosos e aposentados, da comunidade LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e de tantos outros ilustram o amadurecimento da política de inclusão dos brasileiros. A construção de uma sociedade economicamente justa também é componente de uma verdadeira democracia política. O desenvolvimento econômico de nosso país, a igualdade de condições no acesso à saúde, à educação e à renda são elementos que, aos poucos, temos batalhado para alcançar e que, certamente, evidenciam-se como os grandes desafios que ainda temos de enfrentar (PAIM, 2016, p.12).

Nota-se que Paulo Paim destaca a “Democracia” como melhor forma de governo. Dito isso, ele acentua que “a forma democrática foi pouco a pouco percebida como a que oferece a melhor combinação possível de valores que queremos associar com nossa vida social: valores como liberdade, segurança, prosperidade” (PAIM, 2016, p.15). Sendo assim, destaca a crença no “protagonismo popular”, logo nas decisões políticas legitimadas pela atuação do “povo”, como abaixo descrito:

Cabe àqueles que serão governados, também, decidir como se fará esse governo. É o que ficou consolidado, tradicionalmente, no princípio da soberania popular, que aparece já no parágrafo único do primeiro artigo de nossa Constituição: ‘Todo poder emana do povo’. Junto com esse, vem o ideal de igualdade, valor chave do ideal democrático. Igualdade, antes de mais nada, de todos os cidadãos como membros plenos do soberano. Mas democracia exige, também, lutar pela igualdade de direitos e de condições, pela eliminação dos condicionantes da exclusão, pela promoção de uma vida social na qual os resultados da cooperação sejam mais justamente distribuídos. Tudo isso está implicado por nosso comprometimento com o ideal democrático e faz parte das promessas da democracia. (PAIM, 2016, p.16).

Mediante essa definição de “democracia”, Paulo Paim define o “povo” como “soberano”, assim, ressalta que “O ‘povo soberano’ é, antes de mais nada, o conjunto de cidadãos, aqueles que têm direitos políticos, especialmente o

⁴Baseada numa reflexão mais detalhada das publicações de Paulo Paim, além das entrevistas e análises de discursos analisadas, é possível observar que o mesmo acredita nas mudanças sociais políticas, concebível a partir de uma maior participação popular e aos engajamentos nas “causas” dos “trabalhadores”. Concepções ideológicas construídas a partir de sua militância desde muito cedo nessas “causas trabalhistas” somados a sua origem social, influências da “tradição trabalhista”, engajamento sindical, enfim, aspectos que se convertem em sua atuação política e o legitimam a crer e discorrer a “política” como possibilidade de “transformação social” dos “menos favorecidos” (classe trabalhadora, negros e assalariados).

direito a voto” (PAIM, 2016, p.17). É importante ressaltar que essa categoria “povo” é acionada por Paulo Paim em dois sentidos. No primeiro, abarca a ideia de “cidadãos” (fonte de poder nas decisões políticas), e, no segundo, refere-se àqueles que devem ter acesso a direitos iguais (acessibilidade para todos).

A lógica de participação democrática do “cidadão” pensada por Paulo Paim se estabelece por um conjunto de articulações que, segundo o mesmo, estimulam essa “participação”:

A Carta de 1988 também conferiu aos cidadãos algumas prerrogativas que estimulam a participação. Cada vez mais, o legislativo, por exemplo, tem aberto canais de participação para os cidadãos – como exemplo disso, cito a criação, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, de comissões permanentes que facultam a participação dos cidadãos. Outros institutos como os Conselhos Setoriais de Políticas Públicas, além de experiências como as de orçamento participativo, têm ajudado a aprofundar essa participação institucionalizada dos cidadãos. O arranjo institucional consagrado na Constituição de 1988 embora tenha sido objeto ao longo destes 28 anos, de intensa discussão (já aprovamos 93 emendas à Carta Magna), foi, em sua essência, mantido e apresenta avanços importantes em termos de institucionalização da democracia entre nós (PAIM, 2016, p.21).

Além da participação popular enfatizada, a citação acima destaca o protagonismo de Paulo Paim na constituinte, como um agente atuante desde então, com ganhos significativos de aprovação de emendas e propostas de leis.

E, por fim, apresenta a proposta de “democracia”, enfatizando o caráter das reformas (política, partidária e eleitoral), no intuito de construir a “justiça social”:

Aprofundar a democracia entre nós implica necessariamente enfrentar de forma decidida esse estado de coisas. No entanto, apesar desses avanços há entre os brasileiros uma espécie de desencantamento com a política, que se confunde, algumas vezes, com um desencantamento com a própria democracia. Se queremos consolidar entre nós a democracia, temos de cuidar para que uma verdadeira cultura democrática se instale no seio de nossa cidadania. Isso não é simples. Implica em variáveis complexas, como o combate efetivo à corrupção e a demonstração de eficácia na execução das políticas públicas que promovam o bem-estar e a justiça social. Passa também pela criação de mecanismos de maior participação cidadã e pela reforma política, partidária e eleitoral que reestruture a forma como a sociedade está representada nas instâncias decisórias, em especial no Parlamento. Seja como for, creio que estamos no bom caminho. Neste quarto de século de nossa atual experiência democrática, apesar de todos os problemas que enfrentamos – políticos, econômicos, sociais – em nenhum momento as instituições democráticas estiveram realmente em risco sério de serem abandonadas (PAIM, 2016, p.23).

Paulo Paim finaliza essa primeira parte do capítulo “O martelo” com a seguinte imagem:



(PAIM, 2016, p.25)

Tal imagem nos traz elementos significativos de uma auto-apresentação de Paulo Paim como protagonista (atuação ativa e militante no cenário brasileiro) e pautado pela “seriedade”. O que nos leva a refletir sobre “sua personagem, como figura, tipicamente uma figura admirável, cujo espírito, força e outras excelentes qualidades a representação tem por finalidade evocar” (GOFFMAN, 2002, p.231). Sendo assim, a imagem exibida ressalta um personagem que busca a manutenção de sua consagração como “político sério” e “respeitável”.

Logo, o discurso de Paulo Paim sobre a “democracia” não se faz aleatoriamente. Isto porque, apesar de escrever esta publicação já recentemente (2016), há uma confluência de fatores significativos para esta tomada de posição, tais como sua militância prévia, seu posicionamento mais esquerdista e sua origem social mais humilde.

Além do discurso da “democracia” ser um princípio fundante na luta contra a ditadura militar, na década de 1970, em que surgem vários significados que são atribuídos a essa “ideologia democrática”, por diversos agentes sociais, inclusive, os “forjados” pelos “intelectuais” no contexto pós ditadura militar, como

lembra Pécaut (1999). Enfim, a ideia de “democracia” passa a fazer parte de um discurso legítimo que pauta o repertório discursivo dos “intelectuais” e “políticos” brasileiros e é por eles monopolizado.

Nesta configuração, as influências desse discurso “democrático” como ideal político e intelectual se destaca de forma mais intensa a partir da “identificação do definhamento do regime militar e que tem como marco o desencadeamento do processo de redemocratização do país, a reativação da ‘sociedade civil’, como início de uma era de consolidação de valores ‘democráticos’ e ‘universais’” (REIS, 2015, p.239).

Já no capítulo 2, intitulado “A Pedra”, é possível notar a concepção de Paulo Paim de um “país em construção”, acionando a busca por um país “desenvolvido”, preponderantemente marcado pela ideia de “desenvolvimento econômico” e “tecnológico”, de “acessibilidade” e “oportunidades” para todos.

Podemos, então, perceber influências expressivas que agiram sobre Paulo Paim e o ideário político-intelectual de segmentos situados mais à esquerda do espectro ideológico, a exemplo das concepções de “desenvolvimento” forjadas pelas teorias de CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), criada com o objetivo de cooperação econômica entre os membros das países ligados a essas regiões, presentes no contexto dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Outra influência significativa na mobilização de Paulo Paim está ligada a sua socialização no “trabalhismo” de Getúlio Vargas, que vai confluindo expressivamente para suas tomadas de posições que permeiam toda a sua atuação política.

A “pedra” representaria a base desse ideal de “desenvolvimento” e “direitos trabalhistas”. Abaixo trecho que demonstra sua ênfase quanto a essas questões:

Aqui, a pedra representa as ‘pelejas’ do Brasil: saúde, educação, infraestrutura, ciência e tecnologia, emprego e renda. Que país queremos? Que nação sonhamos? Quantas vezes ouvimos a pergunta “Que país é este?” ...O que o Brasil precisa fazer para tornar-se um país desenvolvido, uma nação do chamado primeiro mundo? O que fazer em momentos de crise? Há décadas nos deparamos com obras acadêmicas, filmes, poemas, letras de canções, pronunciamentos e sentenças judiciais cujos autores apontam as mazelas do nosso país e, espelhando o inconsciente coletivo do nosso povo, perguntam, perguntam, perguntam. Mas, e as respostas? Onde estão as respostas? Respostas que se sustentam em apenas frágeis pilares retóricos pouco adiantam. É preciso interromper os sucessivos

ciclos de respostas vazias, evasivas e enfeitadas como os bolos de noiva. A sociedade brasileira está olhando a classe política brasileira com cara de poucos amigos – e não é de hoje. Professores, políticos, jornalistas e palestrantes, entrevistados pelos meios de comunicação, repetem respostas que ninguém aguenta mais. “A crise é sinônimo de oportunidade” repetem, fazendo referência à cultura chinesa, na qual a palavra crise é a combinação de dois símbolos: um significando “perigo” e o outro “oportunidade”. Precisamos fazer as coisas. Já ouvimos, muitas vezes, que os momentos de crise são propícios para que as empresas cortem custos, racionalizem, demitam, invistam, ganhem produtividade, que o governo faça reformas trabalhista e previdenciária. Reiteradas vezes, os economistas nos advertiram sobre “aproveitar o momento adequado”, aquele em que os grandes visionários estabelecem as suas bases para o “grande salto”. Aplica-se raciocínio análogo aos governos. Entretanto, sucessivamente, os governos são incapazes de formular respostas simples e diretas. Os inúmeros desafios que precisam ser solucionados ou, pelo menos, encaminhados remanesçam – e a lista é enorme (PAIM, 2016, p.29).

No decorrer dessa segunda parte do livro, Paulo Paim discorre sobre cada aspecto que, segundo ele, seriam necessários para um país “desenvolvido”, dentre eles, enfatiza os temas da “saúde”, “educação”, “infraestrutura”, “inovação tecnológica” e “ensino profissionalizante”. O que pode denotar para uma maior ampliação de pautas de questões que passam a balizar seus discursos, e as equivalências construídas nas práticas articulatórias, no decorrer da sua atuação política (cargos eletivos).

Então, iniciando pelo aspecto da “saúde”, o agente destaca que a “saúde” tem como marco de acessibilidade para a população mais carente a criação do SUS (Sistema Único de Saúde). Nesse viés sublinha que:

A criação do SUS foi um marco na história da assistência sanitária em nosso País. Sua concepção é de que a saúde é um direito social, como reconhece a Constituição de 1988, em seu art. 196, ao estabelecer que a saúde é um “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e, ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (PAIM, 2016, p.29).

Paulo Paim atribui a criação e os “benefícios” do SUS ao governo de Getúlio Vargas, “ícone” que marca seus discursos e posicionamentos. Como se observa abaixo:

Até meados do século passado não havia sistema de saúde pública em nosso País, mas tão somente ações de instituições filantrópicas e uma assistência prestada pelos institutos de aposentadorias e pensões, vinculados a determinados segmentos do mercado de trabalho. O sistema de proteção social só se expandiria a partir do Governo Vargas, mas era ainda precário e fragmentado. O SUS veio dar universalidade, integralidade assistencial, promoção da saúde e

participação comunitária, com recursos públicos para a assistência sanitária a todos os cidadãos brasileiros. Embora o sistema público de saúde tenha melhorado de forma significativa nas últimas décadas, precisa ser continuamente aprimorado, uma vez que se relaciona diretamente com a preservação e a qualidade de vida do nosso povo (PAIM, 2016, p.30).

Outra temática que aparece no decorrer do texto é a “educação”. Paulo Paim a valoriza como fator importante de “desenvolvimento” do país. Concepção de “educação” demarcada por uma visão de “educação economicista” (ligada à ideia de competências). Como o trecho a seguir demonstra:

Na educação, melhoramos. Contudo, ainda temos uma longa caminhada pela frente. A taxa de alfabetização, por exemplo, é um dos indicadores mais importantes para avaliarmos esses desafios a serem enfrentados, pois revela a situação educacional e, conseqüentemente, as condições sociais do País. Segundo dados do IBGE, os resultados do Censo 2010 indicaram que aproximadamente 91% da população brasileira com dez anos ou mais anos são alfabetizados. Em comparação aos resultados do Censo de 2000, a situação da alfabetização melhorou no País, pois a taxa de analfabetismo diminuiu de 12,8% para 9% em 2010. Mas, apesar dos avanços, temos um percentual de 9% de não-alfabetizados, o que equivale a dizer que, aproximadamente, 18 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever. Os especialistas são unânimes ao apontar que, se o Brasil não educar adequadamente a sua população e qualificar a mão de obra disponível, dificilmente conseguirá manter um crescimento sustentável. Segundo esses estudiosos, a solução definitiva para a educação brasileira passa pela valorização dos professores que, além de não serem reconhecidos pelo seu mérito, recebem salários indignos e, com honrosas exceções, carecem de mínimas condições de trabalho (PAIM, 2016, p.33-34).

Dando prosseguimento, ainda destaca a “infraestrutura” do país como elemento fundamental para o dito “desenvolvimento brasileiro”:

Na infraestrutura (energia, telecomunicações, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, saneamento) o Brasil investe, por ano, cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), percentual que está estacionado desde 1980, um patamar insuficiente para repor o que é depreciado e ainda expandir a capacidade de oferta. Ou seja, o Brasil investe pouquíssimo para um país que almeja ser uma verdadeira nação de primeiro mundo. De acordo com especialistas, “teríamos que investir pelo menos 3% do PIB para manter o estoque de infraestrutura existente. Para reduzirmos a discrepância com países emergentes com alto crescimento deveríamos investir pelo menos, 5% do PIB de forma contínua. O quadro se torna ainda mais grave porque, além de investimentos pouco, investimos mal” (PAIM, 2016, p.35).

É possível sublinhar a importância dada por Paulo Paim à “ciência”, “pesquisa” e “tecnologia”, delineando um pensamento que enfatiza a busca por maior investimento nessas áreas e, conseqüentemente, segundo Paim, maior “desenvolvimento econômico”. Como no trecho que se segue:

O novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, sancionado em janeiro de 2016, aponta para uma reorientação da pesquisa científica no Brasil. Ao estabelecer esse marco, a Lei nº 13.243 promove a desburocratização das compras e impulsiona o trabalho conjunto entre instituições públicas e privadas de pesquisa. Ao tornar clara a relação dos pesquisadores com a universidade, com as fundações das universidades e com o setor produtivo, tira-se das prateleiras das instituições de ensino e pesquisa a ciência nelas produzida. Aproximar universidades e empresas permite dinamizar a pesquisa; promove o desenvolvimento científico e tecnológico; e estimula a inovação. Por isso, é possível catalisar o processo de inserção de empresas e instituições privadas de pesquisa nas iniciativas públicas (PAIM, 2016, p.36-37).

E, por fim, ativa o “ensino profissionalizante” como recurso indispensável para os brasileiros. Logo, enfatiza prioritariamente as escolas técnicas, ligadas ao ensino profissionalizante. Como é possível notar:

Até 2003, contava-se praticamente nos dedos o número de escolas profissionalizantes. Os recursos disponibilizados pelo governo eram escassos e, na sua grande maioria, muito mal utilizados. Para um país que se dizia em vias de desenvolvimento, era um fiasco total. Num período de 90 anos nós tivemos apenas 100 escolas técnicas. Nos últimos 12 anos esse número passa a crescer visivelmente e alcançamos o total de mais de 400 escolas federais de educação profissional, campus dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Só na rede federal foram investidos mais de R\$1 bilhão. Foram repassados também R\$1,5 bilhão a 23 estados pelo programa Brasil Profissionalizado. Outra ação foi o acordo de gratuidade com as entidades que compõem o Sistema S – Senai, Senac, Sesi e Sesc. Já foram geradas mais de 350 mil matrículas gratuitas nas escolas do Senac e do SENAI nos últimos anos (PAIM, 2016, p.41).

Nos posicionamentos acima transcritos de Paulo Paim fica evidente seu trabalho de porta-voz pautado pela maior ampliação de questões que busca tornar compatíveis (e equivalentes), demonstrando o domínio das competências no jogo político e das regras da representação política (articulando elementos díspares e clientelas variadas), bem como a habilidades para falar de um conjunto de questões especializadas, tais como: educação, economia (PIB, ciência, pesquisa e tecnologia, desenvolvimento científico e tecnológico, etc).



(PAIM, 2016, p.45)

A imagem que se segue traz o elemento do engajamento, “vamos à luta”, com este apontamento sinuoso da mão esquerda. No decorrer do trabalho, apesar de aparecerem as mesmas imagens, trazem algumas nuances de posições que representam e caracterizam alguns aspectos específicos, mas que, no geral, passam o aspecto da “seriedade” e “protagonismos” do agente em questão.

Adentrando mais detidamente para a terceira parte, intitulada “O fogo”, pode-se observar mais fortemente a influência de sua militância, que se reflete diretamente na sua concepção e forma de atuação “política”. Como nota-se mais abaixo, uma ideia de política é frequentemente ativada como sinônimo de engajamento e “mobilização popular”:

Aqui o fogo representa todos os brasileiros, brasileiras, mulheres e homens, de norte a sul, das cidades, dos campos, das florestas e do litoral. Somente com o povo mobilizado, garganta rouca e bandeiras ao vento é que vamos mudar o Brasil. As grandes mudanças – sociais, políticas e econômicas – que o Brasil precisa só serão alcançadas com o povo nas ruas. A história cobra um preço altíssimo daqueles que somente aplaudem a banda passar sem fazer nada, bocas caladas, olhos fechados, como meros coadjuvantes. Isso deixa a estrada livre para a tomada de poder por grupos elitistas e oligárquicos, sem

compromisso algum com o todo, apenas com o objetivo de sangrar o Estado e usufruir a sua estrutura em benefício próprio. O presente e o futuro do nosso País dependem exclusivamente da ação organizada e contínua da nossa gente. Os palácios de Brasília, as sedes dos governos estaduais e municipais só se movimentam quando os tambores rufam seus gritos de indignação (PAIM, 2016, p.47).

No decorrer deste capítulo, Paulo Paim vai descrevendo sobre as diversas manifestações pós ditadura militar, como os movimentos das “Diretas já”, dos “Cara-pintadas”, os “protestos de Junho de 2013”, etc. A ideia sustentada por Paim visa positivar esses movimentos como marcos importantes do processo de reconfiguração social pós ditadura militar e como base para importantes “conquistas” e “transformações sociais”. Assim, afirma:

Todas as manifestações da população são legítimas, independentemente de correntes ideológicas, políticas ou partidárias. A população tem direito a expressar-se e manifestar-se livremente, mesmo que sejam contrárias as nossas opiniões. Nesse mar de cantorias não há espaço para a violência e muito menos para a repressão (PAIM, 2016, p.54).

Finaliza esse capítulo três reproduzindo um poema de Dom Quixote e demonstrando a estratégia recorrente de atrelar sua imagem aos símbolos de luta, força e contestação, de forma poética. Como é possível notar:

Sonhar o sonho impossível, sofrer a angústia implacável. Pisar onde os bravos não ousam, reparar o mal irreparável. Amar um amor casto à distância, enfrentar o inimigo invencível. Tentar quando as forças se esvaem, alcançar a estrela inatingível: essa é a minha busca” – Dom Quixote. Essa é a nossa busca (PAIM, 2016, p.55).

Iniciando a parte quatro, denominada “Construindo a cidadania”, Paulo Paim traz elementos da sua concepção de “cidadania”, mediante a qual justifica a criação dos seus “estatutos”. Esses são acionados como marcos de maior afirmação como parlamentar brasileiro. A seguir, uma passagem do livro nos aponta para a concepção de “Cidadania” enfatizada por Paulo Paim:

A luz está associada à força espiritual, ao voo do falcão, à esperança, ao conhecimento, à consciência, à cumplicidade, à identidade, ao respeito aos direitos humanos, aos direitos e deveres civis, políticos e sociais. Cidadania é luz. Aqui, a luz é expressa no trabalho e na ação do legislador: sonhos, lutas, angústias e lágrimas, projetos, leis, defesa do Brasil, igualdade de oportunidade para todos. Tudo que leve a melhoria da vida dos brasileiros (PAIM, 2016, p.57).

Paulo Paim descreve enfática e detalhadamente os “estatutos” que criou, e que, segundo ele, visaram a inserção de uma “minorias social” à “cidadania”. Sua apreensão do que significa o “estatuto” é declarada da seguinte maneira:

O estatuto é quase como se fosse uma miniconstituição no sentido de representar e de unir em um documento só medidas diferentes. Uma coisa interessante no estatuto é a sua própria estrutura. Ele trata de saúde, de educação, esporte e lazer, além de direito de liberdade de consciência, de crença, de cultos religiosos, de acesso à moradia, de trabalho, dos meios de comunicação. Todas essas diversas áreas aparecem de maneira diferente e exigem soluções diferentes". Infelizmente, de geração em geração, a discriminação do homem pelo homem, quer seja por sexo, raça, cor, etnia, procedência, origem, religião, deficiência, idade, classe social, continua. Temos que dizer diariamente não para tudo isso. Buscamos uma integração e ela, com total certeza, passa por mudanças na espiritualidade do ser humano. Somente quando o homem puder olhar para dentro de si e perceber que não há resquícios de ódio, de orgulho, de egoísmo, quando o homem olhar o seu irmão com transparência e dignidade, vendo-o como indivíduo, em igualdade de condições, o mundo começará a ter um profundo processo de transformação. Aí sim, os velhos preconceitos e discriminações ficarão para trás e o limiar de uma nova era então surgirá (PAIM, 2016, p.63).

Paulo Paim versa sobre os três estatutos de sua autoria, enfatizado-os como "instrumento de cidadania para se questionar o preconceito, a ignorância, a inércia e a omissão do Estado e da sociedade. Ele veio para colocar o dedo na moleira" (PAIM, 2016). E assim vai discorrendo sobre cada um especificamente. Primeiramente, apresenta o "estatuto do idoso":

O Estatuto do Idoso tem trazido melhorias à vida dos idosos e das idosas do nosso País. Seu objetivo é assegurar uma velhice digna aos brasileiros. Conjuntamente com os que já somos, todos seremos velhos um dia. Menos, é certo, aqueles que não tiveram a ventura de viver até a terceira idade. A categoria dos idosos é uma minoria curiosa. Em primeiro lugar, porque é uma minoria que crescerá relativamente ao total da população nas próximas décadas; digamos assim, é uma minoria que se movimenta em direção a ser maioria, embora talvez nunca chegue a sê-lo. E em segundo lugar, é uma minoria à qual potencialmente todos pertencerão no futuro. O seu alcance é enorme, portanto. A sua importância relativa, crescente. É uma minoria, queiramos ou não, inclusiva. A população de brasileiros considerada idosa, isto é, acima de 60 anos, corresponde a cerca de 12% da população total. As estimativas demográficas apontam para quase 19% daqui a 14 anos, em 2030. E para quase 30% em 2050. Em outras palavras, daqui a apenas 35 anos, cerca de um terço dos brasileiros serão idosos. Vale notar que a participação dos mais idosos entre os idosos, digamos, os que têm mais de 80 anos, também aumenta, em razão do aumento da longevidade. Por esse motivo, o Estatuto do Idoso, que é um diploma legal em que se concentram normas cíveis e penais e se consagram princípios éticos, veio em boa hora, para atender aos interesses e aos direitos da terceira idade. A velhice bem vivida pode ser bela, mas é um período da vida que não costuma ser fácil. É um período de muitas mudanças que requer atenção e cuidados... Tratar bem o velho, dando-lhe proteção e dignidade, é questão da mais alta relevância humana e um dos índices mais eloquentes de nível de civilização de um país. E aqui novamente Mário Quintana nos inspira: "O espírito é variável como o vento. Mais coerente é o corpo. E mais discreto... Mudaste muita vez de pensamento, mas nunca de teu vizinho predileto". O Estatuto do Idoso compõe-se de 118 artigos que buscam garantir vida, liberdade, justiça, dignidade, saúde, alimentação, habitação, educação, cultura, esporte,

lazer, profissionalização, previdência social, assistência social, proteção jurídica, criminalização de maus tratos e percepção de salário mínimo para o idoso pobre que comprove não ter condições financeiras de manter-se. É um enorme avanço legal, com consequências práticas palpáveis, no relacionamento da sociedade brasileira com os seus velhos (PAIM, 2016, p.58-59).

Mais adiante, Paulo Paim expõe o Estatuto da igualdade racial:

O Estatuto da Igualdade Racial, Lei Federal nº12.288/2010, tem como desafios equiparar direitos e superar o racismo. Em 65 artigos, o estatuto abrange diversas áreas, como cultura, esporte, saúde, moradia, religião e comunicação. Mas, para que a norma seja efetivada, é preciso atuação de órgãos federais, estaduais e municipais, além da participação do setor privado. O professor Thomaz Pereira, da Fundação Getúlio Vargas diz que algumas medidas do estatuto são gerais e demandam algum tipo de iniciativa específica. "Às vezes, é uma lei, às vezes, são medidas no âmbito das secretarias estaduais, municipais ou de ministérios". Os negros são, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, mais da metade da população brasileira, 52,9% – soma daqueles que se declaram pretos e pardos. A porcentagem, no entanto, não se repete em espaços acadêmicos. De um total de 387,4 mil pós-graduandos, 112 mil são negros – menos da metade dos 270,6 mil brancos. Também não se mantém na Câmara dos Deputados, onde quase 80% dos deputados se declararam brancos, tampouco nos meios de comunicação (PAIM, 2016, p.62).

E, por fim, o Estatuto da pessoa com deficiência:

Lei Federal nº 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão) completou um ano de sanção presidencial em 6 de julho. Ela possibilita a emancipação social de 46 milhões de pessoas, segundo números do IBGE...A sociedade precisa compreender que a pessoa com deficiência não é apenas uma pessoa com deficiência: ela é um estudante, um trabalhador, um motorista, um pai ou uma mãe de família, uma criança, um consumidor, um contribuinte, um eleitor, um atleta, uma pessoa em todos os seus papéis. É assim que ela deve ser compreendida e tratada (PAIM, 2016, p.63).

No decorrer da produção analisada é possível observar o sentido dado a sua atuação política, ligada ao engajamento e à luta do “povo”, mediante os quais busca se legitimar. Como é possível notar ao descrever sua militância e mobilização atuante no Congresso Nacional:

Uma das minhas bandeiras, desde os tempos em que era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS) tem sido a luta por um salário mínimo justo e que atenda às necessidades do trabalhador e de sua família. Em 2005, foi criada a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo. Não foi nada fácil. As resistências foram muitas, mas, graças aos esforços de parlamentares ligados à classe trabalhadora, conseguimos implantar a Comissão. Eu fui escolhido relator. A competência da Comissão foi a de estudar, debater e propor mecanismos permanentes de reajuste do salário mínimo e discutir os benefícios dos aposentados e pensionistas, haja vista que, em grande

medida, os reajustes do mínimo refletem-se nos benefícios da Previdência Social (PAIM, 2016, p.66-67).

Observa-se, ainda, a consagração atribuída por Paulo Paim ao universo militante, no qual começou a sua notoriedade pública, domínio de atuação esse que projetaria a possibilidade de transformações via lutas, engajamentos e mobilizações. Dedicou, assim, uma homenagem aos militantes (uma espécie de auto-homenagem):

Carta aos Militantes. O mar formado pelas bandeiras dos militantes é muito mais do que um símbolo do povo brasileiro: é um conceito de mudança. Esse mar fica agitado quanto maiores forem os ventos. No entanto, jamais se submete aos açoites das tempestades. Tampouco as calmarias o deixam inerte; ele segue agindo em silencioso movimento. Os militantes sabem que correm o risco dos naufrágios, correm o risco de ser levados pelas ondas, mas, no fim das contas, isso não importa, pois há uma missão a ser cumprida: alcançar as areias da praia. Aqueles que militam dedicam-se de corpo e alma aos serviços de uma luta boa e justa. Quanto mais e mais o povo pede ajuda, lá estão os militantes, martelando, forjando o aço, lapidando a pedra da sabedoria e ajustando seus ângulos; voz rouca e bandeiras aos céus. Não importam os descaminhos, eles sempre darão um jeito de escalar as montanhas e concretizar os sonhos da plena liberdade humana, da justiça social e do trabalho digno. E tudo isso, ser um verdadeiro militante, eu aprendi, com muito orgulho, com todos vocês. Aprendi também, que é a partir dos anseios das portas das fábricas, dos gritos dos discriminados e excluídos, dos que passam fome, do som das ruas, avenidas e praças das cidades, do aroma que emerge dos campos e das florestas trazido pela nossa gente, que se constrói uma nação...Viva os militantes e suas bandeiras! Viva os trabalhadores! Viva o Brasil! Com a democracia, tudo! Sem a democracia, nada! (PAIM, 2016, p.89).

Acima, nota-se a inscrição no domínio militante acionada por Paulo Paim como elemento discursivo nucleador da sua memória (em torno da qual inclusive agrega os demais elementos que mobiliza), recorrentemente ativado junto com a consagração de “lutas” pelos “interesses do povo” (das quais foi protagonista). O que teria gerado sua afirmação no domínio dos especialistas da representação política e demarcado sua distinção em relação aos pares.

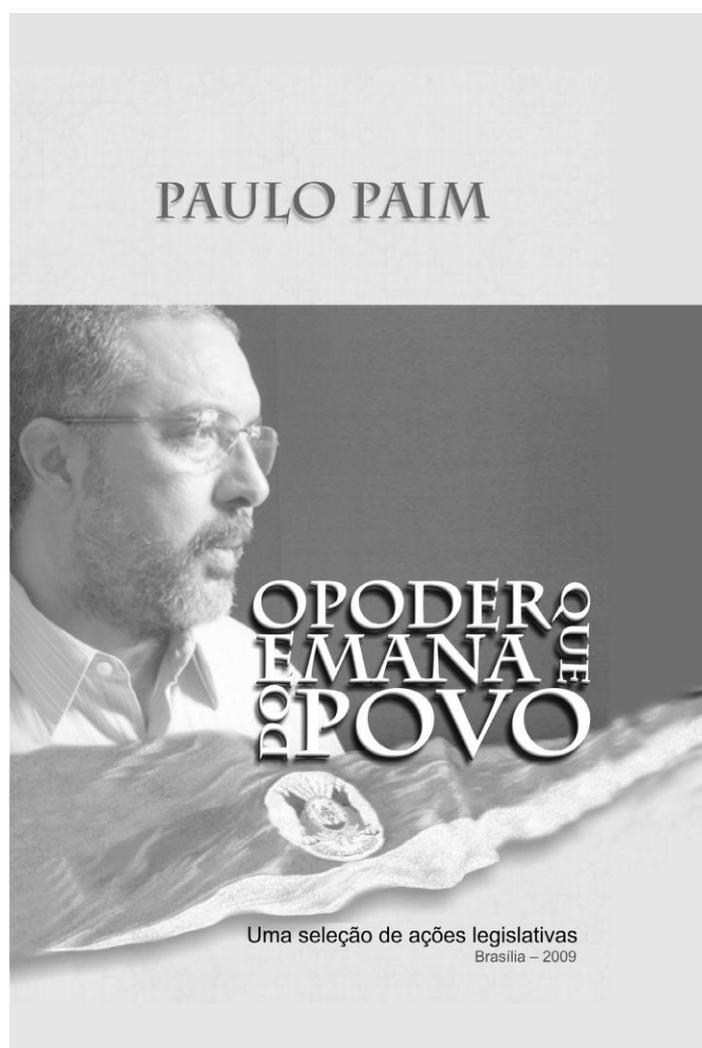
E, por fim, encerra o livro com uma parte intitulada “Até mais”:

Estamos a oceanos das transformações sociais e políticas necessárias. Cada vez mais, abrimos mão de uma revolução social, fraternal e democrática. Não podemos mais viver somente o agora. Queremos pintar o destino coletivo do nosso país: o martelo, a pedra e o fogo. Queremos construir a cidadania. A história nos impõe este desafio. Vamos fazer história. Temos pressa de seguir adiante, de escalar montanhas, de rabiscar versos, de cantar as palavras dos ventos (PAIM, 2016, p.91).

Isso nos revela uma perspectiva em Paulo Paim marcada preponderantemente por uma concepção política de valorização do engajamento, como já dito anteriormente, em que “democracia” e “cidadania” são ativadas no intuito de valorizar suas “lutas em nome do trabalhador” e uma “mudança social” possível a partir da “participação popular”.

3.2. “Soberania popular”: Uma participação possível e necessária segundo Paulo Paim

A produção “O poder que emana do povo” é datada de 2009 e foi veiculada pela editora do Senado. A capa é composta pela imagem que segue adiante:



Esta publicação é composta por uma estrutura um pouco diferente do livro anterior, pois apesar da discussão e de suas estratégias de auto apresentação serem comuns, como em quase todas os livros, esta contém muitas gravuras no decorrer do texto, tanto utilizando-se de fotos em páginas inteiras do próprio

Paulo Paim, isoladas, quanto de fotos mescladas a textos para demonstração de homenagens que recebeu no decorrer da sua trajetória “política” (cargos eletivos), enfim, imagens que serão apresentadas no decorrer da análise.

A “Apresentação” enfatiza os “estatutos” criados por Paulo Paim e o seu “pertencimento regional”, nela observa-se claramente a consagração de Paulo Paim como o “político do povo” (origem popular) e que trabalha pelo “povo” (representa o “povo”). Adiante segue a “Apresentação” na íntegra:

Sempre fui um grande admirador do Paulo Paim. Não apenas do Senador, mas da pessoa, do metalúrgico, do líder sindical. Dono de um dos mais respeitados currículos do Congresso Nacional, traz das suas origens o compromisso de suas lutas. Negro e pobre. Dentro da visão preconceituosa que ainda permeia boa parte da sociedade brasileira, Paulo Paim encontrou no chão das fábricas, na poeira das ruas, na defesa dos trabalhadores, sejam da ativa ou aposentados, a energia para superar tantos desafios. Filho de pai metalúrgico e mãe dona de casa, aos oito anos de idade já calejava suas mãos no barro da fábrica de vasos em Caxias do Sul. Quantos milhões de brasileiros vivem ainda hoje situação semelhante. Daí, sua profunda identificação com o cotidiano do povo. É dali que vem sua força e seu poder mobilizador. É dessa caminhada que Paim extrai a inspiração para escrever mais um capítulo de sua história. Ninguém melhor que este Senador gaúcho para saber que realmente “o poder emana do povo”. Seus projetos, seu trabalho, seus pronunciamentos da tribuna do Senado não arredam um milímetro de suas convicções. É no convívio diário com seu povo que Paulo Paim recolhe sugestões e argumentos para apresentar projetos que realmente impactam no dia a dia do cidadão. Cito como exemplo, o Estatuto do Idoso. Também de sua autoria o Estatuto da Igualdade Racial, que reúne propostas de combate ao racismo e alternativas para inserir o negro na sociedade, nos postos de trabalho e em universidades e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Com seu trabalho, como ele mesmo define, pretende romper as fronteiras da indiferença, fazendo do seu mandato o instrumento para vencer tamanho desafio. Com esta publicação, Paulo Paim mostra um pouco da complexidade das ações que envolvem a rotina de trabalho no Congresso Nacional, às vezes nem sempre bem compreendida pela sociedade, mas de vital importância para o equilíbrio entre os Poderes da nação. No Senado, sempre fiel aos seus princípios e à nossa gente, Paim confirma sua trajetória de liderança e ao mesmo tempo de homem público, marcado pelo destino na defesa das nossas melhores tradições de civismo e coerência, fazendo jus à confiança popular a qual sempre respeitou e é, por isso mesmo, merecedor. Boa leitura! Senador Sérgio Zambiasi (PTB- RGS). (PAIM, 2009, p.6-7)

A introdução da publicação é escrita por José Pinto da Mota Filho, advogado, consultor legislativo e suplente do senador Paulo Paim. Nota-se a mesma ênfase presente na apresentação:

Não há como deixar de registrar a fidelidade do Senador Paulo Paim aos anseios do povo brasileiro. Exemplo de coragem, dedicação e também de muitas proações, o trabalho político e legislativo que desenvolve trouxe para a cena do Congresso Nacional os temas que a elite brasileira sempre considerou secundários e inexpressivos. Como

colaborador e espectador privilegiado, pode testemunhar a aflição e o destemor deste parlamentar em dias, noites, feriados e finais de semana, debruçado sobre pilhas de papéis e incontáveis reuniões para encaminhar de forma satisfatória os interesses de um contingente enorme de brasileiros, esperançosos por um salário mínimo maior, por uma Previdência Social mais justa, por igualdade racial, respeito aos idosos e às pessoas com deficiência, melhores condições de trabalho, emprego para os jovens, e um rol de causas de enorme relevância social. O ex-Deputado Federal e hoje Senador Paulo Paim não é mais apenas um parlamentar do Partido dos Trabalhadores ou representante do estado do Rio Grande do Sul no Senado Federal. Seu trabalho, reconhecido por todos os quadrantes, é exemplo para todos nós e inspiração para a presente e futuras gerações de políticos. Ao compreender sua missão institucional, o Senador Paulo Paim tornou possível a participação direta das pessoas na discussão de seus problemas, aspirações e interesses, fazendo fluir, por sua representação político-parlamentar, uma das mais belas experiências de cidadania e valorização social de enorme contingente que até há pouco tempo não tinham voz ou não eram ouvidos (PAIM, 2009, p.10).

Na apresentação e introdução acima reproduzidas podemos notar maior destaque a um conjunto de recursos alcançados e construídos na trajetória de Paulo Paim. A apresentação enfatiza-o como “pessoa” de origem “popular”, como “político” (ocupante de cargos eletivos) que representa uma “minorias social” e como “trabalhador” metalúrgico. Sobretudo, percebe-se a exaltação de Paulo Paim como o “negro” e o “pobre” que “ascendeu” social e economicamente, chegando a uma posição política e intelectual de destaque. Recursos distintivos (raros na elite) e afirmação parlamentar (comprovada por cargos e realizações) foram um conjunto de identificações plásticas, decorrentes de uma pluralidade de disposições que o habilitam a ser porta-voz autorizado de múltiplas “causas”.

Na sequência, é inserida uma foto. Aparecendo de braços cruzados com semblante de “seriedade” e caracterizando um personagem que transmite “confiança”:



(PAIM, 2009, p.11)

Mais adiante discorre sobre sua “missão” como parlamentar, possível devido ao lugar assumido como “político profissional” que o legitima a atuar como agente reconhecido a falar em nome das “minorias sociais”, dos “discriminados”. Apesar de reivindicar a defesa da “participação popular” exalta o papel da “representação”. Nas suas palavras:

A minha ação parlamentar é baseada principalmente nos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, idosos, aposentados e pensionistas, negros, índios, brancos, mulheres, crianças, jovens, pessoas com deficiência, moradores de rua, sem-terra, e de todas as minorias que são por algum motivo discriminadas. Aqui o leitor poderá entender um pouco mais do meu trabalho. Saberá também que minhas propostas tratam de educação, saúde, segurança, emprego, previdência social, meio ambiente, esporte, lazer, cultura, habitação, e demais áreas que contemplam os direitos da cidadania (PAIM, 2009, p.13-14).

Acima observa-se uma variedade de causas e questões (dos trabalhadores, idosos, aposentados, índios, meio ambiente, esporte, lazer e cultura, habitação, etc.) que são mobilizadas por Paulo Paim e que funcionam como um demonstrativo de como ele consegue construir equivalências entre essas categorias. O que significa que, por um lado, destaca-se a questão da

multiplicidade domínios sociais nos quais o agente se inscreve, e, por outro, revelam-se as lógicas de injunção do jogo político do qual o agente em questão faz parte, buscando assim se atrelar a uma pauta mais diversificada no decorrer da sua trajetória política.

Outra imagem, destacada abaixo, nos permite apreender traços formais da sua condição de representante, uma vez que o traje (paletó) o distingue da sua base (“o povo”).



(PAIM, 2009, p.15)

A seguir aparecem imagens referentes às homenagens recebidas por Paulo Paim, que reforçam a manutenção do trabalho de consagração da sua memória, de um agente muito ativo no Congresso Nacional e muito homenageado no decorrer de sua carreira política e militante, como segue:



Paulo Paim recebe homenagem do senador Sergio Zambiasi (PAIM, 2009, p.18)



Audiência Pública violência contra idosos. Paim fala da importância do Estatuto do Idoso.
22/09/2009 (PAIM, 2009, p.19)

No corpo do texto Paulo Paim faz um balanço geral das suas principais leis aprovadas e os projetos em que trabalhou, como aciona em várias outras publicações anteriores, inclusive, os “estatutos”.

Abaixo imagens que figuram as suas principais “bandeiras de luta” (“indígenas”, “negros”, “deficientes físicos”, “previdenciários”, “aposentados”...) ao longo da carreira política militante, sendo, inclusive, uma forma de demonstração desse reconhecimento conquistado e símbolo do respeito e do valor adquiridos diante dos seus pares e de seus “eleitores”.



Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos discutiu questões indígenas – 08/05/2009 (PAIM, 2009, p.22)

Esta figura surge na publicação como reforço da sua legitimidade para falar em defesa dessa categoria. Uma vez que teria instituído o dia 07 de Fevereiro como dia nacional da luta dos povos indígenas. Nas suas palavras:

Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas (7 de fevereiro). O dia 21 de abril é o Dia do Índio. Essa data está mantida. Mas, atendendo a um desejo do Movimento Indígena, apresentamos projeto para que o dia do martírio do índio guarani, Sepé Tiaraju, fosse transformado em uma data especial para todos aqueles que lutam por justiça, liberdade e igualdade de oportunidades. A Lei Federal nº 11.133 é também uma forma de resgatar a memória da luta indígena em nosso País (PAIM, 2009, p.22).

Mais adiante aciona sua imagem na “marcha zumbi mais 10” para dar destaque ao seu engajamento nessa “causa”, destacando o Estatuto da Igualdade Racial e falando da discriminação e preconceito no Brasil. Afirma:

O nosso sonho é ver um dia negros e brancos convivendo em condições de igualdade nas escolas, nas universidades, no trabalho, nos clubes, nas ruas, nos campos... caminhando juntos. O *Estatuto da Igualdade Racial* possui 70 artigos que englobam temas como saúde, educação, emprego, cultura, moradia, justiça, recursos públicos, liberdade religiosa, segurança, lazer etc (PAIM, 2009, p.23)



2006:Marcha Zumbi + 10, pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (PAIM, 2009, p.23)



Paim fala no Plenário sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ao lado está o assessor Luciano Ambrósio e seu cão guia, a cadela Mitz. 08/12/2008 (PAIM, 2009, p.26)

Na figura acima, Paulo Paim vincula sua imagem à defesa dos “deficientes físicos”, acionando o Estatuto da Pessoa com Deficiência da seguinte forma:

Estatuto da Pessoa com Deficiência. A proposta foi aprovada no Senado Federal e hoje tramita na Câmara dos Deputados (PL nº 7.699/2007). Já realizamos várias audiências públicas tanto em Brasília como nos principais estados brasileiros. A sociedade está interagindo e debatendo o tema. Nos 287 artigos estão assegurados direitos à saúde, educação, trabalho, transporte, desporto, lazer, habitação, cultura, Previdência Social. Cerca de 25 milhões de brasileiros serão beneficiados (PAIM, 2009, p.25).



Manifestação pelo fim do Fator Previdenciário – Câmara dos Deputados. 25/05/2009 (PAIM, 2009, p.29)

A imagem acima registra a ocasião da sua fala no plenário em defesa dos aposentados sedimentando sua ligação a essa “causa”, como é possível perceber no seu texto:

Reajuste das Aposentadorias e Pensões. Os nossos “cabeças prateadas” deram suas vidas para o crescimento do Brasil. É mais do que justo que eles tenham seus direitos assegurados e garantidos no final do mês. Apresentamos uma emenda ao projeto do Governo Federal (PL nº 1/2007), que cria diretrizes de valorização do salário mínimo. A nossa emenda estende a política de reajuste do salário mínimo às aposentadorias e pensões (PAIM, 2009, p.28).



Ato em favor dos projetos dos aposentados, em Santos (SP).05/11/2008 (PAIM, 2009, p.29)

Além de reivindicar a defesa às “causas” dos aposentados, não deixa de demarcar a vinculação e o engajamento militante via Partidos dos Trabalhadores (PT) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).



Senador Paulo Paim palestra no II Congresso Nacional da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). 02/05/2009(PAIM, 2009, p.34)



Senador Paulo Paim palestra no II Congresso Nacional da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). 02/05/2009 (PAIM, 2009, p.34)

Nas duas figuras acima percebe-se a estratégia de explicitar o reconhecimento de Paulo Paim entre os militantes da “causa sindical”. Sua biografia e as conquistas sindicais se misturam:

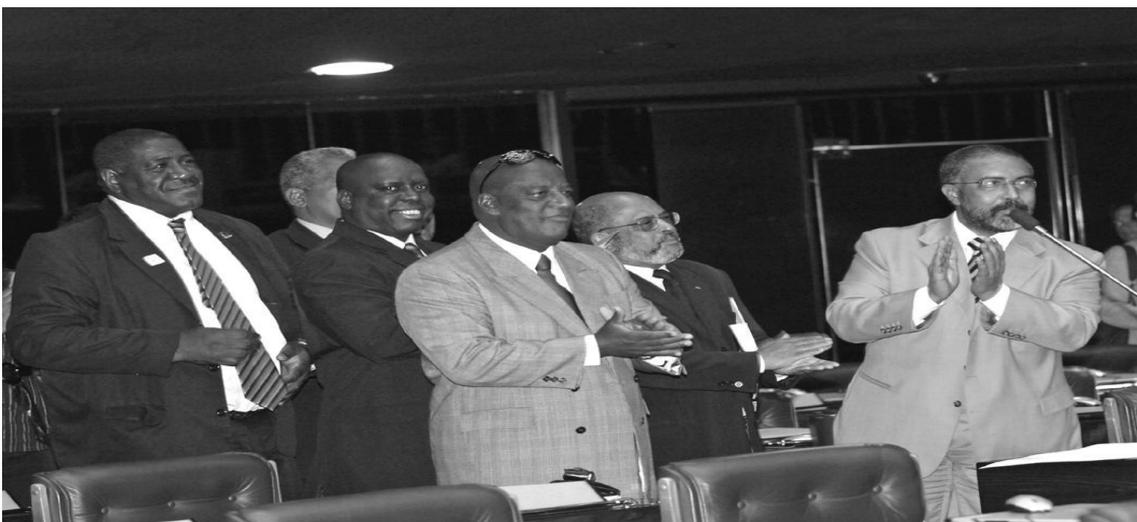
Estabilidade de Dirigente Sindical. Uma antiga reivindicação do movimento sindical brasileiro. A proposta regulamenta a estabilidade e a garantia do emprego dos nossos dirigentes sindicais. Já realizamos várias audiências públicas. Mas, é preciso ainda muita pressão. O projeto (PLS nº 177/2007) tramita no Senado (PAIM, 2009, p.35).



Paulo Paim lança “Cantando as Diferenças”, em Canoas (RS) (PAIM, 2009, p.42).

Já a imagem acima registra Paulo Paim palestrando sobre o projeto “Cantando as diferenças” criado por ele com o intuito de respeito as “diversidades”. Como enfatiza:

É fundamental o respeito às diversidades. O Cantando as Diferenças é baseado nos três estatutos (Idoso, Igualdade Racial, Pessoa com Deficiência) e também no Estatuto da Criança e do Adolescente, movimentos sociais, mulheres, índios. Desde 2007, o projeto vem sendo implantado nos Municípios gaúchos (PAIM, 2009, p.42).



Aprovação da anistia post-mortem a João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata.
15/05/2008 (PAIM, 2009, p.46)

A imagem acima nos traz elementos que figuram a representatividade de Paulo Paim no plenário no que se refere às questões relacionadas às “causas” “étnico-raciais”. Na parte escrita, ele enfatiza o “trabalho escravo” difundido entre a população “carente”, “negra” e com baixo nível de “escolaridade”. O que elucida a apresentação da seguinte proposta de lei:

O PLS nº 487/2003 proíbe que o Governo Federal conceda incentivo fiscal e financiamentos àquelas empresas que utilizarem mão de obra baseada na degradação humana ou trabalho escravo. As empresas que tiverem interesse em obter benefícios deverão apresentar certificado de regularidade expedido pelo Ministério do Trabalho. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Senado Federal (PAIM, 2009, p.47).

Outro aspecto importante no decorrer da estrutura da produção é que ao final da mesma, em um subtema denominado “Outras palavras”, Paulo Paim seleciona um conjunto de discursos, no total de 1.277, que ocupam mais de vinte páginas da publicação. O que nos revela a importância dada aos seus pronunciamentos no Congresso Nacional, que são, inclusive, disponibilizados também no seu site pessoal⁵ e que trazem elementos de uma linguagem preponderantemente militante, mediante a qual aciona sua atuação engajada na luta em nome das “minorias sociais estigmatizadas”, como o mesmo denomina, sempre se colocando em primeira pessoa do plural (nós), demonstrando seu “pertencimento” entre essa “minorias”, que agora ele passa a representar.

Assim, evidenciaremos adiante os discursos que foram selecionados e por isso destacados e transcritos para esta publicação, o que nos leva a crer na importância dada a estes discursos em detrimento dos outros. Atenta-se para os principais trunfos mobilizados e para a linguagem utilizada pelo agente, buscando compreender também qual o público ele visa atingir.

Os discursos selecionados e transcritos nesta parte da publicação mobilizam questões que Paulo Paim já vinha acionando na maioria das suas publicações, ao ativar as “bandeiras de luta” com a qual se legitima ao longo da sua trajetória, tais como, as questões dos “idosos”, “indígenas”, “étnico-racial”, “educação profissionalizante”, “salário mínimo”, “deficientes físicos”, “previdência social”, etc.

Vale ressaltar, ainda, que Paulo Paim utiliza-se de uma linguagem acessível (bem didática, clara, com termos “simples”, com partes de músicas e

⁵ Senadorpaim.com.br

poemas relativamente conhecidos), o que pode significar o direcionamento para seu público alvo, o eleitor pertencente às “classes populares”, além dos “militantes” e pessoas diretamente ligadas a essas “causas”. Abaixo alguns trechos, seguidos da data de pronunciamento do discurso e a página respectiva na publicação em análise:

Solenidade realizada no Palácio do Planalto para sanção do Estatuto do Idoso. 01/10/2003. (...) Durante estes sete anos de debate sobre este tema apaixonante, choramos, cantamos e, com certeza, nos emocionamos muito, muito mesmo. Talvez tanto quanto o jovem poeta Piero no momento em que escreveu *Meu Velho*: Velho, meu querido velho, Agora já caminhas lento, Como perdando o vento, Eu sou teu sangue, meu velho Sou teu silêncio e teu tempo. Com esses versos, quero homenagear a todos aqueles que construíram a Política Nacional do Idoso, incluída no Estatuto. A todos os partidos no Congresso Nacional. A todas as entidades que atuaram nessa condução, desde o Ministério Público, a Cobap, o Mosap e tantos outros (...)

(...) a vida na sua sabedoria nos ensina que os mais velhos são os mais sábios. A sabedoria milenar é quem diz: a vida é fruto da energia do Universo. Essa energia acompanha a Lei de Causa e Efeito. O caminho que precisamos construir é o da generosidade. É o da solidariedade entre as gerações. Até porque o jovem de hoje será o idoso de amanhã (...) (PAIM, 2009, p.62).

A importância da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 30/08/2004 (...) A discriminação infelizmente cria suas raízes desde muito cedo. Já na infância as verdades são trazidas por terceiros e são apenas sentidas, sem questionamento algum. São verdades que chegam prontas, conceitos acabados, estereotipados por uma ótica de dominação por parte daqueles que querem ver garantidos seus privilégios, seus benefícios. Este sentimento, infelizmente, vai se perpetuando e acaba criando na sociedade uma forma desumana, desigual e muito mesquinha de lidar uns com os outros. Esta proposta é um forte instrumento de combate ao preconceito racial. A criação deste projeto quer garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira, assegurando por exemplo o acesso às escolas e ao mercado de trabalho, frequentados por uma maioria esmagadora de brancos. Neste momento eu sinto que a sociedade está conclamando a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, numa demonstração nítida de que ela anseia por estas mudanças, que ela quer ver transformados os conceitos que aprisionam a alma do ser humano, que impõem limites ao amor, ao respeito, à cidadania igualitária (...) (PAIM, 2009, p.64).

Homenagem aos povos indígenas 19/04/2005 (...) Minha alma gaúcha faz lembrar o Guerreiro Sepé-Tiaraju, índio guarani de São Miguel das Missões, que lutou com bravura ao avanço dos exércitos português e espanhol. Quero registrar minha admiração aos nossos índios brasileiros: xavantes, karajás, mundurukus, guaranis, ianomâmis, kaiapós, terenas. A esses homens e mulheres, verdadeiros filhos desta terra, deixo registrada minha homenagem com a Declaração Solene dos Povos Indígenas do Mundo, de 1975: Nós, povos indígenas do mundo, unidos numa grande assembleia de homens sábios, declaramos a todas as nações: quando a terra-mãe era nosso alimento, quando a noite escura formava nosso teto, quando o céu e a

lua eram nossos pais, quando todos éramos irmãos e irmãs, quando nossos caciques e anciãos eram grandes líderes, quando a justiça dirigia a lei e sua execução, aí outras civilizações chegaram! (...) (PAIM, 2009, p.65).

Educação profissionalizante 29/04/2005 (...) Acredito que a responsabilidade de uma implementação na educação profissional deva ser compartilhada entre as múltiplas instâncias do Poder Público e da sociedade civil. Quero levantar um grande debate em torno do tema. São milhões de brasileiros, jovens e adultos, que não encontraram mecanismos para a qualificação profissional. Algo precisa ser feito. Devemos pensar na consolidação da ideia de implementar uma rede nacional de escolas de ensino profissionalizante público e gratuito em todos os nossos municípios, respeitando a vocação de cada comunidade, de cada região. É preciso que implementemos políticas que venham possibilitar ao jovem brasileiro a oportunidade de optar pelo ensino profissionalizante de qualidade, se assim desejar, e garantindo o direito ao desenvolvimento de suas competências profissionais, tornando-os capazes para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho cada vez mais competitivo (PAIM, 2009, p.65-66).

Homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras em 01/5/2005 (...) Que se ouça o clamor de milhões de brasileiros que se sentem injustiçados. Saibam todos que apesar de tudo não desistiremos, somos otimistas. O pessimista é um derrotado por antecipação. Vocês, trabalhadores e trabalhadoras, formam uma nação de guerreiros e guerreiras, por isso nós venceremos. Minhas sinceras homenagens a vocês heróis combatentes, trabalhadores e trabalhadoras, empregados e desempregados. Não percamos a fé. Não abandonemos a luta. Coragem! O Brasil é nosso! Foi feito por vocês! Vocês, somente vocês podem fazer com que ele seja o País que nós queremos. O NOSSO BRASIL! O nosso Brasil de brancos e negros, de índios, de todas as religiões (...) (PAIM, 2009, p.66-67).

Reajuste dos aposentados e pensionistas em 29/06/2006. Os aposentados não possuem tratores para estacionar em frente ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto para reivindicar por investimentos na agricultura. Fato que resultou no pacote agrícola lançado pelo Governo Federal, que inclui um aporte total de R\$75,4 bilhões – incluindo a liberação de R\$60 bilhões para o Plano de Safra 2006/2007, negociação de dívidas e recursos para a comercialização, que ainda é pouco! Os aposentados não podem fazer greves como os servidores do Poder Executivo que conseguiram R\$7,5 bilhões, o que ainda é pouco! Os aposentados não possuem a força do Judiciário e de todos os seus servidores que estão pleiteando um reajuste que ultrapassará o índice de 40%, e que ainda é pouco! Os aposentados não possuem caminhões e ônibus para bloquear o tráfico nas rodovias impedindo o transporte de cargas e de passageiros, ou ainda atendendo-os precariamente (PAIM, 2009, p.71).

Aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência em 8/12/2006 O Senado Federal aprovou o Estatuto da pessoa com deficiência. Um Estatuto de direitos, de inclusão e de cidadania! Um Estatuto de respeito às diferenças! Sabem o que isso significa? Que pulsa de fato nos corações humanos o grande desejo de fazer o que é certo (...) Que orgulho eu sinto de fazer parte desta Casa! Vou repetir o que já havia dito: sempre achei que o Senado fosse uma Casa conservadora, mas eu me enganei. O Senado Federal é uma Casa progressista e tem provado isso em diversas ocasiões, como foi com a aprovação do Relatório do Salário Mínimo, com a criação da Comissão Mista para discutir a situação dos povos indígenas e assim por diante. Nós

estamos celebrando a vitória do respeito às diferenças! O que era certo foi feito por esta Casa! Lembrem que eu falava no início sobre o desejo que pulsa nos corações humanos? Pois foi assim também na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto da Mulher, no Estatuto do Índio, onde o desejo de justiça, de valorização, de respeito, também falou mais alto (PAIM, 2009, p.73-74).

Nas citações acima reproduzidas é possível notar a ênfase dada nos discursos e mobilizações de Paulo Paim a bases construídas ao longo da sua trajetória, possíveis graças às suas inscrições múltiplas. Neste sentido, o viés dos discursos acima enfatizados e transcritos versam praticamente sobre: “velhice”, “aposentados” e “pensionistas”, “povos indígenas”, “educação profissionalizante” e “qualificação profissional”, “trabalhadores” e “trabalhadoras” e estatuto da pessoa com deficiência. Isto é, de “causas” com as quais conseguiu se legitimar e que aparecem recorrentemente em seus trabalhos escritos, seus discursos e propostas de leis no parlamento brasileiro.

E, por fim, Paulo Paim ativa suas origens e vínculos familiares, o que podemos avaliar como uma tentativa de demonstrar um alicerce “familiar sólido”, imagem muito jogada no âmbito político. Abaixo faz uma homenagem a mãe:

Dona Itália Paim em 5/03/2009 (...) Aos 87 anos ela partiu e certamente foi ao encontro do seu amado. Passados cinco anos, com certeza ela ainda faz muita falta, pois sempre foi o apoio, o porto seguro que sabia confortar e orientar sobre o melhor caminho a seguir. Caras mulheres que estão aqui a me ouvir ou que estão em suas casas, quero lhes dizer que a experiência de um desses filhos junto a sua mãe gerou este homem que está aqui e que olha para vocês, mulheres, cheio de agradecimento e de alegria por vocês existirem, por ter sido presenteado com a convivência com Dona Itália. Dona Itália, junto com meu pai e meus irmãos, foi o esteio seguro da minha vida. Homenagear essa mulher que trazia um olhar generoso, gestos delicados, palavras doces e um coração que transmitia muita paz foi a forma que eu encontrei de homenagear todas vocês. Ao falar desta mulher eu quero homenagear todas as mulheres por suas histórias de vida. Esta é a história dela, que talvez reflita a história de muitas outras mulheres. Sei que as vivências de cada uma de vocês são as mais diversas, mas ao resumir o que vocês representam surge sempre a mesma palavra: AMOR. E Dona Itália era toda AMOR! Meu beijo carinhoso a ela que certamente cavalga no céu junto ao seu herói. Meu abraço muito afetuoso a todas vocês e meu profundo respeito pela história de vida de cada mulher deste mundo afora, pois tenho certeza de que um infinito de possibilidades vive dentro desse ser que é insondável e ao mesmo tempo pleno em toda sua extensão (PAIM, 2009, p.79).

O livro ainda conta com uma última sessão intitulada “Um depoimento”. Mais abaixo segue esse depoimento descrito por Antônio Augusto de Queiroz (jornalista, analista político e diretor de Documentação do departamento intersindical de assessoria parlamentar- Diap). Transcrevemos:

Desde que assumiu seu primeiro mandato parlamentar, ainda durante o processo constituinte, há 22 anos, o então deputado e hoje Senador Paulo Paim (PT/RS) tem marcado sua trajetória por três características: credibilidade, foco temático e capital de relações. A credibilidade, conquistada pela coerência e lealdade aos segmentos que representa, tem sido seu principal passaporte para o sucesso de seus mandatos, tanto na Câmara como no Senado. O foco temático, com prioridades bem definidas, tem se revelado um método eficiente, que pode ser facilmente mensurado pelos resultados alcançados. O capital de relações, representado pelo excelente trânsito na sociedade, no Governo e, principalmente, no Parlamento, foi conquistado pelo modo afável como trata a todos, sempre com urbanidade, na busca por justiça social e cidadania, especialmente para os mais necessitados. Essas três características – sempre com firmeza, persistência, determinação e coerência – foram colocadas a serviço de causas e pessoas, como a política de recuperação do salário mínimo, a defesa dos aposentados e pensionistas do INSS e do serviço público, o fim do fator previdenciário, os Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência, a luta pela preservação e ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores por políticas afirmativas e de assistência social aos desvalidos e desprovidos de proteção. Por sua trajetória de coerência e compromisso com essas causas e pessoas, Paulo Paim foi agraciado com todos os prêmios e condecorações que um político pode receber das instituições que avaliam o desempenho parlamentar. O jornal Folha de S.Paulo sempre o classifica como muito atuante e recordista na apresentação de projetos. A Arko Advice editorial, empresa de consultoria e especializada em processo legislativo e decisório no Congresso, sempre o inclui em suas publicações como um dos membros da elite do Congresso. O IBEP – Instituto Brasileiro de Estudos Políticos, e a Santa Fé Ideias, duas instituições de credibilidade que monitoram o trabalho parlamentar, também o classificam como um parlamentar influente. O Congresso em Foco, portal especializado no acompanhamento do Poder Legislativo, também concedeu prêmios de atuação relevante ao Senador Paim em todas as suas edições. Paulo Paim é o único parlamentar que recebeu todos os prêmios instituídos pelo DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, como o diploma Palavra de Honra, o título de deputado nota dez, inclusive durante a Constituinte, e o de “Cabeça do Congresso”, em todas as 16 edições da publicação. Dar este testemunho sobre o trabalho do parlamentar Paulo Paim é motivo de muita satisfação, porque o Senador é daqueles políticos que enchem os brasileiros de orgulho (PAIM, 2009, p.90-91).

A partir deste depoimento podemos analisar um trabalho constante de Paulo Paim na manutenção do seu reconhecimento. Primeiro, ele enfatiza a “credibilidade”, haja vista que o agente abarcaria as demandas dos segmentos representados, com extensa atuação parlamentar e conquistas de “direitos” dessas “classes” representadas. Já a segunda ênfase destaca os eixos temáticos com o qual ele se identifica e representa como “aposentados”, “negros”, “índios”, “deficientes físicos” que giram em torno da “classe trabalhadora” e aos quais se legitima e faz um trabalho constante de manutenção de reconhecimento em nome dessas “causas”. E, por último, ele destaca a extensa construção de redes de relações construídas por Paulo Paim, que

perpassa desde a militância, a atuação parlamentar e o envolvimento com a “comunidade”, que lhe permitiu uma gama bastante ampliada de vínculos e bases.

Via reprodução deste depoimento é possível notar ainda o destaque dado às homenagens e premiações recebidas por Paulo Paim e que constataria as qualidades acima supracitadas (coerência e compromisso com essas “causas” e pessoas, agraciado com todos os prêmios e condecorações que um político pode receber das instituições que avaliam o desempenho parlamentar, muito atuante e recordista na apresentação de projetos). Isto é, Paulo Paim é avaliado e legitimado como um agente com uma história militante e com extensa atuação parlamentar, sinalizando para o trabalho de constante manutenção dessa memória.

Ainda nesta mesma sessão, “Um depoimento”, aparecem alguns subtópicos, dentre eles: “Trajetória parlamentar”, “Atuação como deputado”, “Lei de greve”, “Turno de seis horas”, “Comissão de trabalho”, “Lei da Anistia”, “Regime jurídico dos servidores públicos”, “Luta dos 147% dos aposentados”, “Seguro-desemprego”, “Tentativa de desmonte do movimento sindical”, Luta contra flexibilização da CLT”, “Combate à discriminação racial”, “Lutas contra as reformas administrativa e previdenciária de FHC”, “PEC paralela”, “salário mínimo”, “Fim do fator previdenciário”.

Estes subtópicos resumem basicamente as “causas” mediante as quais Paulo Paim se legitimou ao longo da sua trajetória militante e política (cargos eletivos). Abaixo transcrevemos alguns trechos demonstrativos:

Paulo Paim iniciou sua militância política no movimento sindical, tendo sido presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Secretário Geral da CUT-Nacional, estreando na vida parlamentar como deputado federal constituinte (PAIM, 2009, p.92).

No Plenário, fez um excelente trabalho de mobilização em favor dos trabalhadores, tendo como companheiro nessas articulações o saudoso Deputado Juarez Antunes (PDT/RJ) (PAIM, 2009, p.93).

Como membro, vice-presidente e presidente (1993) da Comissão de Trabalho, deu enorme contribuição no debate, formulação, negociação e votação de matérias relevantes para os trabalhadores. Foi coordenador da subcomissão encarregada de elaborar a política nacional de salário e a primeira lei de salário mínimo constitucional (PAIM, 2009, p.94).

É de autoria de Paulo Paim a Lei nº 9.459/97, de combate à discriminação racial, que pune crimes de preconceito de raça, cor, etnia com reclusão e multa. É também o autor do Projeto de Lei do Estatuto da Igualdade Racial, já aprovado na Câmara e no Senado e em fase final de apreciação no Senado do novo texto aprovado pela Câmara (PAIM, 2009, p.97).

3.3. “Raça, gênero e políticas de inclusão social”: questões constantes nos repertórios de Paulo Paim

A publicação “Reformas: raça, gênero e políticas de inclusão social” possui 122 páginas e é resultado de uma conferência pública e coletiva que ocorreu na comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania do Senado Federal, em Maio de 2003. O evento foi organizado por Paulo Paim e ele foi reponsável pela publicação na íntegra via editora Senado Federal. A atividade contou com a participação de diversos personagens brasileiros considerados porta-vozes legítimos das “causas” étnico-racial, de gênero e da previdência no Brasil.

É importante frisarmos que este tipo de evento também torna possível a análise dos repertórios acionados pelo agente (OFFERLÉ, 1998, GRILL, 2010) e os núcleos da construção identitárias do agente (MARTIN,1994).

A publicação traz três momentos que estão diretamente relacionados com as mesas de discussão da Conferência. No primeiro momento trata da mesa que discute sobre raça, gênero e inclusão social. Já no segundo momento o debate está centralizado sobre a reforma tributária. E, por último, a análise recai sobre a temática da reforma da previdência. Assim, em termos gerais:

O Seminário Reformas, Raça, Gênero e Inclusão Social tem por objetivo avaliar as propostas das reformas da Previdência e Tributária, bem como o seu impacto sobre a população afro-brasileira em geral e as mulheres em particular. O seminário pretende iluminar as dimensões que se encontram subestimadas no debate em curso sobre reformas, adotando uma perspectiva de gênero e raça, e alcançar uma formulação que seja capaz de realizar a um só tempo tanto a necessária sustentabilidade do sistema previdenciário e tributário como ampliar a inclusão (PAIM, 2003, p.03).

Acima é possível perceber que este tipo de seminário tem o intuito de “forjar” um processo de construção de equivalências (raça, gênero, inclusão social, questão econômica, tributária e previdenciária), ampliando a pauta de questões mobilizadas por Paulo Paim, bem como representa simbolicamente “o rito que inscreve o indivíduo na coletividade, numa relação em que deve

prevalecer um vasto de *liturgias políticas* evocadas por um poder que ele pode engendrar” (MARTIN, 1994, p.27)

Na primeira página, pós-capa, consta a seguinte imagem, que apresenta a comissão responsável pelo debate na Conferência:



Ministro Tarso Genro, Ministro Ricardo Berzoini, Senador Paulo Paim, Ministra Matilde Ribeiro e a jornalista Miriam Leitão (PAIM, 2003, p.03)

Trata-se de um texto “corrido”, sem subseções, e que a temática já nos dá pistas sobre o assunto a ser abordado. No primeiro momento da publicação são enfatizadas as problemáticas raciais como questão central no debate. Como o trecho a seguir demonstra:

A proposta deste seminário expressa a maturidade do Movimento Negro e de uma de suas vertentes mais atuantes e expressivas – a Articulação de Mulheres Negras, que organiza também este seminário. Digo maturidade porque, como movimento social, demarcado e específico, o Movimento Negro está hoje muito bem dotado de uma visão de conjunto dos problemas brasileiros. É importante destacarmos isso. A partir de sua luta específica contra o racismo e as desigualdades raciais, o Movimento Negro toca nos principais problemas nacionais. É dessa maneira que se pode compreender como a questão racial é de interesse de todos. Os problemas que afligem a população negra só podem encontrar soluções à medida que tomarmos consciência de que a questão racial é uma questão nacional (PAIM, 2003, p.05).

O discurso de Paulo Paim transcrito no livro destaca as questões a serem debatidas. Além de apresentar a comissão responsável pela conferência:

Ouviremos agora o Excelentíssimo Senador Paulo Paim, 1º Vice-Presidente do Senado Federal. O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Eu gostaria de cumprimentar a todos e, em primeiro lugar, agradecer aqui, de público, o apoio que foi dado pelo Presidente Sarney e toda a Mesa Diretora da Casa para que este evento fosse realizado. Também não tem como, neste momento, deixar de agradecer, e muito, a

oportunidade que a Casa está tendo, com a presença aqui na Mesa do Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência, meu colega de Partido e Deputado Federal, Ricardo Berzoini. Sabemos de sua agenda intensa, mas tratando-se de uma matéria que mexe com as nossas emoções, como a questão da Previdência, o Ministro Berzoini fez questão de estar aqui conosco para discutir reformas tributária e previdenciária – especificamente na sua área –, raça, gênero e inclusão social (PAIM, 2003, p.04).

Mais adiante descreve sobre sua ida a África do Sul, como estratégia legítima de reconhecimento do seu engajamento à “causa” étnico racial, além de evidenciar sua circulação internacional advindo dessa sua militância e as relações que foram possíveis construir nesse processo:

Sempre gosto de contar, Berzoini, Tarso, Miriam e Matilde, nossa Ministra – que vou apresentar em seguida –, que, quando estive na África do Sul, ainda na época do apartheid, Nelson Mandela ainda no cárcere, fui convidado por Winnie Mandela para visitar um grupo de ativistas que lutava contra a política do apartheid. Foi um encontro nos fundos de uma igreja. E lá fui eu, no meio da noite. Pensei que eu iria encontrar lá somente negros e, para alegria e felicidade minha, praticamente 50% dos que estavam lá eram brancos militando pela causa, pela liberdade de Nelson Mandela e pelo fim do apartheid. Por isso, esse encontro faz com que eu me lembre desse momento bonito da história, por tudo que Nelson Mandela representa hoje para o Brasil e para o mundo (PAIM, 2003, p.05).

Dito isto, Paim destaca a “discriminação racial” que tem consequências diretas sobretudo à população negra:

Os negros, segundo o Ipea, apresentaram um indicador de proporção de contribuintes sistematicamente pelo menos dez pontos percentuais inferiores aos dos brancos. Sendo assim, segundo o Ipea, uma Previdência que endureça regras contributivas tem muita chance de excluir mais ainda os negros, que ficariam dependentes de formas não contributivas de acesso a aposentadoria e a pensões. Dois outros pontos também nos preocupam. Sabemos como o racismo influencia nas oportunidades de trabalho. Os negros estão submetidos, em seus cotidianos de busca de um emprego ou ocupação, a uma seleção negativa e arbitrária que os discrimina. A discriminação racial é assim uma variável importante, quando os brasileiros lutam para inserir-se no mercado de trabalho. Se não se está inserido no mundo do trabalho, não se tem acesso à Previdência Social e a outros direitos da cidadania. O desemprego é, portanto, um tema relacionado ao nosso seminário. A discriminação é também importante variável na questão dos rendimentos. Os trabalhadores negros recebem em torno de 30% a 40% menos que os trabalhadores brancos, desvantagem com aplicação direta na cobertura da própria Previdência...Em resumo, todos sabemos que 40 milhões das pessoas estão no mercado informal e que grande parte desse total é de afro-brasileiros. Sabemos que há, por parte do Ministério, preocupação também nessa área. (PAIM, 2003, p.06)

Os componente da mesa no seminário acordam no que tange às políticas de “inclusão social” e ao debate envolvendo a questão “étnico-racial”,

“desemprego”, “discriminação”. A fala do membro Matilde Ribeiro é representativa:

Vou iniciar lendo uma frase que considero muito significativa – e que circulou pelo mundo afora, em 2001, quando da realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância –, do Secretário-Geral da ONU, Sr. Kofi Annan: “Em todo o mundo, minorias étnicas continuam a ser desproporcionalmente pobres, desproporcionalmente afetadas pelo desemprego e desproporcionalmente menos escolarizadas do que os grupos dominantes. Estão sub-representadas nas estruturas políticas e super-representadas nas prisões; têm menos acesso a serviços de saúde de qualidade e, conseqüentemente, menor expectativa de vida. Essas e outras formas de injustiça racial são a cruel realidade do nosso tempo, mas não precisam ser inevitáveis no nosso futuro”. Considero essa formulação propícia para este momento, como já foi dito pelos que me antecederam (PAIM, 2003, p.16).

Na ótica dos membros da comissão, os descendentes afro-brasileiros encontram-se em situação “desprivilegiada”. Isto porque:

Historicamente, é que vivemos uma situação em que, entre os 53 milhões de pobres abaixo da linha da pobreza existentes no Brasil, a maioria é negra e, entre essa maioria, as mulheres ainda são as mais prejudicadas. Nós, negros – todos os negros, independentemente do tom de pele –, sabemos o que significa o racismo, a exclusão e o fato de não termos sido considerados cidadãos durante todo esse período histórico. No entanto, temos, neste momento, algumas mudanças muito significativas na sociedade brasileira e no mundo... considero o tema da mesa de hoje de extrema importância por sua densidade, por sua intensidade – como disse o Ministro Tarso Genro –, pelo conflito que traz à ordem do dia das demandas e dos debates das políticas públicas. Sua importância está, acima de tudo, em provocar um cruzamento de questões que não foram tratadas de maneira tão próxima como as reformas da Previdência e tributária, que parecem não fazer parte do cotidiano da população, principalmente considerando o componente racial – parecem ser propriedade dos Parlamentares, dos governantes, dos intelectuais. Por isso, considero corajoso este seminário (PAIM, 2003, p.17).

Acompanhando a ordem das falas na publicação, Matilde Ribeiro enfatiza a importância da origem da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR:

Trata-se de um organismo recém-criado corajosamente pelo Governo Lula, pelo movimento social e pelos Partidos que compõem a aliança para a mudança. A criação dessa Secretaria foi esperada, durante muitos anos, pela militância negra e anti-racista do País e responderá a desafios que foram enfrentados pelo Governo anterior e que têm sido enfrentados nos estados e nos municípios. Esse organismo aparece de uma forma diferente no cenário. Pela primeira vez temos um organismo, no Brasil, que lidará diretamente com questões raciais, voltando sua preocupação para os grupos discriminados, um organismo que tem status de ministério. Essa é a grande novidade, porque comissões, assessorias, programas, tudo isso já existe há muito tempo; agora, é muito importante um organismo com status de

ministério, principalmente na situação em que nós, Governo e sociedade civil, nos colocamos a serviço de uma mudança social significativa. Essa Secretaria veio responder ao desafio de construir uma política de governo para a questão racial. Ela terá um papel de elaborar, formular, estimular e coordenar políticas de governo na área de promoção da igualdade racial; portanto, deverá existir a partir de uma relação estreita com os ministérios, com os outros organismos da Administração Pública, com a sociedade civil organizada, com as instituições de ensino, com todos os setores da sociedade que querem reafirmar a posição de que não podemos continuar vivendo em pleno século XXI sob as marcas de um racismo nefasto, que tem atrapalhado, destruído a vida de milhões e milhões de brasileiros (PAIM, 2003, p.18).

Tomando a fala do ministro da previdência social, Ricardo Berzoini, transcrita na publicação em análise, é possível notar a ênfase na ideia de “exclusão” submetidos a maioria dos negros no Brasil:

Conclui-se assim que a situação dos negros no mercado de trabalho é pior que a dos trabalhadores brancos, prejudicando seu acesso à previdência. Eles se inserem de maneira mais precoce no mercado de trabalho, portanto de maneira menos preparada, enfrentam mais o problema do desemprego, ocupam em média postos de trabalho menos protegidos, seu rendimento é menor do que o dos brancos, mesmo quando se controla o nível educacional ou os grandes grupos ocupacionais (PAIM, 2003, p.29).

Mais adiante segue uma sessão intitulada “Previdência social e a população negra”, enfatizando em negrito “o negro na população brasileira”, e que traz gráficos estatísticos que demonstram a situação da população negra no Brasil, mapeando-a por sexo e região e sua situação no mercado de trabalho, como taxa de participação e número de desempregados em relação aos brancos.

Na figura abaixo os principais debatedores da mesa referente à reforma tributária;



Dra. Sueli Carneiro, Prof. Edvaldo Brito, Senador Paulo Paim e o Prof. Marcelo Paixão

A população negra, segundo Marcelo Paixão, professor do instituto de economia da UFRJ:

Durante o século XX, a sorte da população negra foi discutida em gabinetes, em palácios, em vários lugares, sem a presença desse contingente. E ali estava sendo desenhada a sorte, o destino ou a má fortuna – dependendo do ponto de vista – da população negra durante todo esse período que se seguiu ao fim do regime servil em nosso País. Ali fomos colocados num papel de subordinação na hierarquia social brasileira. O desenho social brasileiro, construído pelas elites brasileiras, principalmente a partir dos anos 30, foi um arranjo disfarçado pelo mito da convivência. Assim, foi feito um arranjo no qual os negros estariam destinados a ocupar os porões da estrutura social brasileira. Infelizmente, esse tipo de compreensão não foi apenas de um campo do nosso espectro político. Ao contrário, esse local destinado à população afro-descendente no Brasil, ao longo de todo século XX, de certo modo foi compartilhado por setores políticos muito mais amplos do que simplesmente os conservadores ou do centro – a esquerda compartilhou em parte desse tipo de compreensão – e se tornou uma política de Estado. Na verdade, neste momento, o debate sobre reforma tributária, o debate sobre reforma da previdência, assim como também os debates sobre a reforma política e a reforma trabalhista, que estão na agenda pública, representam acima de tudo, o que está ocorrendo agora. O século XXI está abrindo suas portas, está se escancarando diante de nós, políticos, acadêmicos, militantes, enfim, brasileiros em geral. Portanto, estamos diante do nosso próprio destino e da necessidade de intervirmos, de uma maneira bastante forte, para que não ocorra no século XXI aquilo que ocorreu no século XX, quando fomos gentilmente convidados, entre uma batucada e outra, a ocupar os porões da pirâmide social brasileira (PAIM, 2003, p.59-60).

A seguir, nas palavras de Edivaldo Brito, professor titular dos cursos de pós-graduação da UFBA, as questões de inclusão social dos afrodescendentes são assim apresentadas:

A inclusão – e já foi dito muito bem aqui – deve atingir os afrodescendentes, principalmente. Sou filho, Senador, de uma lavadeira de roupas que, às 3h, descia para a fonte, no tempo em que não havia lavanderia, na minha cidade. Lavava roupa e eu, com oito anos de idade, carregava trouxas enormes no pescoço, tanto que hoje sei sambar com um copo e uma garrafa sobre a cabeça, no gingado da negrada, gostoso, que faz todo mundo ficar alegre com todo aquele trejeito baiano, porque me equilibrava com aquela trouxa de roupa. Dona Edite – Deus a tenha no reino da glória! –, vós me ensinastes uns equilíbrios maiores, que é o equilíbrio entre as diferenças sociais, evitando que eu soçobre por causa das lições que me deu para que eu me segurasse. Peço essa inclusão em homenagem a Dona Edite, peço em homenagem às mulheres, que são até consideradas como modelo de feiúra, Black is beautiful. Uma das coisas mais lindas do mundo é essa figura que V. Ex^a trouxe. A mulher negra é tão bonita que pode gerar os melhores filhos deste País. Mudança social, sim, este sistema precisa (PAIM, 2003, p.74).

Seguindo o debate é introduzido o assunto da previdência social. Primeiramente conduzido por Ubiratan Castro de Araújo, nascido em Salvador, diretor-geral da Fundação Pedro Calmon, unidade da Secretaria de Cultura do Governo da Bahia, foi anteriormente diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA (CEAO) e presidente do Conselho para o Desenvolvimento das Comunidades Negras de Salvador (CDCN). Na sua concepção notamos a ênfase nos impactos duplamente negativos da questão previdenciária sobre os “negros”:

Na Previdência, a primeira grande questão que vem é a de que os negros e as negras são, habitualmente, muito maltratados no sistema de previdência. Todos dizem isso. É uma questão de pobreza, é uma questão da carência do serviço, as filas são muito longas. Ainda não encontrei homem negro ou mulher negra que não tenha se queixado de que houve sempre um diferencial de tratamento na Previdência. E esse diferencial fica objetivo em torno de algumas coisas muito claras. Primeiro, é a própria generalização dos serviços públicos, que passa pelo pressuposto de que o povo brasileiro é igual. Na verdade, ele é diferenciado culturalmente; ele é diferenciado nos seus hábitos. E tudo que faz parte de uma cultura negra é absolutamente desconhecido e irrelevante para o sistema de previdência (PAIM, 2003, p.87).

Na transcrição da fala de Antônio Augusto de Queiroz (diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, que faz o acompanhamento e a análise dos trabalhos do Congresso Nacional há mais de 30 anos, e é sócio fundador da Queiroz Assessoria Parlamentar e Sindical) é possível analisar o maior destaque das medidas a serem tomadas para a reforma da previdência e suas consequências. Assim:

Em primeiro lugar, a reforma da Previdência foi concebida para corrigir distorções, equilibrar o sistema e promover inclusão e justiça social. Esse é o discurso que deu sustentação a essa reforma. O texto

encaminhado ao Congresso Nacional se perdeu em relação a esses objetivos originais. Tomou um viés fiscal de tal monta que o objetivo exclusivo dessa reforma é aumentar receita e diminuir despesa. Houve uma disputa, no interior do Governo, entre a equipe econômica e a equipe da área social, que tinha todas as condições para ganhar essa disputa e oferecer um texto constitucional capaz de atender àqueles pressupostos que justificavam essa reforma. Com a entrada dos Governadores na disputa, o setor econômico se somou aos Governadores e fez valer essa visão mais fiscal e menos preocupada com a justiça social, com respeito ao Estado de direito, ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito, enfim, com o respeito à segurança jurídica que deve nortear qualquer ação do Governo. Já que há o compromisso de honrar acordos, vamos honrar todos, inclusive com os servidores públicos. E essa reforma diz respeito, especificamente, aos servidores públicos (PAIM, 2003, p.93).

Já a professora Laura Tavares, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, enfatiza as consequências do sistema “neoliberal” apresentado como “perverso”. Em seus termos:

O desastre social que as políticas neoliberais na América Latina causaram nessa última década e meia – em nosso País mais retardatariamente – está aí, e essa é a evidência da minha tese. A combinação perversa de políticas econômicas monetaristas ortodoxas e estratégias liberalizantes, no âmbito das políticas sociais, evidenciadas por toda a América Latina por um cansativo receituário único de reformas e que, lamentavelmente, estamos cumprindo à risca, e os focos dessas reformas neoliberais na América Latina, na área social foram, não por acaso, o Sistema de Seguridade Social e as previdências sociais, na América Latina (PAIM, 2003, p.104).

A reprodução desse evento na forma de um livro nos mostra como um agente como Paulo Paim pode mobilizar meios variados para atuar em “causas sociais”: o mandato, a participação em comissões, a gráfica do senado, as relações com ministros, as ligações com companheiros de partidos e os laços no meio acadêmico. São mescladas linguagens e legitimidades diversas, mas complementares (militâncias, cargos, conhecimentos acadêmicos, etc.). No debate em tela, publicado na íntegra por Paulo Paim, nomes dotados de notabilidades convergem na defesa das “causas” dos negros no Brasil. Por um lado, percebe-se, então, as estratégias de engajamento de Paulo Paim presentes na organização deste tipo de evento e sua associação com essas “causas” como importante aspecto de manutenção da sua memória. Por outro, nota-se a gama de relações sociais que construiu em vários domínios e que pode mobilizar nas “lutas” que empreende.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tratou de analisar a trajetória de Paulo Paim, mediante a qual foi possível debater as lógicas de intersecções dos domínios “políticos”, “intelectuais” e “militantes”, bem como apreender o desenrolar do processo de “profissionalização” política decorrente de um engajamento militante prévio, como sindicalista, e a produção escrita do agente.

A partir desse quadro mais amplo, o caso de Paulo Paim destaca-se como agente “raro” no domínio político (sem título superior, metalúrgico, “negro”, sem ascendentes políticos e de origem “humilde” e “popular”) e entre uma elite “votada e letrada” (GRILL e REIS, 2016), o que nos conduziu a investigar os principais recursos sociais e trunfos acionados pelo agente e que passam a pautar suas bases de mobilização nos domínios sociais. Além de buscar compreender como o mesmo consegue alcançar posições dominantes no espaço do poder e alcançar notabilidades.

Sendo assim, a análise deste caso nos proporcionou revelar fatores que compõem uma variante de “processos de *multinotabilidades* e *multiposicionalidades* que caracterizam os agentes “políticos” no decorrer do processo de “profissionalização política” no Brasil a partir do séc.XX” (GRILL, 2014, GRILL E REIS, 2016).

Neste sentido, é possível notar o trânsito de Paulo Paim em múltiplos domínios sociais (político, intelectual e militante), em que ele consegue se mobilizar de forma legítima e eficaz, construindo relações sólidas e as mobilizando recorrentemente nas lutas que vai empreendendo. E a partir dessa intensa mobilização e notabilidade consegue tornar equivalentes uma diversidade de “causas” que pleteia no jogo político.

O protagonista de debates políticos e intelectuais aqui examinado nos possibilitou ainda apreender seus principais discursos de interpelação, as equivalências que construiu entre categorias dominadas socialmente e a construção de identidades estratégicas (COLLOVALD, 1988) que mobilizou, reiteradamente acionando as “causas” dos “trabalhadores”, “aposentados”, “negros”, “deficientes físicos”, “quilombolas”, etc. Ou seja, analisamos como

esses elementos aparecem na sua produção escrita (dos trabalhos mais generalistas aos autobiográficos), homenagens e propostas de leis, fazendo com que seja reconhecido muitas vezes como: “O zumbi do senado”, o “defensor das minorias sociais”, “o político do povo” e com “origem no povo”.

Esta dissertação se inscreve numa agenda de pesquisa que busca objetivar e ponderar as *posições e tomadas de posições* acionadas pelo agente em questão, apreendendo as lógicas do jogo político no Brasil, configurado por processos de osmose, interpenetrações e intersecção de domínios sociais, tendo em vista analisar os principais recursos utilizados nestes espaços e que passam a valer em determinadas configurações históricas e sociais.

É neste sentido que trabalhamos com algumas categorias “chave” como “identidades estratégicas”, “identidade política”, “construção de equivalências”, “memórias”, “militância”, “hiperpolitização” da vida social, “profissionalização política”, “multiposicionalidade” e “multinotabilidade”, “repertórios de intervenção” e “engajamento de intelectuais”; para averiguar como se dá o exercício do trabalho de representação política mesclado ao trânsito em atividades imbricadas e complementares que o legitima no incessante trabalho de afirmação como “porta-voz” de determinadas “causas sociais”.

No primeiro capítulo dessa dissertação apresentamos, de maneira mais ampla, o perfil da “elite” política brasileira, localizando Paulo Paim diante desse segmento do espaço do poder, bem como dos parlamentares negros, dos políticos no Rio Grande do Sul, dos que escrevem e dos que escrevem especificamente sobre memórias.

E por isso, neste primeiro capítulo, foi possível descrever as bases sociais relacionalmente aos outros agentes, demonstrando sua raridade nestes universos. Dessa forma, o acúmulo de capital cultural (advindo da sua militância) o faz tomar posicionamentos mais à esquerda, entrando na arena política pelo PT, também influenciado por uma “tradição trabalhista” do Rio Grande do Sul, fatores que condicionaram a entrada na arena política diretamente por cargos mais altos na hierarquia de cargos eletivos (deputado federal).

Além do engajamento como sindicalista, destaca-se sua produção escrita e seus trabalhos autobiográficos, com ênfase para uma produção escrita de cunho majoritariamente generalista e uma narrativa biográfica voltada para a

construção de uma auto imagem de “negro”, “pobre”, “trabalhador”, “militante” e alcançando legitimidade em posições dominantes em nome das “minorias sociais”. Alia a isso suas vivências pessoais e seus pertencimentos (por sua origem social e cor de pele), como elementos de legitimação, possíveis de observar por seus discursos, mobilizações, produção escrita, etc.

Já no segundo capítulo nos detemos mais fortemente na análise das narrativas biográficas de Paulo Paim, sendo elas “O rufar dos tambores” e “Um pouco da minha caminhada”. Além de destacar neste momento processos de duplo investimento como homem de letras e como homem político (LE BART, 1998), que contribuíram para a consagração de uma ideia de “vocação política” (no caso de Paulo Paim que vem desde a militância até os cargos eletivos assumidos), pela “facilidade” e “disposição” à escrita (extensa produção escrita) amalgamadas ao “dom” para atuar como “político” (tribuno, representante, porta-voz, etc).

Aspectos esses resultantes da dimensão de heroicização e sacralização de que gozam os agentes políticos, que Bourdieu (2004) resalta como faces do processo de delegação e *fetichismo* político, segundo os quais a representação só existe pelo poder de assumir a condição de porta-voz. Isto é, a delegação tende a ser esquecida e ignorada, resultando no *fetichismo* político que entroniza tanto os ministros do culto, quanto os ministros do Estado.

No terceiro capítulo trabalhamos mais detidamente sobre três obras representativas de Paulo Paim “O martelo, a pedra e fogo”, “o poder que emana do povo” e “Reformas: raça, gênero e políticas de inclusão social”. São trabalhos que discorrem sobre seus principais trunfos e “bandeiras” de lutas, no processo incessante de manutenção da sua identidade e identificações com “minorias sociais” e das “causas sociais”.

Entre as principais questões que aparecem neste capítulo sendo mobilizadas e construídas ao longo da sua trajetória militante, política e intelectual destaca-se sua extensa carreira em engajamentos diversos (a começar pelo engajamento sindicalista), exaltando a partir daí aprendizados significativos, um emaranhado de relações sociais, incorporação de “sentidos”, socialização com as regras do *métier* político, “compromissos” com as “causas

sociais”, mediante os quais alcança legitimidade reconvertendo-os constantemente para o domínio político.

Referências

- BADIE. B.HERMET, G. **Política comparada**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.
- BOURDIEU, P. **“O campo político”**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, DF, n °5, 2011.
- BOURDIEU, P. **“A ilusão biográfica (Apêndice 1)”**. In. BOURDIEU, P. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 2011. (p. 74-82).
- BOURDIEU, Pierre. **“Introdução a uma Sociologia reflexiva”**. In_____ Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **“A força da representação”**. In_____ A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. **“Descrever e prescrever. As condições de possibilidade e os limites da eficácia política”**. In: _____. A economia das trocas linguísticas. São Paulo; EDUSP, 1996.
- _____. **“Stratégies de reproduction et modes de domination”**. Actes de la Recherche em sciences Sociales. V.105, n.01, 1994.
- _____. **A delegação e o fetichismo político**. In: Bourdieu, Pierre. Coisas ditas. São Paulo, Brasiliense, 2004. p.118-206.
- _____. **A força da representação**. In: Bourdieu, Pierre A economia das trocas linguísticas. São Paulo; EDUSP, 1996.
- BRUBAKER. R; COOPER.F. **Más allá de “identidad”**. Revista Apuntes de investigación del CECyP, nº 07, 2001.
- COLLOVALD, Annie. **“Identité(s) Stratégiques”**. *Actes the la Recherche en sciences Sociales*, nº 73, 1988 (p.29-40).
- CORADINI, O. L. **Panteões, iconoclastas e as ciências sociais**. In: FELIX, L. O. ELMIR, C. (Org.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 209-235.
- CORADINI, O.L; REIS, E. T. **Transações culturais, intelectuais e as ciências sociais”**. Revista Pós de Ciências Sociais, vol. 09, nº17, 2012.
- CORADINI, O.L. **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- CORADINI, O.L. **Titulação escolar, condição de “elite” e posição social**. *Revista Brasileira de Educação*, v.15, nº43, 2010.
- CORADINI, O.L. **Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil**. *Revista de Sociologia e Política*, nº 28, 2007, p.181-203.
- CHARLE, C. **A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas**. FGV, Rio de Janeiro, 2006.

- DOS ANJOS. J.C.G. **Intelectuais, literatura e poder em cabo verde: lutas de definição da identidade nacional**. EDUFRGS, 2003.
- ELIAS. N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____. **Introdução à Sociologia**, trad. Maria Luísa Ribeiro Ferreira, Portugal, Lisboa: Edições 70, 1999.
- _____; SCOTSON. J.L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GAXIE. D. **“Rétributions du militantisme et paradoxes de l’action collective”**. Swiss Political Science Review, v.11, n.1, 2005.
- GRILL. I. G. **Bases de notoriedade, trabalho de eternização e confissões ambivalentes: o caso de Afonso Arinos**. ANPOCS. 2014.
- GRILL. I. G. **Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios**. In: GRILL, SEIDI (orgs). *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- GRILL. I. G. **Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e Maranhão**. Revista Sociologia política, v.16, nº 30, 2008, p.65/87.
- GRILL. I. G. **Heranças políticas no Rio Grande do Sul**. EDUFMA: São Luís-MA, 2008.
- GRILL. I. G. **A ação coletiva dos dominantes: notas sobre uma agenda de pesquisas sobre as “organizações patronais”**. Revista Pós Ciências Sociais, v.07, nº 13, 2010.
- GRILL. I.G; REIS. E.T **O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita**. Revista Pós de Ciências Sociais, vol. 09, nº17, 2012.
- GRILL. I.G; REIS. E.T. **Letrados e Votados: Lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil**. TOMO; UFS, nº 1 (1998). São Cristóvão -SE, NPPCS/UFS, n. 13 jul./dez., 2008.
- GRILL. I.; G REIS. E.T **Trajetórias e Multinotabilidades: Reconfiguração históricas e condicionantes sociais das inscrições políticas e culturais de parlamentares brasileiros**. Revista de C. Sociais, Rio de Janeiro, v.58, nº 2, 2015, p. 331- 369.
- GRILL. I.G; REIS. E.T. **“Mirada reflexiva e esforços propositivos às pesquisas sobre elites”**. In_____. Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas. São Luís: EDUFMA, 2016.
- GRYNSZPAN. M. **Os idiomas da patronagem: Um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti**. Acessado em www.anpocs.org.br.
- GOFFMAN. E. **Ritual de interação: ensaios sobre um comportamento face a face**. 2º edi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.p.09- 51.
- JOHNSON III, O.A. **A Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99)**. *Estud. afro-asiát.* [Online]. 2000, n.38, pp. 7-29. ISSN 1678 4650. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2000000200001>.

- JUHEM. P. **“Entreprendre em politique. Les carrières militantes des fondateurs de SOS racisme”**. Revue Française de Science Politique, v.51(nº1-2), 2001.
- LAHIRE.B. **Homem plural: os determinantes da ação**. Editora Vozes, Petrópolis. 2002.
- LAHIRE.B. **A cultura dos indivíduos**. Ed. Artmed, 2006.
- LE BART. M.C. L'écriture comme modalité d'exercice du métier politique. Revue française de science politique, v.48, nº 01, 1998, p 76-96.
- MARTIN.D.C. **Cartes d'Identité. Comment dit-on “nous” en politique?**.Paris: Presses FNSP, 1994.
- MESSEBERG. D. **A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- NEVEU. E. **Les sceptre, les masques et la plume**. Mots, Année 1992, V. 32, n.1, p. 7 – 27.
- NORA. P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. PUC- SP, 1993.
- OFFERLÉ. M. **Sociologie des groupes d' intérêt**. 2º ed.éditions montchrestien, EJA, 1998.
- OFFERLÉ. M. **Los ofícios, la profesión y la vocación de la política**. PolHis-Revista Bibliográfica del Programa Interuniversitario de Historia Política, nº 07, 2011.
- PÉCAUT.D. **Os intelectuais e a política no poder: entre o povo e a nação**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática. 1990.
- PIZZORNO, A. **Algum Tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional**. In.Foxley, A. (et alii). Desenvolvimento e política. São Paulo: Vértice, 1988.
- POLLAK.M. **Memória e identidade social. Estudos históricos**, Rio de Janeiro, Vol.05, nº.10, 1992.
- POLLAK.M. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.02, nº.03,1989.
- PHÉLIPPEAU, E. —**Sociogênese da profissão política**. GARRIGOU, A; LACROIX, B; ELIAS, N. A política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- REIS, E. T. **Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiros**. Cadernos Pagu, n 43, 2014, p 233-263.
- REIS. E.T **Saberes em movimento: transações entre “intelectuais”, definições de ciências sociais e a política**. In: GRILL E SEIDL (org). As ciências sociais e os espaços da política no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.p.22-68.
- REIS. E.T. **Trajetórias, espaços, e repertórios de intervenção política**. Porto Alegre\São Luís. Zouk\EDUFMA, 2015.
- REIS. E.T. **A “arte” da intervenção política: carreiras e destinos de protagonistas que “lutaram contra a ditadura militar” no Rio Grande do**

Sul. In: CORADINI (org). Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SAWIKI. F; SIMÉANT. J. **Inventário da Sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses.** Sociologias, v.13, nº 28, 2011.

SAPIRO. G. **Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês.** Revista pós ciências sociais, vol.09, nº17, 2012.

SIGAL, S. **Intelectuais, cultura e política na Argentina.** Revista Pós de Ciências Sociais, vol. 09, nº17, 2012.

SCOTTO. M.G. **Representação e Apresentação: uma análise da campanha de Benedita da Silva para a prefeitura do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. UFRJ/Museu Nacional, 1994.

WEBER, M. **A Política como Vocação.** In: WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo, 2001. (p. 59-124).

Outras fontes:

PEREIRA. A.L. **O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento.** Dissertação de mestrado-Porto Alegre, 2011.

PAIM. P. **O martelo, a pedra e o fogo.** Brasília: Senado Federal, 2016.

PAIM. P. **O poder que emana do povo: uma seleção de ações legislativas.** Brasília: Senado Federal, 2009.

PAIM. P. **Reformas: raça, gênero e políticas de inclusão social.** Brasília: Senado Federal, 2003.

PAIM. P. **O rufar dos tambores.** Brasília: Senado Federal, 2006.

PAIM. P. **Um pouco da minha caminhada.** Brasília: Senado Federal, 2008.

<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa>.

<http://www.senadorpaim.com.br>.

